

# O futuro

da Agenda Global  
de Desenvolvimento:  
Visões para a CPLP



Transcrição das Intervenções | Conferência Internacional  
O FUTURO DA AGENDA GLOBAL DE DESENVOLVIMENTO: visões para a CPLP  
Auditório 2 | Fundação Calouste Gulbenkian | 17 de outubro de 2013

# AGRADECIMENTOS

---

Gostaríamos de agradecer a todos os que colaboraram nesta publicação, bem como a todos os que participaram na Conferência Internacional “O Futuro da Agenda Global de Desenvolvimento: Visões para a CPLP” que teve lugar a 17 de outubro de 2013 na Fundação Calouste Gulbenkian.

Este é um livro *on-line* que resulta da transcrição das intervenções dos oradores na conferência internacional “O Futuro da Agenda Global de Desenvolvimento: Visões para a CPLP”; os seus conteúdos podem ser citados e utilizados de várias formas desde que a fonte seja sempre mencionada. Esta publicação deve ser citada como “O Futuro da Agenda Global de Desenvolvimento: Visões para a CPLP” publicação *on-line*, Fundação Calouste Gulbenkian, Junho 2014.

Edição: Fundação Calouste Gulbenkian  
Revisão dos Textos: Alexandre Abreu, Raquel Freitas e Nuno Carvalho  
Fotografias: Márcia Lessa  
Design: Ana Grave

# ÍNDICE

---

## NOTA DE SÍNTESE

pag. 8

## I - ABERTURA

*Artur Santos Silva*  
Presidente da Fundação  
Calouste Gulbenkian  
pag. 20

*Murade Murargy*  
Embaixador, Secretário-Executivo  
da CPLP – Comunidade dos  
Países de Língua Portuguesa  
pag. 26

*Ana Paula Laborinho*  
Presidente do Camões – Instituto  
da Cooperação e da Língua, I.P.  
pag. 30

*Otaviano Canuto*  
Conselheiro Sênior do  
Banco Mundial  
pag. 34

## II - OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO

*Carlos Castel-Branco*  
Diretor de Investigação do  
Instituto de Estudos Sociais e  
Económicos, Moçambique  
pag. 48

*Manuel Alves da Rocha*  
Diretor do Centro de Estudos e  
Investigação Científica, Universi-  
dade Católica de Angola  
pag. 56

*Pedro Conceição*  
Economista-chefe do *Bureau*  
Regional para a África,  
Programa das Nações Unidas  
para o Desenvolvimento  
pag. 64

Moderador: *António Costa e  
Silva*, Diretor-Executivo da  
Partex Oil and Gas

## III - PAZ, SEGURANÇA E FRAGILIDADE

*Emília Pires*  
Ministra das Finanças de Timor-  
-Leste e membro do Painel de  
Alto Nível da Agenda Pós-2015  
pag. 78

*Domingos Simões Pereira*  
Investigador, Guiné-Bissau  
pag. 84

*José Manuel Pureza*  
Coordenador do Centro  
de Estudos Sociais,  
Universidade de Coimbra  
pag. 92

Moderador: *António Monteiro*,  
Embaixador, Presidente do  
Conselho Consultivo do Programa  
Gulbenkian Parcerias para o  
Desenvolvimento

## IV - FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO: RECURSOS INTERNOS, MECANISMOS INOVA- DORES E COERÊNCIA DAS POLÍTICAS

*Luísa Diogo*  
Antiga Primeira-Ministra de  
Moçambique e Presidente do  
Conselho de Administração do  
Barclays Bank, Moçambique  
pag. 104

*Cristina Duarte*  
Ministra das Finanças e do  
Planeamento, Cabo Verde  
pag. 112

*Rafael Branco*  
Antigo Primeiro-Ministro,  
Deputado, Consultor,  
São Tomé e Príncipe  
pag. 122

Moderador: *Nuno Mota Pinto*,  
Administrador do Banco Mundial

## V - ENCERRAMENTO

*Ricardo Soares de Oliveira*  
Professor de Política  
Comparada e Estudos Africanos,  
Universidade de Oxford  
pag. 134

*Isabel Mota*  
Administradora da Fundação  
Calouste Gulbenkian  
pag. 140

## PROGRAMA

pag. 146

## BIOGRAFIAS

pag. 152

# NOTA DE SÍNTESE

A Conferência Internacional “O Futuro da Agenda Global de Desenvolvimento: Visões para a CPLP” contou com a participação de um vasto leque de personalidades do mundo académico e institucional e constituiu um momento de inspirada partilha de experiências e análises sobre os constrangimentos e oportunidades da futura agenda de desenvolvimento no espaço da CPLP. A diversidade dos participantes espelhou a multiplicidade de perspetivas e olhares deste espaço, contribuindo para enriquecer o conhecimento sobre os desafios comuns e espe-

cíficos que enfrentamos. Foi um dia intenso de discussão que envolveu, de forma ativa, os oradores convidados e uma vasta e atenta audiência que marcou presença ao longo das várias sessões.

Ao longo das diferentes intervenções foram sendo focados vários aspetos muito relevantes, dos quais se destaca a necessidade de transformações profundas e o enfoque nas questões das desigualdades no centro dos desafios do desenvolvimento.

Outros aspetos recorrentes foram i) a constatação da necessidade de usar os in-

dicadores de forma crítica, com profundidade analítica e não apenas como meras estatísticas, mas olhando a qualidade do que estes números traduzem; ii) a ideia de apropriação da agenda do desenvolvimento por parte de todos os atores interessados, cidadãos, sociedade civil, fundações e setor público e privado.

Ao longo do dia foram mencionados vários exemplos de sucesso dos ODM, bem como o seu efeito mobilizador e catalítico, mas também as suas falhas e aspetos a serem melhorados na nova agenda global de desenvolvimento.

O desafio prende-se com a forma de criação de indicadores universais e globalmente aceites quando os contextos a aplicar são tão diferentes e, sobretudo, como incluir de forma prática a agenda de desenvolvimento sustentável aplicada a todos, na agenda da cooperação internacional para o desenvolvimento.

Dados do Banco Mundial mostram que a pobreza extrema tem caído nos países em desenvolvimento, no entanto, os desafios permanecem elevados, nomeadamente nas economias de baixa renda, havendo

sobretudo desempenhos diferenciados que limitam a capacidade de tecer receitas globais. Os ODM conseguiram alguns passos no sentido da articulação entre abordagens até então desgarradas e devemos prosseguir na crescente articulação entre os vários setores.

A experiência do Brasil mostra que é possível a redução pronunciada do grau de desigualdades no rendimento *per capita*, através de uma forte dinâmica no mercado de trabalho e da aposta em transferências condicionadas de rendimento, as quais criaram novas dinâ-

micas de oferta e procura, a emergência de uma nova classe média e mais respostas a serviços básicos como a saúde, educação, transporte e segurança.

Os casos de Angola e Moçambique evidenciaram a necessidade de transformação estrutural ao nível económico e social e as dificuldades em conciliar o longo e curto prazo nas políticas implementadas. Nem o curto prazo pode ser gestão *ad hoc* de crises, nem o longo prazo pode ser apenas enunciado de ideias gerais.

A diversificação da economia, orientada para as necessidades de emprego e, sobretudo, a atenção ao chamado “emprego vulnerável” revelam-se fundamentais para o combate à pobreza e desigualdade.

Constata-se, também, a necessidade de distinguir indicadores assentes em medidas de crescimento como o Produto Interno Bruto (PIB), de indicadores de desenvolvimento humano, como enfatizado pelo representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Daqui resulta a importância de

olhar para a dimensão política que está inerente a esses processos para além dos indicadores técnicos isolados. Também é fundamental um olhar analítico que permita desmontar os indicadores de desempenho nas suas implicações qualitativas. O índice de GINI (utilizado para calcular a desigualdade na distribuição de rendimento) foi referência presente em praticamente todos os casos mencionados por ser um índice revelador e frequentemente esquecido.

A pergunta “a quem se destinam as políticas e os seus efeitos” marcou várias

intervenções, desde as mais centradas nas desigualdades sociais (à escala dos indivíduos e sociedades e à escala global) mas também nas centradas nos processos de paz e segurança, devendo tal questão guiar os processos de monitorização e responsabilização dos compromissos futuros.

O exemplo da situação da Guiné-Bissau ilustra os desafios decorrentes das tensões entre soberania e direitos humanos, das questões internas e questões universais e do problema da responsabilização pelos avanços e recuos.

De Timor-Leste veio uma mensagem de esperança e confiança nos incrementos dos processos de decisão quando os próprios países ou indivíduos são envolvidos nos processos. A criação dos G7+, ou seja, de um grupo que represente os países em situação mais carenciada e vulnerável, trouxe uma capacidade de interlocução na arena internacional, um exemplo útil de como a unidade de posições traz maior voz internacional.

Questões de semântica de classificação da fragilidade dos Estados foram problematizadas, entre conceções

mais críticas e analíticas, e outras mais pragmáticas, mas todas enfatizaram a necessidade de pensar “fora da caixa” e manter uma atitude crítica e determinada. As próprias alterações no sistema internacional apelam a uma mudança na tradicional visão compartimentada entre Estados frágeis e os “outros”, assim como o esbatimento de outras categorias redutoras. As tensões entre soberania nacional e responsabilidade internacional pelos direitos humanos levantam dilemas de difícil resolução a que não são facilmente aplicáveis fórmulas universalizantes.

Apesar do clima internacional incerto, com alterações no peso relativo dos doadores tradicionais, as questões do financiamento foram abordadas de forma otimista e criativa e encaradas como a base material que permite dar corpo às aspirações apontadas pelos vários oradores. A questão das desigualdades reflete-se também na necessidade de assegurar mecanismos justos de tributação num futuro tendente à diversificação das fontes de financiamento, designadamente internas pela via fiscal.

O caso de Cabo Verde ilustrou a forma como a criatividade, empenho e confiança podem transformar situações adversas em oportunidades. A graduação a país de rendimento médio foi vista inicialmente como motivo de apreensão, mas catapultou as autoridades num movimento estratégico de conceção de uma visão própria de desenvolvimento. Essa visão confere também a segurança para resistir a pressões do sistema internacional e bater-se pelas condições que permitam implementar tal visão.

Foi lembrado que o financiamento não acontece em abstrato e que é urgente fazer o dinheiro corresponder às vidas das pessoas e às suas atividades. Para isso é importante a racionalização dos recursos da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), que serão cada vez mais reduzidos e terão que ser utilizados com formas inovadoras e eficazes de parcerias entre vários setores. A agenda de transformação assume-se como central na manutenção de fontes de financiamento, sendo que o “business as usual” ou a reciclagem da APD já não funcionam.

O caso de São Tomé e Príncipe mostrou a necessidade de, a par dos esforços de redução da pobreza, se insistir no desenvolvimento sustentado, garantindo financiamento e vontade política que suporte uma transformação profunda e reforma do Estado. África precisa de Estados fortes de direito democrático e muita da base material que pode sustentar essa reforma provém de instituições internacionais cujos compromissos nem sempre são previsíveis.

Ficou bem patente a importância dos Estados que compõem o espaço CPLP terem

a vontade política para delegar competências suficientes ao Secretariado Executivo da CPLP (SECPLP) para que este possa desempenhar um papel ativo de coordenação e concertação das posições dos países em diversos fora internacionais e multilaterais. Trata-se de catalisar potenciais, os quais constituem oportunidades ímpares dada a natureza e presença única da configuração dos países CPLP.

Um clima de esperança com a tónica na nova visão para a CPLP partilhada pelo SECPLP através de uma agenda de diálogo inclusi-

vo, assente no Homem e na coordenação de políticas de capacitação e troca de conhecimento destinadas a setores como a educação, saúde, ciência, tecnologia e inovação e uma tónica especial na segurança alimentar e no setor agrícola. Este tema foi, de resto, alvo de uma atenção especial por parte de alguns dos oradores e também da audiência.

A conferência encerrou com uma nota de otimismo, apelando à união de vontades e prometendo a continuação dos debates e esforços no sentido de melhorar as condições de desenvolvimento.

# I - ABERTURA

---





# ARTUR SANTOS SILVA

—  
*Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian*



Senhoras Ministras das Finanças de Cabo Verde e de Timor-Leste;  
Senhora antiga Primeira-Ministra de Moçambique e Senhor antigo Primeiro-Ministro de S. Tomé e Príncipe;  
Senhor Secretário-Executivo da CPLP;  
Senhores Embaixadores;  
Senhora Presidente do Camões Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.;  
Senhor Dr. Otaviano Canuto;  
Distintos conferencistas;  
Senhoras e Senhores Administradores da Fundação Calouste Gulbenkian;  
Minhas Senhoras e meus Senhores.

É com muita satisfação que dou início a esta conferência internacional sobre o «Futuro da Agenda Global de Desenvolvimento», cumprindo, um compromisso assumido em novembro do ano passado, na cidade do Mindelo, no IX Encontro das Fundações da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Trata-se de uma iniciativa a que se associou o Secretariado Executivo da CPLP, o que muito nos honra. Agradeço ao Senhor Embaixador Murade Murargy, toda a colaboração na sua organização.

Sem esquecer o nosso público on-line, saúdo vivamente a Universidade de Cabo Verde e a Universidade Católica de Angola, que acompanham os nossos trabalhos em *web streaming*, numa manifestação evidente de que também o desenvolvimento se desmaterializou.

Estamos numa fase crucial do debate sobre que desenvolvimento e que mundo pretendemos para depois de 2015, ano em que os *Objetivos de Desenvolvimento do Milénio* (ODM) darão lugar a um novo enquadramento programático. A Assembleia Geral das Nações Unidas, em reunião plenária de 9 de outubro, aprovou um documento no qual, a cerca de 800 dias para a concretização dos ODM, se apela não apenas a um esforço suplementar para o seu alcance, como à construção de uma agenda reforçada para o pós-2015. Assim se deu início ao processo de negociações intergovernamentais a que se seguirão os trabalhos da 69.<sup>a</sup> Assembleia Geral das Nações Unidas, em Setembro do próximo ano, que vão conduzir à adoção da nova agenda para o desenvolvimento a aprovar na reunião de Chefes de Estado e de Governo que terá lugar em setembro de 2015.

O debate de hoje, em que participam algumas das personalidades mais destacadas do espaço da CPLP, insere-se no contexto de um processo de debate internacional que começou no ano passado no Rio de Janeiro, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20, na qual mais de cem países aprovaram a tão relevante proposta «O Futuro que Queremos».

Desde há mais de um ano que estão em curso consultas a cidadãos e instituições a nível nacional, regional e global. Um painel de alto nível nomeado pelo Secretá-

rio-Geral das Nações Unidas produziu um importante relatório com propostas para o futuro dos ODM, em paralelo com outros documentos que foram elaborados no âmbito dos debates sobre o desenvolvimento sustentável. Temos o gosto de ter conhecido um dos membros desse painel, a Senhora Ministra das Finanças de Timor-Leste, Dra. Emília Pires.

A visão que se encontra em cima da mesa é ambiciosa, assente numa ideia de transformação centrada nas pessoas, que elimine a pobreza e possibilite a prosperidade sustentável para todos. Em síntese, e como recentemente defendeu o Secretário-Geral das Nações Unidas, trata-se de assegurar uma vida digna para todos. O desafio é imenso, assim como foi há 13 anos, quando os líderes de todo o mundo celebraram um dos pactos globais mais ambiciosos até hoje firmados, comprometendo-se com oito objetivos de desenvolvimento e dezoito metas para 2015.

Os resultados alcançados, se bem que aquém do que todos desejaríamos, não deixam de ser surpreendentes e revelam o efeito mobilizador e catalítico de uma agenda global para o desenvolvimento. Ensina-nos a prudência que não devemos esquecer o que falhou. Tal como assinalou o painel de alto nível nomeado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, os ODM não contaram com os efeitos devastadores dos conflitos e da violência, assim como não incluíram a importância para o desenvolvimento da boa governação

e da existência de instituições que garantam o estado de direito, a liberdade de expressão e a transparência dos governos. As questões relacionadas com o emprego e o crescimento inclusivo não foram igualmente abrangidas e ficou-se muito aquém na integração dos aspetos sociais, económicos e ambientais do desenvolvimento.

Os progressos dos ODM foram, no entanto, muito significativos em algumas das metas e em algumas das regiões, como a da diminuição para metade, no período 1990-2015, da população que vive em extrema pobreza, ou da redução significativa da mortalidade infantil e materna, ou do acesso universal à educação básica. Não podemos nem devemos esquecer, contudo, que, no mundo, 1,2 mil milhões de pessoas ainda vivem em pobreza extrema, que mais de 100 milhões de crianças com menos de 5 anos estão desnutridas, que mais de 120 milhões de jovens no mundo não sabem ler nem escrever, ou que 2,5 mil milhões de pessoas não têm acesso a saneamento. Ou que os 1200 milhões de pessoas que ainda vivem em pobreza extrema representam apenas 1% do consumo mundial, enquanto os mil milhões de pessoas mais ricas consomem 72%.

E muitos outros indicadores poderiam ser referidos, para ilustrar o muito esforço que há ainda a fazer. E também não podemos ignorar que os resultados são bem mais expressivos nalgumas regiões da Ásia e da América Latina, do que em outras regiões do mundo. Todos sabemos que o desafio



para a África subsariana continua a ser imenso, mas as perspetivas são muito promissoras atendendo às suas potencialidades e recursos.

Minhas Senhoras e meus Senhores.

É importante que todos tenhamos presente que o mundo já não se centra numa relação simplista entre países pobres e

países ricos ou entre doadores/beneficiários. Ao longo da última década, a relação entre doadores e beneficiários da ajuda alterou-se significativamente. Alguns dos antigos beneficiários transformaram-se em doadores, outros acumulam essa dupla função e os que continuam a receber ajuda ao desenvolvimento fazem-no em termos bem diferentes. Por outro lado, apareceram ou consolidaram-se outros atores

de desenvolvimento, das fundações às empresas privadas, assim como se têm reformulado os tradicionais mecanismos de financiamento, numa tentativa de resposta à crescente complexidade dos modelos de cooperação internacional e às necessidades acrescidas de recursos financeiros.

Qualquer previsão sobre o futuro revela que a questão da sustentabilidade do nosso planeta não pode ser ignorada. Acresce que o desenvolvimento deverá integrar dimensões até aqui esquecidas ou abordadas de forma fragmentada, como a economia, a paz e a segurança, o ambiente, os direitos humanos, a educação e a saúde.

Estima-se que, em 2050, a população mundial venha a ultrapassar os 9500 milhões de pessoas, sendo que mais de 8000 milhões estarão nos atuais países em desenvolvimento e em muitas das atuais economias emergentes. Mais de metade da população mundial viverá em cidades, o que por si só representa um imenso desafio. Coloca-se a questão de como se poderá assegurar uma vida digna para todos, num mundo com muitos jovens, para os quais é necessário criar emprego, mas também um mundo mais envelhecido e, por isso, ainda mais exigente em esquemas de proteção social.

Penso, por isso, que todos estaremos de acordo de que uma nova agenda global para o desenvolvimento deverá conseguir responder eficazmente aos desafios que resultam da interação entre três fatores

fundamentais para um mundo em paz, democrático e respeitador dos direitos fundamentais dos homens: o crescimento económico, a igualdade social e a sustentabilidade ambiental.

A relação entre os atores do desenvolvimento a nível global tem vindo a alterar-se, não só entre os estados, mas também entre estes e as organizações da sociedade civil, o setor privado e os próprios cidadãos. Debater o futuro não é um território reservado de nenhum destes atores, convocando, pelo contrário, a participação ativa e articulada de todos. As fundações têm vindo a afirmar-se como parceiros muito relevantes na cooperação para o desenvolvimento e na afirmação de uma cidadania global, procurando contribuir para o debate e para as soluções dos problemas mais complexos, entre os quais se incluem necessariamente o futuro do desenvolvimento após 2015.

A conferência de hoje inscreve-se no compromisso que a Fundação Calouste Gulbenkian tem com o desenvolvimento e, neste caso, focando-o no espaço de concertação político-diplomático e cultural, e cada vez mais económico, que é a CPLP. A CPLP pela sua diversidade encerra um conjunto de países com características, para lá das geográficas, muito peculiares para este debate, como são, por exemplo, as suas posições relativas em termos de Índice de Desenvolvimento Humano e de graus de alcance dos ODM, as suas diferentes perspectivas de crescimento e a dependência

dos recursos naturais ou os graus diversos de consolidação das suas instituições.

Neste espaço que partilha uma língua oficial juntam-se, assim, economias emergentes, de baixo e médio rendimento, e outras mais maduras, apresentando, no geral, um grande dinamismo em termos económicos, políticos e culturais, com um peso geoestratégico crescente designadamente ao nível da cooperação sul-sul.

Todos temos enfrentado nos últimos anos grandes desafios em termos de estratégias de desenvolvimento e de consolidação dos nossos quadros orçamentais, sendo porventura a criação de emprego o mais sério e dramático desafio comum que une os nossos países.

Minhas senhoras e meus senhores,

Estou certo que esta conferência trará novas questões e olhares para a atual discussão global. Gostaria apenas de deixar duas reflexões que considero fundamentais sobre este assunto.

Em primeiro lugar, apenas a apropriação nacional das agendas para o desenvolvimento poderá contribuir para o alcance destes objetivos, com cada país a assumir a responsabilidade principal pela redução da pobreza e pelo desenvolvimento humano dos seus cidadãos. Há que mobilizar os esforços para aumentar a credibilidade das instituições políticas e para desenhar

políticas públicas mais eficazes, bem como para gerar mais recursos e assegurar uma despesa pública mais eficiente.

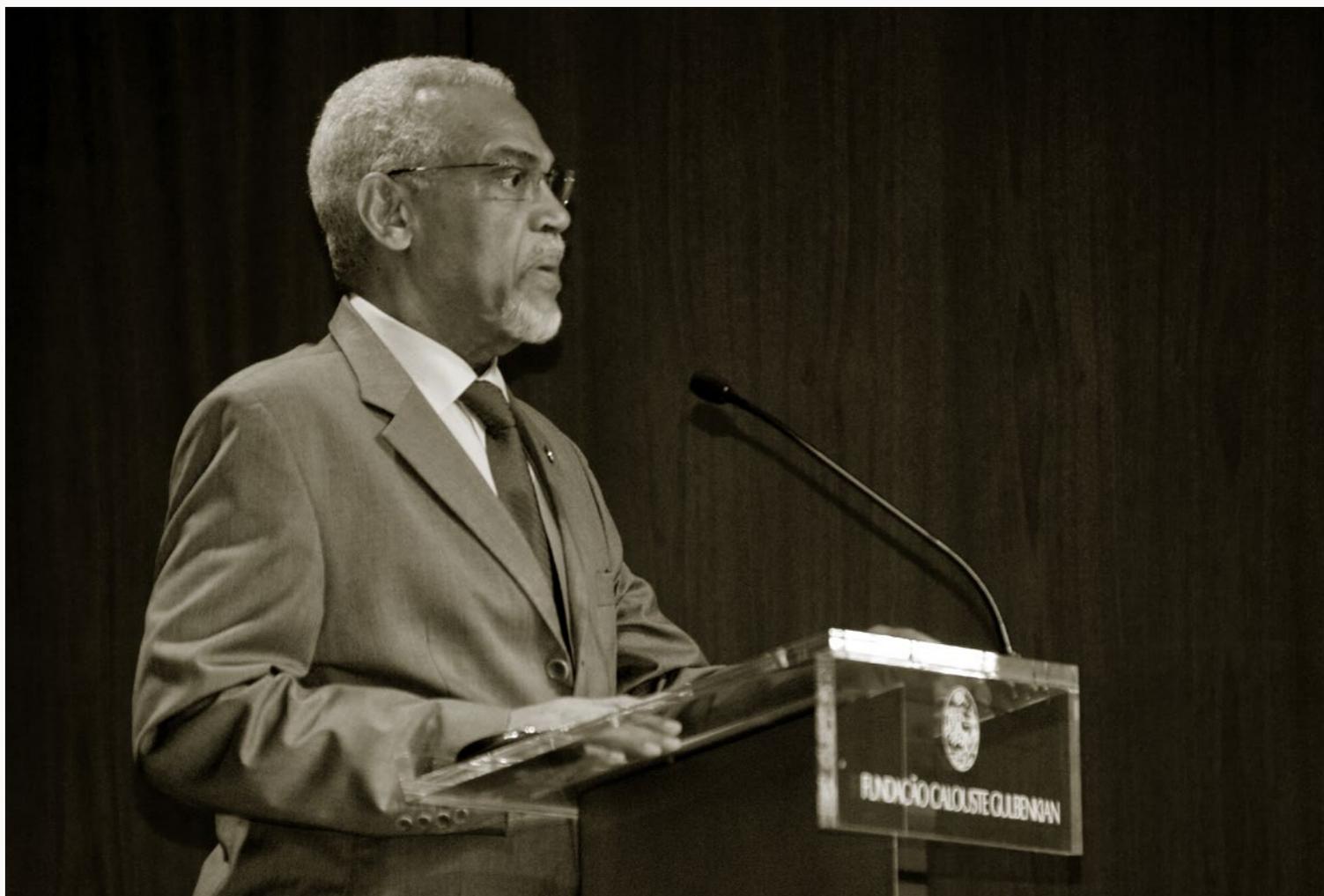
Em segundo lugar, devemos também acentuar o nosso discurso nas responsabilidades de todos. Boas políticas e instituições credíveis aumentam seguramente o impacto dos recursos disponíveis para o desenvolvimento, mas é imperativo definir à partida todas as responsabilidades dos países desenvolvidos. Importa ainda introduzir mecanismos de acompanhamento da realização efetiva dos compromissos.

Não posso terminar sem uma palavra de agradecimento a todos os conferencistas e moderadores que acederam participar neste debate e que irão proporcionar um dos momentos de referência para a CPLP, quanto à discussão global sobre o futuro da Agenda Global de Desenvolvimento.

Muito obrigado.

# MURADE MURARGY

*Embaixador, Secretário-Executivo da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*



Senhoras Ministras das Finanças de Cabo-Verde e de Timor-Leste;  
Senhora Ex-Primeira-Ministra de Moçambique e Senhor Ex-Primeiro-Ministro de São Tomé e Príncipe;  
Dr. Artur Santos Silva, Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian;  
Senhores Embaixadores e Membros do Corpo Diplomático;  
Dra. Ana Paula Laborinho, Presidente do Camões Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.;  
Dr. Otaviano Canuto, Conselheiro do Banco Mundial;  
Senhor Eng.º Domingos Simões Pereira, Ex-Secretário Executivo da CPLP;  
Digníssimas autoridades e representantes de organizações internacionais;  
Demais autoridades presentes.

Foi com muita honra e prazer que aceitei o convite que me foi endereçado para participar nesta sessão de abertura.

Gostaria de agradecer, nesta ocasião, à Fundação Calouste Gulbenkian na pessoa do seu ilustre presidente, o Dr. Artur Santos e Silva por nos ter associado na organização desta importante e oportuna conferência, a qual, estamos convictos, irá produzir uma reflexão conjunta, tendo em conta as diversas sensibilidades e abordagens sobre a futura agenda do desenvolvimento. Digo oportuna porque ela se enquadra no debate que lançámos sobre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e os Desafios do Futuro Agenda 2014-2024.

É uma responsabilidade e uma missão histórica que todos assumimos ao aceitarmos este desafio empolgante de conceber, uma agenda global, cujos resultados certamente serão incorporados no documento para o após 2015, cuja preparação está em curso a nível das Nações Unidas.

Minhas Senhoras e meus Senhores.

A CPLP, desde a sua criação em 1996, assumiu o desafio de ser um espaço de cooperação, fraternidade e amizade entre povos que partilham não só o elemento linguístico-cultural, mas também outros valores comuns que os identificam, como a paz, a democracia, os direitos humanos, o desenvolvimento e a justiça social.

Passados que estão quase 18 anos desde a sua fundação, a CPLP continua a ser uma comunidade em construção e em constante processo de aprendizagem. Por isso mesmo, esta organização continua a desenvolver um esforço consistente para se adequar às expectativas dos seus cidadãos e aos desafios de um mundo em acelerada transformação, desencadeando um amplo debate para a definição de uma nova visão mais abrangente e que procura responder aos verdadeiros anseios dos seus povos.

Minhas Senhoras e meus Senhores.

Procurando usar a força dos seus oito estados membros, inseridos em zonas geográficas distintas e descontínuas, a CPLP

assume o desafio de contribuir ativa e sinergicamente para o esforço de desenvolvimento dos mesmos. A nova visão que pretendemos elaborar vai procurar identificar as opções estratégicas a serem implementadas através de políticas nacionais e ações concretas harmonizadas, tomando o Homem sempre como o nosso foco principal. Por isso, nesta pequena nota à guisa de abertura, que me solicitaram a pronunciar nesta sessão, quero destacar dois aspetos, entre muitos que poderia abordar como nosso contributo nesta visão para a CPLP.

O primeiro aspeto que quero referir é que considero que não é possível conceber uma agenda de desenvolvimento sustentável sem o concurso do homem capacitado, de talentos que possam ser os motores do desenvolvimento. Os nossos países devem assumir um compromisso no desenvolvimento do capital humano, consagrando uma percentagem do seu produto interno bruto às políticas de educação a todos os níveis, saúde, ciência, tecnologia, inovação e género.

O segundo aspeto respeita ao direito à alimentação. A CPLP encontra-se comprometida com as questões da segurança alimentar e nutricional, procurando consagrar no seu espaço o direito à alimentação adequada como um direito humano fundamental. É uma questão central para a redução da pobreza, para a saúde pública, para o crescimento económico sustentado, para a paz e segurança mundiais. É um tema transversal

que abarca várias vertentes e que está merecendo uma atenção prioritária na nossa visão para os próximos anos.

Consideramos que a presente situação não é sustentável e tem origem na inércia em fazer face aos fatores estruturais da fome e da pobreza e a uma atenção que deve ser redobrada sobre o papel da agricultura e do desenvolvimento rural nas políticas de desenvolvimento. Defendemos pois, que para alcançarmos estes dois aspetos que acabo de destacar é necessário fortalecer a capacitação dos nossos países, em particular através da transferência de conhecimento utilizando a cooperação norte-sul, sul-sul e triangular, designadamente para atingir um aumento da produção agrícola e da produtividade e, concomitantemente, reforçar a aposta numa ação coordenada internacionalmente visando resultados sustentáveis e eficientes e que envolvam todos os atores relevantes na cadeia alimentar.

Para terminar, gostaria de enfatizar que ao nível da CPLP pretendemos que a agenda, ou melhor, a visão que vamos conceber seja um exercício de diálogo dos nossos povos, amplamente inclusivo e participativo, que traçará as principais linhas de força consensuais que deverão ter em conta as reflexões realizadas no debate que iniciamos. Esta agenda ou visão deve incorporar a essência do que pretendemos ser nos próximos anos para superarmos o atraso, a miséria, o analfabetismo e as assimetrias, tónicas dominantes nos nossos países, e assim



podermos construir o bem-estar material e espiritual dos nossos povos.

Os oito *Objetivos de Desenvolvimento do Milénio*, apesar de continuarem válidos, devem ser no entanto melhorados e ajustados aos novos paradigmas nesta era de globalização.

# ANA PAULA LABORINHO

—  
*Presidente do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.*



Exmo. Senhor Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, nosso anfitrião;  
Exmo. Senhor Secretário Executivo da CPLP;  
Exmas. Senhoras Ministras das Finanças de Cabo Verde e Timor Leste;  
Exma. Senhora Ex-Primeira-Ministra de Moçambique e Exmo. Senhor Ex-Primeiro-Ministro de São Tomé e Príncipe;  
Exmo. Senhor Otaviano Canuto, presente nesta mesa de abertura;  
Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Estamos aqui reunidos para refletir sobre o Futuro da Agenda Global de Desenvolvimento, na perspetiva particular da CPLP.

Gostaria de saudar a Fundação Calouste Gulbenkian e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), enquanto parceiras nesta iniciativa, pela acuidade do tema geral e das sessões, mas sobretudo pela elevada qualidade dos oradores que decerto farão deste encontro um importante contributo para uma reflexão que reforça a voz da CPLP nos contextos internacionais.

Estamos aqui para falar da Agenda Global de Desenvolvimento e não devemos esquecer que ela constitui um ponto de charneira entre os *Objetivos de Desenvolvimento do Milénio* (ODM) e o futuro que começámos já a preparar.

No passado dia 9 de outubro, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou um documento que serve de pedra basilar à futura

agenda global para o desenvolvimento. Este documento tem na sua raiz debates, conferências, intervenções da sociedade civil, dos estados e até do setor privado.

Assiste-se a uma avaliação plural dos ODM, mas as visões mais ou menos otimistas não deixam de relevar o mérito desses objetivos que permitiram galvanizar esforços conjuntos e contribuíram para a redução da pobreza e maior acesso a melhores condições de vida, mais informação e o sentimento de pertença a uma comunidade global.

Como sabemos, os objetivos do desenvolvimento para o pós-2015 têm assumido a urgência de uma agenda inclusiva centrada nas pessoas, focada na erradicação da pobreza e no desenvolvimento sustentável. Estes pontos-chave propõem uma abordagem concreta que integre de forma equilibrada as três dimensões do desenvolvimento – a dimensão económica, a dimensão social e a dimensão ambiental. Trata-se de uma estrada que junta caminhos e pede a sua aplicação universal ainda que diferenciada em função dos contextos nacionais.

A *Agenda Global de Desenvolvimento Pós-2015* insiste também na mobilização, de forma inovadora, de todos os recursos públicos, privados, nacionais, internacionais – questão que ainda aqui será debatida. Do mesmo modo, reconhece-se a importância de integrar nesta agenda questões como a paz, a segurança e os direitos humanos, mas também a igualdade de género

e as questões do estado de direito e da governação democrática.

O mundo mudou assim como mudaram a natureza e a dimensão dos desafios globais. O futuro da agenda global para o desenvolvimento depende da capacidade da comunidade internacional responder aos novos desafios e acompanhar a dinâmica de mudança. Sobretudo, esta agenda deixou de ser uma questão dos atos para se transformar num desafio em que cada um de nós está implicado.

E que lugar ocupa a CPLP nesta agenda global?

Os indicadores de que dispomos relativos ao crescimento da população, mas também os índices de melhoria das condições de vida mostram por si só o potencial da CPLP. Somos uma comunidade que partilha uma língua que é cada vez mais reconhecida como um meio de comunicação global. Temos demonstrado capacidade de concertação político-diplomática, mas temos de aprofundar as dimensões económica e de cooperação internacional. Somos uma comunidade que congrega estados membros que integram outros blocos regionais, o que alarga a nossa capacidade de intervenção em rede. Além do mais, muitos dos temas partilhados, como a agricultura, a segurança alimentar, a ciência e a tecnologia, a educação e os recursos humanos, a saúde, o trabalho, a solidariedade social, o ambiente, as energias renováveis e as migrações, coinci-

dem com as grandes prioridades da Agenda Global de Desenvolvimento. O manancial de acessos e a capacidade de participação em vários fóruns multilaterais, por parte dos estados membros da CPLP, acarreta uma responsabilidade acrescida na complementaridade de esforços para desenharmos uma futura agenda e contribuirmos para a sua implementação.

Esta visão conjunta, vetor de sucesso para esta conferência sobre o «Futuro da Agenda Global de Desenvolvimento», servirá a capacidade de uma ação concertada nos espaços multilaterais adotando uma agenda global para o desenvolvimento que sirva um mundo mais equitativo e próspero, mais sustentável, mais seguro e mais centrados nas pessoas.



# OTAVIANO CANUTO

—  
*Conselheiro Sênior do Banco Mundial*



Excelentíssimas senhoras ministras das Finanças de Cabo Verde e Timor Leste, excelentíssima senhora ex-primeira-ministra de Moçambique, ex-primeiro-ministro de São Tomé e Príncipe, excelentíssimo senhor doutor Artur Santos Silva, presidente da Fundação Gulbenkian, senhor embaixador, Dr. Murade Murargy, excelentíssima senhora doutora Ana Paulo Laborinho, digníssimas autoridades aqui presentes, senhoras e senhores, muito bom dia.

Para mim é uma honra particular estar presente não apenas nesse seminário, mas principalmente também ter a oportunidade de endereçar essa audiência nessa abertura. Eu selecionei três mensagens que creio serem adequadas, particularmente levando em conta aquilo que já foi muito bem proferido pelos meus companheiros de mesa.

A primeira mensagem é, ilustrando com números aquilo que já foi observado, o facto de que o mundo presenciou, nas últimas décadas, uma queda sem precedentes na pobreza, não apenas na pobreza extrema, definida como viver com um dólar e 25 centavos ao dia, ou menos, mas também uma mudança muito acentuada no volume, no número de pessoas vivendo acima da linha da pobreza. Porém, esse é um desafio que permanece alto, particularmente nas economias classificadas pelo Banco Mundial como de baixa renda.

Por exemplo, os números apresentados no Powerpoint são números recentes que mos-

tram a evolução da parcela da população de países em desenvolvimento vivendo abaixo da taxa de pobreza extrema. O que se pode observar claramente é como, na média, a evolução é tal que essa taxa da população vivendo abaixo da linha de pobreza foi reduzida em mais da metade, de mais de 52% para 21%, no espaço de três décadas. Porém, também não surpreende que esse desempenho tenha sido bem diferenciado. A queda é particularmente pronunciada no caso da China. Também não deixa de ser significativa a queda da taxa de pobreza nos demais países, porém o que o quadro revela também é que essa taxa de pobreza extrema ainda é extremamente elevada em países como a Índia e, principalmente, nos países de baixa renda. Isso pode ser melhor visto pelos números em termos absolutos. Como já foi destacado, mais de um 1,2 bilhão de pessoas ainda vive em situações de extrema pobreza. Também é interessante notar como na verdade a maioria desses pobres remanescentes, essas pessoas vivendo em condições de extrema pobreza, vivem em áreas rurais e dependem hoje da agricultura. Na verdade, 78% dos pobres moram em áreas rurais, 58% do mundo em desenvolvimento é composto por uma população rural. Não por acaso, 63% dos pobres trabalham na agricultura.

Entre os principais desafios que identificamos para a humanidade nas próximas décadas, evidentemente que a mudança climática apareceu como um desafio fundamental. Para além da mudança climática realçamos

a importância da dinâmica demográfica. Os diferenciais de expansão demográfica nas partes do planeta que gerarão, por sua vez, dois fenômenos que, em grande medida, serão dois grandes desafios a ser defrontados pela humanidade em conjunto nas próximas décadas, os dois ligados à migração. Um, a migração rural-urbana. O progresso na redução da pobreza extrema envolverá, de uma maneira ou outra, processos de urbanização e é importante que as condições para uma urbanização adequada estejam garantidas para evitar que esse desafio se transforme num desastre. A outra questão será o enorme impulso para a migração através das fronteiras, um tema de importância crescente que, infelizmente, não é hoje objeto de nenhum esforço multilateral responsável e capaz de ordená-lo. Essa foi a primeira mensagem que eu pensei em trazer.

Uma segunda, que também apareceu nas intervenções dos meus companheiros de mesa é a descoberta ou a percepção cada vez mais clara de que os *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio* (ODM) estão correlacionados entre si. Os ODM e as metas nasceram de um diálogo frutífero entre duas comunidades que até então não tinham, digamos assim, um diálogo muito forte. Os economistas e a sua propensão em traduzir tudo em termos de renda monetária, de um lado, e do outro, a comunidade de direitos humanos, questionando o foco apenas em mensuração da pobreza como fenômeno monetário. Isso se traduziu, como nós sabe-

mos, num conjunto de objetivos e de metas quantificáveis que geraram um terreno comum entre o modo de ver as coisas por parte dessas duas comunidades. Para além de ter gerado uma abordagem à pobreza que vai além da mensuração monetária, esse diálogo tem sido importante, entre outras coisas, porque revelou uma sinergia muito forte, muito importante, entre esses objetivos. Por exemplo, passou-se a entender como a provisão adequada de água e de saneamento tem implicações muito fortes nos objetivos, no que diz respeito à saúde. Além disso, os resultados em termos de saúde têm efeitos enormes no que diz respeito à economia. A maneira como os ODM foram estabelecidos gerou interesse em encontrar ligações entre as suas partes. Hoje se entende melhor como a igualdade entre gêneros é um fator importante na concepção dos outros resultados, dos outros objetivos, inclusive a pobreza. Várias pesquisas, em várias partes do mundo, revelaram que em todos os lares pobres, principalmente, em que as mulheres têm importância no uso do orçamento doméstico, os bebês têm mais peso e mais altura. Isso, evidentemente, é importante não apenas em si mesmo, por questões humanitárias, mas também porque isso traz repercussões a longo prazo em termos de melhor saúde da população, menor desperdício com doenças, com perdas de tempo de adultos e assim por diante. Então, as conexões são cada vez mais claras. A provisão de água libera tempo às mulheres que são, em boa parte do mundo, obrigadas a gastar uma grande parte do



seu tempo no transporte da água, permitindo-lhes dedicar mais tempo a cuidar dos filhos e/ou à tarefa educativa. Há uma clara conexão entre o investimento em água e igualdade de gêneros e crescimento econômico.

A segunda mensagem, como eu disse, é essa correlação entre os diversos ODM e aí ainda estamos distantes de uma posição

satisfatória em relação a pelo menos dois indicadores. As estatísticas mostram como, na verdade, as mulheres pobres continuam tendo uma escolaridade menor que os homens. Em termos gerais, essa é uma das dimensões da desigualdade de gênero, onde as estatísticas agregadas mostram até um relativo sucesso. Algumas dimensões da igualdade entre gêneros não avançaram, estão longe de alcançar níveis satisfatórios,

mas porém, num quadro geral, a escolaridade até é uma área onde têm ocorrido avanços, exceto no caso das famílias pobres.

A minha terceira mensagem é uma mensagem positiva. A experiência recente no Brasil e na América Latina mostra que é possível, e eu vou usar algumas estatísticas para ilustrar isso. A transformação que vem ocorrendo no Brasil e na região como um todo nos últimos dez, quinze anos parecia impossível inicialmente, mas a verdade é que o fenómeno da emergência de uma nova classe média com o movimento ascendente da linha de pobreza em menos de dez anos, de 50 milhões de pessoas, é um processo notável. O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, conforme mensurado, por exemplo, pelo Coeficiente de Gini, e o interessante é que, depois de um longo período de estabilidade desse coeficiente, entre os mais elevados do mundo, ele passa a declinar no período recente. Atualmente ainda permanece elevado, porém a queda de quase 5 pontos básicos nesse índice é extraordinária. Quero chamar a atenção para uma subida impressionante no Índice de Gini no período, que é um período de hiper inflação.

Note-se que em média, a taxa de crescimento do Brasil no período mais recente não é exuberante, no entanto o fundo da pirâmide cresceu a taxas chinesas e é esse facto da renda do trabalho crescer mais na base da pirâmide, o que explica essa expansão no perfil da distribuição de renda, e essa

evolução com 50 milhões de pessoas, passando de um nível de pobreza extrema para patamares médios. Isso reflete em parte o uso, a implementação de mecanismos de transferência condicionada de renda, como o bolsa-família porque elas são focalizadas naquela parte da pirâmide que se encontra em situação de pobreza extrema. Note-se que em 2011, 17 milhões de famílias beneficiavam do programa bolsa-família e no entanto o total do programa era menor do que 0,5% do PIB brasileiro, o que demonstra o baixo custo desse programa.

Na verdade, o que mais explica o declínio da pobreza e da desigualdade é uma dinâmica forte no mercado de trabalho: emprego. Para isso contribuíram também a mudança demográfica: a mudança no ritmo de expansão da população passou a gerar escassez de mão-de-obra em várias áreas. É fundamental para o Brasil e para a redução da pobreza a expansão da participação da mulher na força de trabalho, daí a importância da igualdade de género. Em várias partes do mundo é preciso que se entenda como a igualdade de género, além de ser importante em si, é também um fator de crescimento económico. Realço aí também o papel das políticas macroeconómicas de estabilidade, não apenas as políticas fiscais mais redistributivas, mas principalmente de estabilidade.

Além disso, as transferências condicionadas de renda têm alguns efeitos secundários importantes que estamos apenas come-



çando a entender como funcionam. Por exemplo, a expansão da renda na base da pirâmide do Brasil, inclusive ajudada justamente pelos mecanismos de transferência condicionada de renda, acabaram gerando uma nova classe, um novo grupo de empresários no Brasil que respondem a uma nova procura típica das classes mais pobres. Outro exemplo diz respeito aos problemas com a gravidez de adolescentes. O Banco

Mundial fez a seguinte experiência na periferia da capital do Malawi: distribuiu-se transferências de renda diretamente para garotas adolescentes na periferia. Três grupos: um grupo de garotas adolescentes com a condicionalidade de ir à escola, um outro recebendo o dinheiro mas sem a condicionalidade de ir à escola, e se comparou isso com um terceiro grupo que não recebeu transferência com ou sem condicionalida-

de. O atendimento escolar foi de facto um pouquinho maior no caso do grupo de garotas adolescentes com a condicionalidade. Mas, mesmo sem condicionalidade, o atendimento escolar das garotas adolescentes foi 60% mais alto no caso das garotas que receberam o dinheiro. Além disso, a taxa de incidência da HIV/aids foi 60% menor entre as garotas que receberam transferência de renda do que no outro grupo. Isto porque a recepção da renda permitiu a essas garotas adolescentes primeiro escolher que parceiros sexuais ter e não sentirem-se coagidas a ir em busca de *sugar daddies*. Segundo, lhes permitiu uma condição dentro do lar em que a ida delas à escola deixou de ser um aspeto secundário, ao contrário do que tende a ser quando qualquer tarefa é colocada para a garota adolescente e não para o rapaz adolescente e com consequências que conhecemos.

O meu ponto aqui é que o manejo dessas transferências condicionadas, desde que dentro de certas condições, pode servir para alguns efeitos extraordinários em vários aspetos. O outro ponto é o que os meus colegas no Banco chamam «conhecer o pobre pelo nome», porque um dos componentes dos mecanismos de transferência condicionada de renda é ter informações sobre o pobre. Para programas de transferência condicionada de renda é preciso haver um monitoramento contínuo, a taxa de acerto nunca será 100%, mas pelo menos controlar a margem de erro, a margem de desvio, e para tal é importante um cadastro. E com

esse cadastro é possível ter um perfil da pobreza e um perfil de quais são as necessidades específicas em níveis geográficos de cada uma das aglomerações de pobres. Nesse sentido, pode-se ter um desenho de políticas sociais mais direcionadas às necessidades específicas.

A presença de esquemas de cadastros e de transferências condicionadas de renda, por exemplo, permitiu a países como o Brasil e o México evitarem o risco de subsidiar a gasolina durante os choques dos preços do petróleo de 2008. Assim, ao invés de manter preços da gasolina artificialmente baixos, o que hoje é uma praga em países como a Nigéria, como a Indonésia, o Egito, onde os subsídios da gasolina consomem uma parcela brutal do orçamento público, no Brasil e no México se pôde simplesmente proteger a parte de baixo da pirâmide, aumentando temporariamente o volume de transferências de renda sem precisar de subsídios de preço.

A transferência condicionada de renda tem como requisito que os recipientes têm que ter acesso à escola e a postos de saúde para poder atender a condicionalidade. Isso vai gerando uma demanda por adequação da oferta dos serviços básicos de educação e saúde no país. Em boa medida, as manifestações em Junho passado no Brasil expressaram já uma aspiração da nova classe média por melhor qualidade na provisão dos serviços públicos na área da educação, saúde, transporte e segurança.

Devo dizer que, por um lado, os desafios permanecem extraordinários, como nós vimos pelos números. Por outro, nós hoje sabemos muito mais do que aquilo que sabíamos há 15 ou 20 anos atrás e essa aprendizagem, em grande medida, decorreu da busca simultânea de objetivos de desenvolvimento para o milénio, que é o nosso objeto de discussão hoje.

Muito obrigado.

# II - OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO

---





# CARLOS CASTEL-BRANCO

*Diretor de Investigação do Instituto de Estudos Sociais e Económicos, Moçambique*



Bom dia. Gostaria de me associar aos que me antecederam e agradeceram o convite para participar nesta conferência e saudaram a iniciativa de realizar a mesma.

O tema que eu vou tratar é: como conciliar a necessidade de alcançar sucessos rápidos e visíveis com processos de transformação social que são necessariamente lentos e profundos. Primeiro farei alguma reflexão à volta de duas questões que este assunto levanta e depois vou fazer uma referência a Moçambique, para concretizar um bocado melhor as questões anteriores.

A primeira tarefa que se colocou foi como estruturar a pergunta de maneira a poder tratá-la. Há uma série de pontos que vou passar a enumerar. O primeiro ponto é que toda a mudança implica um certo nível de transformação estrutural que ocorre em dimensões temporais diferentes. Mesmo as mudanças a curto prazo têm implicações nesta transformação. Aliás, porque é que se fariam ações a curto prazo se não tivessem implicações? Por outro lado, as ações a longo prazo, as perspectivas a longo prazo, também têm de ter relevância a curto prazo. Portanto, a primeira coisa que é preciso considerar, ao pensar em desenvolvimento económico e social, é que o curto prazo é parte do caminho do longo prazo e que este coloca questões e introduz tarefas relevantes para o curto prazo. Portanto, uma pergunta que é importante fazer no contexto dos nossos países e do nosso desenvolvimento é a seguinte: quando nós estamos a

falar de ações visíveis de sucesso imediato, elas são visíveis e têm sucesso imediato para quem? E qual é a sua relevância na resolução das questões que queremos resolver a longo prazo? A questão é que nem o curto prazo pode ser uma gestão à toa de crises ou de elementos soltos da conjuntura, sem destino; nem o longo prazo se pode limitar a enunciar ideias ou desejos gerais sem outra utilidade do que a de produzir algum tipo de mobilização social. Na essência, a questão e a tarefa social para o longo e para o curto prazo deverão ser as mesmas, mas formuladas com dimensões temporais, ângulos e complexidades diferentes.

A segunda questão que eu queria colocar era sobre o sucesso. O sucesso pode ser definido mais ou menos arbitrariamente em relação a indicadores isolados mas geralmente agregados. Vamos falar das taxas de variação de grandezas importantes, como o produto interno bruto (PIB), as exportações, a pobreza, os índices de ajustamento ou quaisquer trajetórias de desenvolvimento, como o controlo de uma variável importante (como a inflação ou o défice fiscal) ou um índice de desenvolvimento seja lá o que for que desenvolvimento signifique, ou um índice de governação. Isoladamente, estes indicadores são importantes sobretudo num contexto de supremacia de capital financeiro e de abordagens neoliberais, em que a expansão e a rentabilidade do capital são os aspetos relevantes, independentemente da sua estrutura e das suas dinâmicas sociais, económicas e políticas. Neste

quadro, estratégia, política e intervenção públicas são, frequentemente, não só constrangidas, mas mesmo determinadas por estas perspetivas e indicadores de sucesso em todas as questões sociais, económicas e políticas importantes.

Uma perspetiva alternativa é colocar uma questão de desenvolvimento válida para o curto prazo e para o longo prazo, que esteja mais focada nos processos e transições transformativos do que apenas nas taxas de variação. Por exemplo, como elevar a eficácia do crescimento e transformação económicos na resolução das demandas básicas da economia e da sociedade? Uma tal questão obriga a pensar nos processos sociais e económicos e nos canais de transmissão entre si ao longo do tempo.

Vou usar o caso de Moçambique para ajudar a ilustrar este assunto. Moçambique é hoje reconhecido como uma história de sucesso por, entre outros fatores, os seguintes: elevadas taxas de investimento com relativo sucesso na atração de investimento estrangeiro; elevadas taxas de crescimento médio do PIB real *per capita*, de mais ou menos 5,5% ao ano, sustentadas ao longo de mais de uma década; inflação agregada relativamente baixa para o tipo de economia, com uma média anual que anda aproximadamente à volta de 7% ao longo de mais de uma década; redução da pobreza absoluta de 69% da população para 54% em uma década e meia; redução da dependência do orçamento do Estado em relação à ajuda

externa de mais de dois terços para 40% em duas décadas, no período do pós-guerra. As exportações neste período aumentaram rapidamente, sobretudo na última década, e tenderão a aumentar ainda mais aceleradamente, por via do desenvolvimento do complexo mineral-energético. Agora vou tentar analisar os mesmos dados de outra forma. Então, em vez de perguntarmos quão depressa a economia cresceu, perguntamos quão efetivo esse crescimento económico é a resolver os problemas fundamentais da economia e da sociedade. Portanto, não nos interessa só a taxa de variação, interessa-nos também ver em que medida a taxa de variação é útil para solucionar os problemas e isso vai-nos obrigar a analisar não só a taxa mas também o padrão de variação, que é social, económico e político. Na última década e meia, o PIB *per capita* real cresceu 5,5% ao ano, em média, e a pobreza, medida pela percentagem da população abaixo de uma linha de pobreza, diminuiu a uma média de 1% ao ano. Portanto, a eficácia da economia moçambicana a reduzir pobreza é menor do que a média das economias africanas no mesmo estágio de desenvolvimento. Quer dizer, em Moçambique nós precisamos de um esforço de crescimento maior para poder reduzir a pobreza, pela mesma quantidade, do que outras economias africanas no mesmo estágio de desenvolvimento. O último estudo sobre a pobreza em Moçambique mostrou que quando a economia acelera a sua eficácia em reduzir pobreza diminui tão significativamente que se aproxima do zero;

efetivamente no último período em análise, a taxa de crescimento do PIB *per capita* acelerou e a pobreza não diminuiu. Como é que se justifica isto, mesmo quando a distribuição nominal do rendimento, medida pelo Coeficiente de Gini, não se torna mais desigual? O nosso Coeficiente de Gini é relativamente alto, não é tão alto como no Brasil, mas não é preciso ser tão alto como no Brasil para ser alto. Mas não mudou, ou pelo menos não mudou significativamente. Então, como é que se explica que a aceleração do crescimento económico como a distribuição do rendimento nominal com o mesmo padrão não se reflete na redução da pobreza? A pobreza não reduziu e, por não ter reduzido, o número de pobres em Moçambique aumentou em dois milhões de pessoas.

Proponho seis fatores de explicação.

Primeiro fator: o emprego, que é fundamental para reduzir pobreza. O Dr. Otaviano Canuto reforçou esse ponto muito fortemente na sua intervenção acerca do Brasil. O padrão de crescimento em Moçambique não é intensivo em trabalho por três razões. As duas primeiras razões estão relacionadas com os determinantes do crescimento. Uma é que o crescimento é fundamentalmente assente numa economia de natureza extractiva, ligada ao capital mineiro, energético e às florestas e outras *commodities* na agricultura. Só alguns destes empregam intensivamente força de trabalho, a maioria não. Mas há uma outra razão não relacionada com

os determinantes de crescimento que é a seguinte: a economia de Moçambique não consegue produzir e fazer circular a baixo custo bens e serviços básicos de consumo, aquilo que se chamam *wage goods*. Se nós queremos expandir o trabalho assalariado, nós temos que alargar o fornecimento de *wage goods*, de bens e serviços básicos de consumo. Se nós não conseguimos fazer isso e se a procura aumenta, o resultado vai ser que nos bens básicos de consumo a inflação vai ser mais significativa do que a inflação média na economia. E o que nós verificámos na última década e meia é que a taxa de inflação dos bens básicos de consumo, em especial dos alimentos, foi consistentemente 50% mais alta do que a taxa média da inflação em Moçambique. A questão aqui é que as famílias de baixo rendimento consomem 80 ou 85% do seu rendimento em comida. As famílias de alto rendimento não. E se a inflação dos alimentos é significativamente mais alta, mesmo que a distribuição do rendimento nominal não tenha ficado mais desigual, a distribuição do rendimento real ficou mais desigual. Portanto, o emprego pode reduzir pobreza desde que haja condições para isso. Eu não conheço o Brasil, portanto não posso comentar, mas achei interessante que, em simultâneo com a expansão do emprego, com uma maior dinâmica do mercado de trabalho, há também programas orientados para o acesso à comida, bens básicos, etc.. E isso pode ter ajudado o emprego a contribuir para a redução da pobreza. Quando isto não acontece, o que é que vai acontecer? A força de

trabalho vai lutar por salários mais altos, os salários nominais tendem a subir, a força de trabalho fica menos competitiva, as empresas vão-se mecanizar e substituir o emprego e vai haver tensão social. Não é por acaso que, em Moçambique, ironicamente, cada vez que as organizações financeiras internacionais fazem uma declaração aberta, dizendo que Moçambique é o melhor exemplo, ou um dos melhores exemplos em África, no que respeita ao desenvolvimento económico, mais ou menos 24 ou 48 horas depois há *street riots*. E os *street riots* são sempre à volta das mesmas coisas: preço dos alimentos, preço do combustível por causa do transporte público, e preço do combustível de consumo doméstico, que afeta sobretudo as famílias de baixo rendimento.

O segundo fator é o crescimento da produtividade do trabalho. Se a produtividade do trabalho aumentar à escala da economia, isso vai tornar a força de trabalho mais competitiva, mesmo que os salários nominais cresçam, e portanto a qualidade de vida vai melhorar. O problema é que a concentração da estrutura económica no complexo mineral energético, e na economia extrativa de um modo geral, limita a produtividade em Moçambique a estas áreas de *boom*. Portanto, dado o limitado emprego e a concentração, o afunilamento do desenvolvimento e da produtividade da força de trabalho, é evidente que a combinação emprego-produtividade não tem o efeito desejado à escala da economia como um todo.

O terceiro fator, que em parte explica os dois anteriores e também o seguinte, é o afunilamento da economia. Apesar da enorme quantidade de investimento que Moçambique recebeu e continua a receber e apesar das altas taxas de crescimento, a economia moçambicana está a ficar cada vez mais afunilada. Por exemplo, 66% das exportações de bens são derivados da exportação de alumínio. Se tivermos em conta apenas dois produtos – alumínio e gás – isso já contribui para qualquer coisa como 85% do produto industrial e cerca de 71% das exportações. E o alumínio e o gás representam duas empresas. Não há uma grande quantidade de empresas de alumínio nem uma grande quantidade de empresas de gás, são apenas duas, uma das quais emprega menos de 500 pessoas e a outra empresa pouco mais de 1500 pessoas. Este afunilamento da base produtiva tem implicações importantes. Por um lado, as limitações que ele impõe em termos das capacidades e das possibilidades da economia se expandir e de criar novas dinâmicas e ligações. Por outro lado, as limitações que ele impõe em termos do sucesso nas ligações com os grandes projetos, como o complexo mineral energético, porque para se ligarem com estes projetos as empresas moçambicanas precisam de altos níveis de investimento. Fora dos megaprojetos não existe muita dinâmica, as empresas ficam muito restringidas a mercados limitados e isso atrasa significativamente o seu processo de desenvolvimento.



Já falei do quarto fator, o aumento do poder de compra real das camadas com rendimento mais baixo. O quinto fator é a porosidade da economia, entendida como a capacidade desta para reter a riqueza gerada. Segundo os dados do Banco Central de Moçambique, durante o período de grande crise dos preços das principais exportações deste país, entre 2008 e 2010, em que o preço do alumínio caiu muito

significativamente, as exportações reduziram 34%, só com a variação do preço desta matéria prima. Quando a lucratividade dos grandes projetos diminuiu, o défice da balança de capitais de Moçambique diminuiu também. Isto é uma indicação da incapacidade da economia de reter riqueza quando gera essa riqueza.

Por último, o sexto fator, a dívida pública doméstica. Nos últimos onze anos, a dívida pública doméstica aumentou quinze vezes, sobretudo aquela que está relacionada com venda de títulos e obrigações do tesouro como alternativa à tributação do grande capital internacional. Portanto, são dados enormes incentivos fiscais ao grande capital multinacional, mas o grosso desses incentivos é de facto redundante. Os incentivos são altamente supérfluos para as grandes empresas, mas o crescimento do investimento não se reflete na melhoria da saúde fiscal do Estado. A alternativa que está a ser encontrada é a dívida pública. Portanto, a venda de dívida da economia, que tem implicações como a maior escassez de capital e o encarecimento do mesmo para quem precisa de usar o sistema financeiro doméstico. Quem sofre com estas implicações não são as multinacionais, que não usam esse sistema, mas as pequenas e médias empresas.

Eu gostava de rapidamente focar-me em pelo menos quatro abordagens e mostrar até que ponto estas abordagens são, ou não, úteis para unir a longo prazo.

A primeira abordagem, que é muito comum, é mais ou menos a abordagem oficial em torno daquilo que nós temos que fazer que é acelerar o crescimento nos mesmos padrões que existem: temos que fazer mais investimento e aumentar a taxa de crescimento, pois a riqueza gerada a partir de um certo ponto deve permitir

resolver estes problemas. Mas a economia não vai resolver os seus problemas estruturais apenas ficando maior. Dada a porosidade e a ineficácia da economia na redução da pobreza, é improvável que a escala ponha termo ao problema.

Uma outra abordagem é a ideia de que a ajuda externa pode ser mantida e talvez expandida até que os grandes ganhos derivados do gás e do petróleo possam começar a entrar na economia, daqui a quinze anos. Mas é muito improvável que isto aconteça e todas as indicações apontam para a estagnação da ajuda, que vai começar a diminuir.

A terceira abordagem propõe fazer ajustamentos de curto prazo. Por exemplo, a redução das taxas de referência do banco central para ver se os bancos comerciais emprestam mais dinheiro às pequenas e médias empresas. Mas os bancos comerciais estão focados na compra e venda de ativos financeiros do Estado, não estão interessados no investimento produtivo em si, e isso representa a combinação de uma política fiscal em contradição com a política monetária dentro de Moçambique.

Há uma última abordagem, a única que pode conciliar o curto e o médio prazo: o ponto de partida tem de ser a identificação do problema que nós queremos resolver e porquê. As nossas economias são ricas em quê? Em fome, em pobreza. São ricas em diferentes tipos de problemas. Então essa deve ser a matéria-prima, o enfoque deve

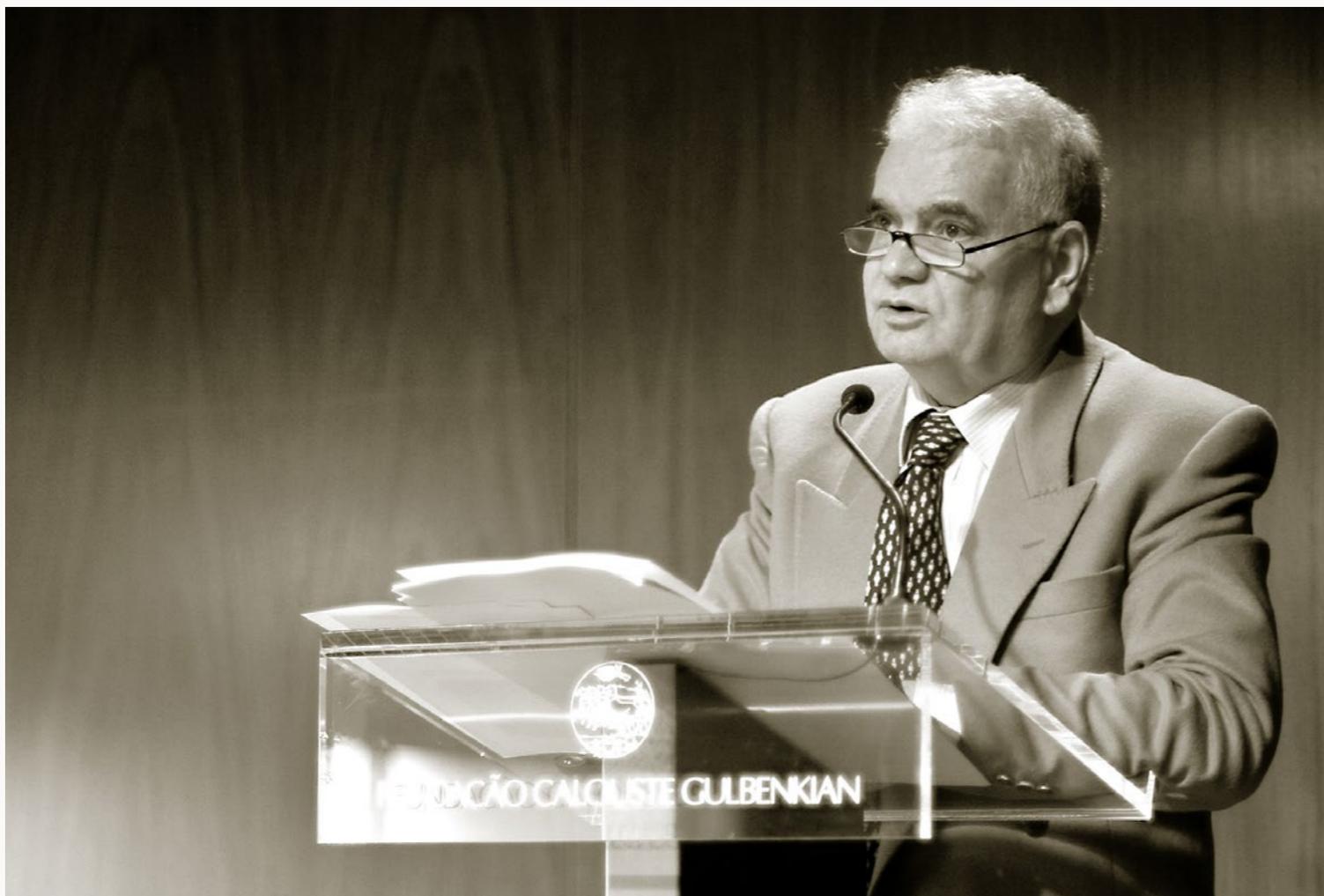
ser esse. O nosso foco não deve ser sobre os recursos, nós não devemos pensar que Moçambique ou qualquer outra economia é rica em recursos naturais, isso não tem sentido. Quais são as questões, os problemas de desenvolvimento que queremos tratar e não quais os recursos que temos. A segunda questão é a gestão das expectativas. Em Moçambique há grandes expectativas em relação aos recursos e temos que geri-las. O único problema é que essa gestão é feita de maneira seletiva. As expectativas dos pobres são geridas, as expectativas do processo de privatização e acumulação privada de capital baseado nesses recursos são realizadas. E eu pergunto se será isso o que nós de facto devemos estar a fazer quando estamos a pensar no curto e no longo prazo e no desenvolvimento inclusivo.

Em conclusão, a possibilidade de conciliação entre o curto e o longo prazo depende da sustentabilidade a longo prazo das medidas a curto prazo e da relevância para o curto prazo da estratégia a longo prazo. Naturalmente, esta é uma questão social e política e não apenas financeira e económica. Logo, a primeira questão que me vem à mente ao discutir a mudança e a transformação e a consistência entre o curto e o longo prazo é a seguinte: de que base social e em que condições históricas emergem e se tornam influentes, se não mesmo dominantes, os interesses na mudança?

Obrigado.

# MANUEL ALVES DA ROCHA

—  
*Diretor do Centro de Estudos e Investigação Científica, Universidade Católica de Angola*



Muito bom dia a todos os presentes. Naturalmente que tenho de agradecer o convite que me foi feito pela Fundação Calouste Gulbenkian para estar aqui presente nesta conferência que procura equacionar as questões relativas ao desenvolvimento sustentável nos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Eu estou em representação da Universidade Católica de Angola, em particular do CEIC – Centro de Estudos e Investigação Científica, um centro que tem realizado diferentes trabalhos de pesquisa nos domínios económicos, sociais, políticos da realidade angolana, mas também da realidade africana.

Falar de Angola, nomeadamente em Portugal, é um assunto de grande interesse. Não só por razões que se prendem com as ligações existentes entre Portugal e o meu país, mas também por razões ligadas àquilo que se está a passar neste momento em Angola em termos de crescimento económico e de transformações, sobretudo económicas, que se vêm registando, em particular depois de o país ter resolvido o seu conflito militar interno que ocorreu em 2002. Se os ritmos de variação do produto interno bruto (PIB) nominal que ocorreram no passado, nomeadamente depois de 2002, se mantiverem para o futuro e até 2020 sensivelmente, Angola pode transformar-se na segunda maior economia da CPLP em termos de PIB nominal e numa das maiores, nomeadamente da África subsariana, com um PIB médio por habitante de 5000 a 5500 dólares.

Neste momento, Angola é um país que não tem défice fiscal. De resto, a questão do défice fiscal, o défice das contas públicas, é uma questão que praticamente ficou consolidada, ficou arrumada depois de se ter resolvido o conflito militar tendo havido, portanto, a oportunidade de encaminhar uma parte relativamente substancial das despesas militares para a reconstrução da economia. Angola não tem problemas de dívida pública já há alguns anos, e em 2012 a dívida pública angolana representava cerca de 30 a 35% do PIB. Angola também deixou de ter problemas com as reservas internacionais líquidas. O último valor do Banco Central apontava para um *stock* de reservas internacionais líquidas próximo dos 35 mil milhões de dólares, o que é uma percentagem segura para investidores privados. Quem procure a economia angolana para investir tem aqui um indicador de confiança relativamente às necessidades de expatriação de lucros e de dividendos. E também Angola é um país que, sobretudo depois de resolvido o conflito militar, não tem tido problemas de crescimento económico.

No entanto, e em contrapartida, Angola é um país que tem problemas graves de desemprego. Não se sabe exatamente qual é a taxa média anual de desemprego porque nós temos ainda problemas com o sistema estatístico nacional, mas podemos estimar e avaliar esta taxa média de desemprego em torno dos 25%, excluindo correções que terão que ser feitas se considerarmos o

peso e o papel do chamado setor informal. Estes valores de desemprego prendem-se em primeiro lugar com o próprio padrão de crescimento da economia angolana, centrada no petróleo e nos diamantes, que são atividades altamente intensivas em capital, em equipamento, em tecnologia, e também devido ao facto de que a descolagem para a diversificação da economia nacional ainda não aconteceu em termos sustentáveis. Há muito trabalho a fazer para que ocorra uma alteração entre os pesos relativos dos setores petrolífero e não petrolífero, e uma das condições essenciais para a sustentabilidade do crescimento económico em Angola, que irá permitir resolver alguns dos problemas que estas economias dualistas têm, é a diversificação da economia.

Angola tem problemas de pobreza. O último inquérito oficial sobre a pobreza em Angola realizado em 2008-2009, que se chama Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População (IBEP), inquérito básico às condições de vida da população, dava uma taxa de pobreza de 36,6% da população total, o que significará, se pensarmos numa população de 20 milhões de habitantes, qualquer coisa à volta de 8 milhões de pessoas, que estavam numa situação de pobreza em 2008-2009.

No entanto, se olharmos de uma forma mais profunda para os resultados do IBEP, verificamos que cerca de 60% da população angolana vive ou sobrevive com menos de 2 dólares por dia. Evidentemente que

estes dados, que são informações oficiais retiradas do inquérito, são preocupantes porque limitam o acesso a um conjunto de benesses e de melhoria das condições de vida de grande parte da população. Além disso, do estrito ponto de vista económico, estas percentagens e estes valores absolutos não viabilizam um processo sustentável de diversificação da economia nacional, o qual tem que assentar no poder de compra nacional e na construção de uma economia doméstica, de um mercado interno.

Angola ainda é uma economia que se debate com problemas de inflação e com problemas de preços relativos entre os bens. A inflação começa a estar manifestamente controlada, mas não nos podemos esquecer que, por exemplo, Luanda continua a fazer parte das piores estatísticas de preços mundiais tendo, creio que em 2012, voltado a ser a cidade mais cara do mundo. Isto naturalmente que é um handicap para se criarem processos destinados a assegurar a sustentabilidade do crescimento ou do desenvolvimento.

Temos estado preocupados na Universidade Católica com aquilo a que vulgarmente se chama a transformação do crescimento económico em desenvolvimento. O que é que se tem passado em Angola para que, na verdade, as elevadas taxas de crescimento do PIB não tenham uma correspondência na melhoria significativa das condições de vida da população? Evidentemente que a situação hoje em Angola, deste ponto de vista das



condições de vida da população é uma situação que não tem comparação com a situação que tínhamos durante a guerra. A partir de 2002, por uma série de razões relacionadas com a natureza da política macroeconómica, com os investimentos públicos feitos no domínio das infraestruturas económicas e das infraestruturas sociais, naturalmente que a situação melhorou. Mas se nós olharmos para as estatísticas internacionais, nomea-

damente as que se referem ao índice de desenvolvimento humano, vamos verificar que a diferença entre a posição que Angola ocupa em termos de PIB por habitante, e a posição que Angola ocupa em termos de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é uma diferença que se tem acentuado, o que significa que o país continua a perder oportunidades de transformar o crescimento económico em desenvolvimento.

O que se passou foi que houve um período que nós podemos identificar como a mini idade de ouro do crescimento económico em Angola, que foi de 2002 até 2008, com valores de crescimento médio anual do PIB de 17,2%, e que, segundo o nosso ponto de vista, se explica por três razões.

A primeira razão, que já foi mencionada, é a resolução do conflito militar interno.

A segunda razão tem a ver com os primeiros resultados positivos do programa de estabilização macroeconómica. Nós em Angola tentámos várias vezes levar a efeito programas de estabilização macroeconómica, antes da resolução do conflito militar e não fomos, no geral, bem-sucedidos. Em 1999-2000, o governo angolano, provavelmente com informações relativamente seguras quanto à eminência de finalização do conflito militar, levou a efeito um programa de estabilização macroeconómica bem desenhado, com uma equipa macroeconómica bem composta e então os primeiros resultados desta estabilização macroeconómica começaram a aparecer no domínio do controlo da taxa de inflação. Angola chegou a ter, em 1994-1995, uma taxa anual média de inflação superior a 5000%. Naturalmente que o país não podia, com esta taxa de inflação, ainda dominado pelo conflito militar, transformar em realidade as poucas oportunidades de crescimento económico. Portanto, o primeiro foco incidiu sobre o controlo da inflação, o qual foi acelerado, uma vez resolvido o conflito militar. Mas estes esforços de estabilização macroe-

conómica foram favorecidos pelas receitas fiscais que o país obteve. Beneficiou de uma conjuntura financeira internacional com um preço médio do petróleo no mercado internacional absolutamente compensador, de tal maneira que as receitas fiscais totais do governo passaram de 4,5 mil milhões de dólares em 2002, para 42,4 mil milhões em 2008. Esta é uma das vantagens de se ter petróleo. Apesar de todas as maldições que estão ligadas ao petróleo, vale mais tê-lo do que não tê-lo, porque o problema já não estará em ter-se este recurso mas em saber gerir os resultados da sua exploração, e portanto esta manobra da gestão macroeconómica só foi viável graças a estas receitas. Evidentemente que esta dependência é perversa, é nociva e nós vivemos isso na pele em 2008-2009, na sequência da crise financeira internacional em que os mercados e a economia mundial tiveram a retração que é conhecida. Em 2009 nós tivemos que diminuir substancialmente o programa de investimentos públicos de 11 para 7 mil milhões, no sentido de ajustar as despesas àquilo que efetivamente tínhamos, de modo a resguardar eventuais problemas de dívida pública e de défice orçamental.

E a terceira razão que eu gostaria de referir aqui e à qual já fiz menção, foi o bom estado em que se encontrava a economia mundial.

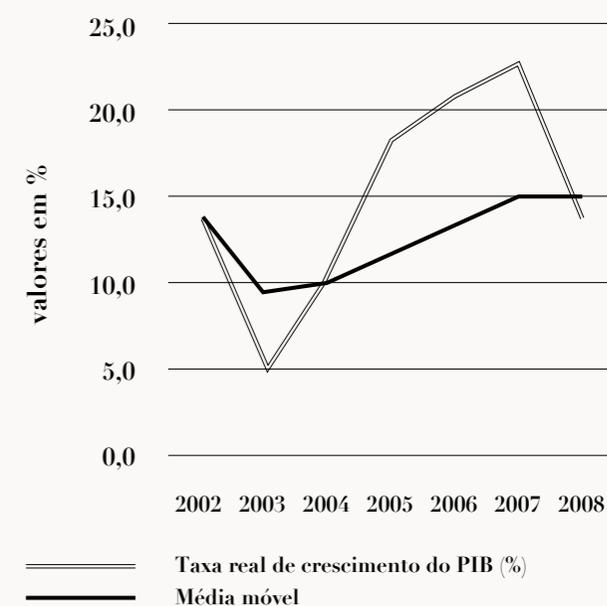
Tudo isto teve que ver com uma série de condições particulares, e os dois problemas que se colocam e que eu trago aqui para reflexão, são os seguintes. Em primeiro lu-

gar, se esta capacidade de crescimento da economia angolana vai-se manter no futuro. As projeções que apresento são feitas até 2017, porque é difícil nos períodos seguintes a economia angolana voltar a crescer a taxas superiores a 17% ao ano, apesar de todos os resultados positivos que são conhecidos, alguns dos quais eu tive oportunidade de particularizar. Há uma série de condições, problemas, e aspetos à volta de um processo de crescimento desta enorme intensidade que provavelmente ainda nos falta capacidade para gerir. Faltam-nos recursos humanos qualificados e altamente qualificados, falta-nos capacidade de gestão de todo um processo de alteração estrutural da base económica que nós ainda não dominamos e isso pode vir a afetar esta capacidade de crescimento futuro. O outro problema é como melhorar as condições de vida da população, se a capacidade de crescimento da economia nacional vai diminuir. Nas últimas eleições legislativas que foram levadas a efeito em agosto de 2012, o programa do partido que ganhou as eleições, o MPLA, apresentou um slogan que era o seguinte: «Crescer mais para distribuir melhor.» E portanto a nossa questão e a nossa preocupação está em perceber como é que, diminuindo a taxa média real anual de crescimento do PIB, se vai distribuir melhor, isto sem pensar, na verdade, no sistema ou modelo atualmente existente da renda nacional. Já se falou aqui no Coeficiente de Gini de Moçambique e também do Brasil, e para Angola, este coeficiente, que foi estimado pelo IBEP, anda à volta dos 0,56-0,57. Trata-se de um coeficiente que dá

bem conta da desigualdade na repartição do rendimento. Já não se trata apenas de concluir que, eventualmente, o que resta da taxa de crescimento económico não será suficiente para distribuir melhor até 2017 ou 2020, mas sim ver de facto como alterar, como modificar o atual modelo de repartição do rendimento nacional.

Então, quais são os desafios do futuro e do crescimento sustentado em Angola? Fizemos, na Universidade Católica, um exercício de projeção que abarca o período entre 2000 e 2017. Porquê 2017? Porque quisemos precisamente fazer coincidir o ano final deste período com a finalização da atual legislatura e ver o que é que pode acontecer até lá. Verifica-se uma diminuição fortíssima na intensidade do crescimento económico até 2017.

#### MINI-IDADE DE OURO DA ECONOMIA ANGOLANA



Após a idade de ouro de crescimento da economia nacional, temos o efeito da crise financeira internacional, em que a taxa média de crescimento anual andou por volta dos 2%. Lembro que, não havendo censos desde 1970, a taxa que tem sido considerada de crescimento da população em Angola é uma taxa anual de 2,7%. Portanto, entre 2009 e 2011 houve uma clara deterioração das condições de vida da população, de tal maneira que a taxa de crescimento, a taxa de acumulação e de criação de riqueza, foi inferior à taxa de crescimento da população. E depois temos então o período de projeção, no qual, já considerando novos projetos de grande dimensão que irão ser implementados em Angola, já considerando as dinâmicas de crescimento dos outros setores que não da economia mineral, a taxa média anual de crescimento da nossa projeção dá valores na ordem dos 5,5%.

Recentemente, o Fundo Monetário Internacional ajustou as previsões de crescimento para Angola, diminuindo-as e o próprio executivo, através do relatório de fundamentação do orçamento geral do Estado para 2014, ajustou a sua própria taxa de crescimento para 2014 e 2015 para 5,1%. Naturalmente que muitos países gostariam de ter taxas anuais de crescimento do PIB de 5,1%, evidentemente. Mas para as nossas condições, é que de facto começa a ser exíguo.

Para terminar, deixo a questão sobre o que é que vai acontecer em termos de sustentabilidade na componente social deste cres-

cimento económico, muito menos intenso do que foi no passado. É que a capacidade de distribuição de rendimento da economia angolana vai traduzir-se apenas no incremento anual de 200 dólares do PIB por habitante nominal. Ora, isto é manifestamente insuficiente para que se consigam ganhos sustentáveis e substanciais na redução da pobreza e na melhoria das condições de vida da população.

Muito obrigado pela vossa atenção.



# PEDRO CONCEIÇÃO

*Economista-chefe do Bureau Regional para a África, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento*



Muito obrigado à Fundação Calouste Gulbenkian pelo convite. Quero também agradecer aos meus colegas que entrevistaram antes de mim, porque acho que as intervenções deles vieram também facilitar e encurtar a minha intervenção.

Aquilo que eu queria fazer eram essencialmente duas coisas. Em primeiro lugar, partilhar algumas ideias que vêm emergindo das consultas que nós temos vindo a fazer ou a facilitar, como Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em todo o continente africano sobre as aspirações das populações africanas relativamente à *Agenda de Desenvolvimento Pós-2015*. E, em segundo lugar, dar algumas pistas relativamente a uma das questões que vem informada no programa, sobre as formas de fazer a monitorização da implementação dos compromissos que venham a ser assumidos.

Há muitas ideias novas que têm vindo a emergir no contexto da *Agenda Pós-2015*, mas há duas ideias essenciais que têm vindo a ser salientadas com particular intensidade, e que estão fortemente ligadas aos desafios com que se confrontam as economias de Angola e Moçambique. A primeira tem a ver com a questão da desigualdade e a segunda tem a ver com a questão da mudança estrutural.

Para começar, eu gostava de dar como pano de fundo a história daquilo que tem sido o crescimento económico em África nos últi-

mos dez anos, desde a transição do século. O que se verifica ao analisar a evolução do produto interno bruto (PIB) *per capita* na África subsariana é que, desde a transição do século, tem havido taxas de crescimento económico elevadas e sustentadas e isto marca um contraste muito forte com aquilo que aconteceu desde meados dos anos de 1970. Aliás o PIB *per capita* em África em 2007 está ao mesmo nível do PIB *per capita* que existia em 1976. Portanto, houve um grande crescimento nos últimos dez anos que está em contraste com o desempenho económico do continente africano desde meados dos anos de 1970 até cerca de 1999.

O PNUD não se limita a olhar para indicadores ligados às contas nacionais, ao PIB, e prefere o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que já foi referido. É um indicador imperfeito, mas que reflete de forma mais fiel, em nossa opinião, o que significa desenvolvimento, o que significa progresso. O conceito de desenvolvimento humano corresponde à ideia de que as pessoas devem viver a vida e fazer as opções que lhes dão maior bem-estar e maior satisfação.

Se olharmos para o IDH, verificamos que também houve um grande progresso na maior parte dos países africanos. Este índice combina indicadores de rendimento, o PIB por pessoa, com indicadores de resultados conseguidos no domínio da educação e no domínio da saúde. Aliás, se se fizer o *ranking* da taxa de variação do IDH dos últimos dez anos de todos os países do

mundo, no topo encontram-se os países africanos. Portanto, esta é uma história de progresso e transformação que marca o contraste relativamente àquilo que aconteceu nos 25 anos, entre meados dos anos de 1970 e a transição para o século XXI.

Há várias observações a fazer. A primeira é que os níveis de desenvolvimento continuam a ser muito baixos. Estas taxas de variação muito elevadas incidem sobre níveis muito baixos, por isso, se olharmos para o PIB *per capita*, ele continua a ser baixo, e se olharmos para os níveis do índice de desenvolvimento humano, ele também continua a ser muito baixo. Uma das observações ou introduções que nós fizemos recentemente foi olhar não só para a média, mas também para a disparidade entre pessoas na distribuição do rendimento e também naquilo que os países conseguem no domínio da educação e do desenvolvimento. A forma como o fazemos é tentando ajustar as três componentes do IDH para controlar a disparidade, e olhar para a desigualdade que existe no rendimento, na saúde e na educação.

Aquilo que se verifica quando se faz este exercício é que a região em desenvolvimento que regista a maior perda é África. O que isto significa, por outras palavras, é que África é a região mais desigual do mundo em desenvolvimento. Este ponto é importante porque muitas vezes a discussão em torno do desenvolvimento em África centra-se muito na questão da pobreza e da

pobreza extrema, que é obviamente importante e isto resulta em parte dos *Objetivos de Desenvolvimento do Milénio*. Esta ideia de desigualdade e da sua importância, que se associa a alguns países da América Latina, como o Brasil, mas também com o que tem vindo a acontecer na China, onde se sabe que a desigualdade tem aumentado apesar da pobreza ter diminuído muito rapidamente, tem emergido, nas consultas que temos vindo a fazer no âmbito da Agenda Pós-2015, como um problema central em África também.

Uma das consequências desta alta desigualdade é aquilo que os meus colegas ilustraram, quando falaram no caso de Angola e de Moçambique. É que há uma certa dissonância entre o desempenho económico e a melhoria do bem-estar das pessoas. Quando se compara a eficácia do crescimento económico na redução da pobreza em África, com o que aconteceu noutras regiões em desenvolvimento, verifica-se que em África o impacto, a eficácia deste crescimento foi muito menor. Há estudos que mostram que, se olharmos para a elasticidade da pobreza relativamente ao rendimento, em África ela foi cerca de metade daquilo que se verificou noutras regiões em desenvolvimento. Se durante algum tempo se pode explicar esta falta de evolução na redução da pobreza pela falta de crescimento económico, nos últimos anos, tendo tido crescimento económico, continua-se a verificar que a taxa de redução da pobreza é lenta, é muito mais lenta do que aquilo que acontece na Ásia. Isto



relaciona-se com os exemplos que vimos no caso de Angola e de Moçambique, mas no fundo a mensagem aqui é que isto não se circunscreve a estas duas economias, mas é a norma do que tem vindo a acontecer em África e daí a importância desta ideia do crescimento inclusivo. Não interessa apenas crescer, mas crescer de uma forma em que os ganhos de rendimento sejam distribuídos pela população. O que se verifica é que,

embora as taxas de crescimento económico tenham sido altas, a composição do crescimento, a sua natureza, não tem sido aquela que pode trazer as pessoas para além da linha de pobreza e a melhorar as condições de vida das populações.

Fizemos uma simulação para tentar perceber o que é que teria acontecido caso tivéssemos tido as mesmas taxas de crescimento

económico nos países africanos, embora com mais intensidade de crescimento em setores da economia com produtividade alta, mas também ricos em emprego, porque as duas condições são importantes. Os resultados apontam para uma relação positiva entre a taxa de crescimento económico e a redução da pobreza, mas é uma relação relativamente ténue, mais uma vez refletindo a ideia de que a eficácia do crescimento económico na redução da pobreza em África tem sido limitada. Caso tivesse havido esta transformação estrutural, se a composição do crescimento económico tivesse sido diferente, tivesse sido mais rica em empregos e de mais alta produtividade, então teríamos observado um muito mais forte impacto do crescimento económico na redução da pobreza. O que se verifica é que, se olharmos para o que acontece com as populações em África, o problema não é tanto que não estejam a trabalhar. Segundo os números da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a taxa de desemprego em África é alta, mas não excessivamente alta. Mas o desemprego é uma má medida para perceber aquilo que se está a passar, porque as pessoas estão a trabalhar, mas estão a trabalhar em atividades de subsistência, trabalho familiar, atividades que pagam muito mal e nalguns casos não pagam salário nenhum, aquilo que a OIT chama emprego vulnerável. Os dados mostram que para as mulheres isto é particularmente grave: 85% das mulheres que trabalham em África estão nestas condições. Embora estejam a trabalhar, estão em atividades em

que não recebem ou recebem muito pouco. Isto compara-se com uma média de cerca de 50% nos países em desenvolvimento.

A mensagem aqui é que o trabalho em África não é um caminho ou não tem sido um caminho para sair da pobreza. Quatro em dez dos africanos que trabalham neste momento vivem abaixo do limiar da pobreza extrema, com menos de um dólar por dia, comparado com menos de um em cada dez, em média, no mundo em desenvolvimento.

Em África, há de certa forma aquilo que o economista Michael Lipton, da Universidade de Sussex, identifica como uma crise de transformar o trabalho em rendimento. E portanto, esta necessidade de mudar a natureza do crescimento económico que tem havido em África é um tema central, que tem surgido nas consultas que temos vindo a fazer sobre a Agenda Pós-2015 em África. E este é um elemento novo porque, de algum modo fazendo uma crítica construtiva àquilo que os ODM propunham, todos os objetivos eram de certa maneira sociais, não havia nada relativamente aos setores produtivos, à natureza do crescimento económico. Aquilo que nós temos vindo a verificar é que há um interesse crescente em trazer este tema da natureza do crescimento económico para a Agenda Pós-2015.

Eu concluía aqui a primeira parte da minha intervenção e agora queria só fazer algumas observações relativamente à forma



como se pode fazer a monitorização dos compromissos que venham a ser assumidos para uma Agenda Pós-2015 e queria tirar três lições positivas daquilo que foi alcançado com os ODM, e mencionar três dificuldades ou desafios que eu vejo que poderão surgir.

A primeira lição é que é importante ter objetivos, metas. Metas que sejam ambi-

ciosas mas exequíveis, e que sejam fáceis de perceber pelas pessoas, pela população em geral. Por exemplo, reduzir a pobreza em metade é uma coisa que se percebe. A ideia agora parece ser um bocadinho mais ambiciosa, no sentido de erradicar totalmente a pobreza e hoje, que é o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, acho que é importante salientar este ponto. Portanto, ter metas, ter objetivos

ambiciosos, mas exequíveis e fáceis de comunicar é importante.

Em segundo lugar, e isto foi mencionado na sessão de abertura, é importante haver uma apropriação nacional destes objetivos. Quando os ODM foram propostos, o PNUD investiu muito em contribuir para que houvesse esta apropriação nacional, de diversas formas, através do apoio à produção de relatórios nacionais relativamente ao progresso que os países vinham fazendo para atingir as metas propostas, através da divulgação de informação. É muito importante que haja esta interiorização a nível nacional e que estas metas não sejam coisas abstratas que fiquem em Nova Iorque, pelos corredores da Organização das Nações Unidas, mas que cheguem de facto às pessoas. Por essa via depois poderão fazer pressão para que os decisores políticos e os governantes tomem ações necessárias para caminhar no sentido de atingir as metas.

E o terceiro elemento, muito importante na minha opinião, foi haver uma comunhão ou sintonia entre as grandes organizações internacionais em torno dos ODM. *A Declaração do Milénio das Nações Unidas*, do ano 2000, não foi o primeiro documento desta organização que propôs metas, mas foi a primeira vez em que houve uma sintonia entre as organizações financeiras internacionais e as grandes fundações filantrópicas, em torno de um caminhar no mesmo sentido e de apoiar a agenda para atingir os ODM.

Quanto aos desafios para o futuro, em primeiro lugar, aquilo que se perspetiva é que não haja dois tipos de objetivos. Nos ODM há uma dicotomia de fundo: há metas que se propõem aos países em vias de desenvolvimento e metas diferentes que se propõem aos países desenvolvidos. Já na Declaração do Milénio a lógica era que os países mais desenvolvidos assumiam o compromisso de apoiar os países em vias de desenvolvimento, designadamente através da ajuda oficial para o desenvolvimento, e os países em desenvolvimento assumiam o compromisso de investir em políticas que os fizessem caminhar no sentido de atingir os objetivos. Aquilo que se perspetiva agora é uma coisa diferente, é haver um conjunto único de objetivos. Ainda não está decidido, e as negociações estão a começar, mas todos os relatórios que temos vindo a ver e tudo aquilo que temos vindo a perceber das consultas, apontam no sentido de haver um objetivo único para todos os países, que é bom, que é positivo, mas que talvez venha a causar algumas dificuldades no que diz respeito à implementação e à monitorização.

O segundo aspeto está relacionado com isto, e é a ideia de que o mundo da cooperação internacional que nós tínhamos em 2000 é muito diferente do mundo da cooperação internacional que nós temos hoje em dia, em grande medida porque há um conjunto de países emergentes — o Brasil, a China, a Turquia, a Indonésia, a África do Sul e outros — que não se veem como países em desenvolvimento no sentido estrito,

mas também não querem ser vistos como países doadores tradicionais, e é fácil perceber porquê. São países que se confrontam com grandes desafios internos, em que as pessoas ainda vivem em pobreza extrema, mas ao mesmo tempo, já têm, em princípio, rendimento suficiente para tomar conta destes problemas sem terem necessariamente ajuda externa.

Portanto, passar de uma dualidade para uma estrutura mais complexa, com a introdução de temas como a desigualdade, a transformação estrutural, e outros como a qualidade das instituições, os conflitos, etc., vem também dificultar a forma como se vai fazer a monitorização dos novos objetivos que aí vierem.

E terminava assim, muito obrigado.

# III - PAZ, SEGURANÇA E FRAGILIDADE

---





# EMÍLIA PIRES

Ministra das Finanças de Timor-Leste e membro do Painel de Alto Nível da Agenda Pós-2015



Muito obrigada pelo convite para falar sobre o futuro da agenda global de desenvolvimento para a comunidade dos países de língua portuguesa. Desde que tive a honra de ser convidada pelo Sr. Ban Ki-Moon, o secretário-geral da Organização das Nações Unidas, para fazer parte do painel de alto nível para a *Agenda de Desenvolvimento Pós-2015*, tenho viajado bastante. Tenho discursado sobre e discutido os resultados das constatações do painel. Porém, hoje é diferente para mim, hoje sinto-me em casa. É a primeira vez que discurso perante os meus colegas portugueses no âmbito da minha própria comunidade de países de língua portuguesa.

Somos nações com aspirações comuns, somos uma comunidade com um passado de apoio e solidariedade mútuas. Temos um passado de união e de falar a uma só voz, frequentemente contra os mais poderosos. E apesar de termos um passado de desafios comuns, temos igualmente um passado de sucessos comuns. Olhemos agora juntos para a *Agenda de Desenvolvimento Pós-2015* que sucede aos *Objetivos de Desenvolvimento do Milénio* (ODM). Olhemos agora para a forma como a nossa voz comum, a nossa posição na comunidade global e o nosso apoio mútuo podem fazer a diferença onde ela é mais necessária, nomeadamente nas nações mais frágeis, algumas das quais são membros orgulhosos da nossa comunidade. Precisamos de promover juntos a construção da paz e a construção do Estado como formas de consolidar a estabilidade e a paz a longo prazo,

já que, sem isso, não pode haver desenvolvimento sustentável.

Muitas vezes dizemos que sem paz não pode haver desenvolvimento e sem desenvolvimento não pode haver paz. A paz é o ponto de partida para se pôr fim aos conflitos, construir os Estados e erradicar a pobreza. Para tal, é preciso transformar a ajuda externa em relação ao que ela representa atualmente. Então, como fazer isto? Juntos, enquanto fórum, representamos aproximadamente 250 milhões de pessoas, uma população muito semelhante à da Indonésia. A nossa importância não está na nossa população coletiva, mas sim na nossa esfera de influência. Abrangemos quatro continentes, África, América do Sul, Ásia e Europa. Representamos economias em desenvolvimento, emergentes e desenvolvidas. Representamos desde as nações mais antigas até aos Estados mais recentes, tal como o meu país, Timor Leste. Estamos unidos não só pela língua, mas também pela cultura, pela diplomacia e pela promoção de objetivos comuns. Fazemos parte de outros fóruns, como foi mencionado recentemente, o G7+ e os BRICS, a partir dos quais podemos influenciar a política global. Está na hora de utilizarmos a amplitude da nossa influência para granjear apoio, não só para os nossos próprios membros como também para os cidadãos mais vulneráveis do mundo inteiro que vivem em contextos de fragilidade e de conflito.

A paz, enquanto meta na *Agenda Pós-2015*, não deve ser controversa. A *Declaração do*

*Milénio das Nações Unidas* foi acordada por mais de 180 líderes mundiais em setembro de 2000 e continha oito objetivos principais, sendo o segundo a paz, a segurança e o desarmamento. A declaração afirmava, de forma clara, que não pouparemos esforços para libertar os nossos povos do flagelo da guerra, seja dentro dos Estados, seja entre eles. A declaração abriu com o compromisso de estabelecer uma paz justa e duradoura em todo o mundo e terminou com o compromisso de realizar as nossas aspirações universais de paz, cooperação e desenvolvimento. Acontece que, quando se desenvolveram os *Objetivos de Desenvolvimento do Milénio* a partir da declaração, a paz foi colocada num cesto demasiado difícil. Ignorámos, em grande medida, o compromisso feito na declaração e criámos os *Objetivos de Desenvolvimento do Milénio*, os quais não continham os alicerces essenciais para o desenvolvimento sustentável.

Isto deve-se ao facto de alguns acharem que seria uma sobreposição relativamente à agenda do Conselho de Segurança. A estes digo que são os Estados e não o Conselho de Segurança que podem gerar uma paz duradoura. Outros acharam que seria uma sobreposição relativamente a questões de soberania. A estes respondo que a guerra nunca é um fenómeno isolado e que nunca se conseguiu contê-la como questão de soberania. A influência da guerra atravessa fronteiras, afeta economias e, em última instância, sensibiliza populações, mobiliza ativismo a nível internacional, quer se queira quer não. A paz

é um objetivo para a autopreservação e para o protecionismo soberano. A paz dá a cada Estado os alicerces necessários para que este possa concretizar os ODM que foram acordados universalmente.

Que alicerces são estes? Para manter a paz é necessário que haja instituições estatais capazes de prestar serviços e para prestar serviços é necessário que haja paz. A isto chamamos «construção de paz e construção de Estado». A construção de paz e construção de Estado consolidam o Estado para manter a paz, ao mesmo tempo que a paz garante a consolidação do Estado. São, por isso, princípios interdependentes. Sem haver construção de paz e construção de Estado, é impossível concretizar os ODM, como aliás se provou nestes últimos treze anos, em que nenhum Estado frágil foi capaz de concretizar um só objetivo.

Todos concordam com as metas universais articuladas nos ODM, como a erradicação da pobreza, a promoção da saúde, a educação e igualdade dos géneros e assimilação global. Todavia, cada uma destas metas requer instituições estatais para a prestação de serviços, promoção de legislação e concretização de objetivos. Se procurarmos atingir estas metas sem termos instituições estatais, os parceiros de desenvolvimento vão contornar o Estado e com isso enfraquecer ainda mais as instituições deste. Nas nações afetadas por conflitos existem muitos mais efeitos causais. Quando os planos não são inclusivos, quando não pertencem aos próprios países e não

são liderados por estes, é frequente que ressurjam conflitos, uma vez que as suas causas não foram atacadas. Os conflitos ressurgem quando os cidadãos de um Estado não têm afinidade, nem unidade nacional, nem acessibilidade económica. Os conflitos acontecem quando um Estado não consegue dar oportunidades às pessoas. Este é um ciclo vicioso que precisa de terminar.

A construção da paz e a construção do Estado revelaram-se um catalisador importante para o desenvolvimento acelerado e sustentado.

A construção da paz e a construção do Estado têm cinco objetivos principais. O primeiro objetivo é a inclusão. É necessário que os cidadãos se sintam parte do Estado e não desenraizados. Os cidadãos precisam de ter voz e de ser ouvidos. Por exemplo, em Timor Leste tivemos um exemplo em que 800 cidadãos sentiam que o Estado não os representava e que só através das armas podiam expressar as suas reivindicações. O governo mostrou-lhes que havia outra forma de resolver os problemas, uma forma mais inclusiva. Deste modo, foi possível reintegrar estes 800 cidadãos com pacotes económicos de compensação por vencimentos perdidos em resultado do que sentiam ser uma exoneração injusta por parte do executivo. Em vez das armas, usámos o diálogo inclusivo, tendo conseguido um contrato entre os cidadãos e o Estado que foi honrado por todos. Assim, uma situação que podia ter conduzido a outro conflito civil, foi resolvida através do diálogo inclusivo. Este tornou-se

o objetivo número um a nível da construção da paz e da construção do Estado.

O segundo objetivo é a segurança. Para que as pessoas regressem às suas vidas normais, é necessário que se sintam seguras. Em 2007, tínhamos um quarto da nossa população a residir em 65 campos de refugiados internos, com medo de regressar às suas casas. Este objetivo estava assim dependente do primeiro objetivo, já que sem os rebeldes entregarem as suas armas, os deslocados internos não sentiriam que era seguro regressar.

O terceiro objetivo é a justiça. Não só a justiça criminal mas também a justiça económica e social, de forma a haver um Estado equilibrado. O processo de reintegração dos 150 mil deslocados internos demorou dois anos e só foi possível graças ao diálogo inclusivo e a pacotes fiscais de justiça económica. Estes refugiados não tinham perdido os seus lares e as suas posses por culpa própria, mas sim em resultado de uma situação de conflito, pelo que era nossa obrigação enquanto Estado fazer o que era justo a nível social. Isto mostrou que, num contexto de fragilidade, a justiça social e a justiça económica são tão importantes como a justiça legislativa.

O quarto objetivo, as bases económicas, essenciais num Estado frágil, uma vez que estas são necessárias para o Estado garantir a prestação de serviços. As bases económicas abrem caminho à criação de emprego e o fator mais importante para quebrar o ci-

clo de conflitos é a recuperação económica acelerada. A circulação rápida de dinheiro na economia é um sinal de que existe paz. As pessoas sentem que ela existe quando veem que há ganhos rápidos e conquistas rápidas, quando sentem a mobilização e têm a possibilidade de participar nela. Para haver paz é essencial que haja recuperação económica, através de pacotes de emprego ou de esquemas por parte do setor privado.

Por fim, enquanto Estados, não podemos erradicar a pobreza se não pudermos gerir os nossos próprios recursos e receitas. Portanto, o quinto objetivo é a gestão dos recursos e das receitas, que é vital para a construção dos Estados, uma vez que lhes permite investir na nossa economia e, mais importante ainda, no nosso povo.

Estes cinco objetivos de construção da paz e da construção do Estado saíram do G7+, um grupo de dezoito Estados frágeis que se juntaram para identificar as suas prioridades no caminho da fragilidade para a solidez. Posso dizer que já institucionalizámos o encontro anual com o presidente do Banco Mundial, assim como com a Madame Lagarde, do Fundo Monetário Internacional. Antigamente ninguém nos ouvia, mas agora, como somos dezoito, a voz é mais forte e influente.

Posso dizer que muitas destas lições aprendidas foram também retiradas da experiência de Timor Leste. Timor Leste é atualmente o anfitrião do secretariado do G7+, ao qual eu tenho a honra de presidir.

Os objetivos da construção da paz e construção do Estado fazem parte de uma nova arquitetura de ajuda externa chamado *Novo Acordo para o Envolvimento em Estados Frágeis*. Esta foi a primeira vez na história em que nós nos juntámos enquanto comunidade global e reconhecemos que cada Estado frágil que é afetado por conflitos tem um contexto específico que requer uma abordagem feita à medida. O novo acordo tem três elementos. O primeiro já referi, nomeadamente os objetivos de construção da paz e construção do Estado. O segundo elemento é o FOCUS, uma sigla que denomina uma nova forma de envolvimento progressivo e abrangente. O terceiro elemento é o TRUST, outra sigla que representa um conjunto de compromissos mútuos.

Precisamos pôr fim aos conflitos, construir os Estados e erradicar a pobreza. A frase-chave para os *Objetivos de Desenvolvimento do Milénio* é erradicar a pobreza. Há duas coisas que é preciso fazer para se poder erradicar a pobreza: é necessário pôr fim aos conflitos e é necessário construir os Estados. Só assim será possível.

Devemos juntar-nos em torno do objetivo da paz e da construção do Estado, tal como já nos juntámos em torno de tantas outras coisas.

Gostaria de vos lembrar que eu não estaria aqui hoje se não fosse o vosso apoio veemente ao povo e à nação de Timor Leste.



A bandeira da CPLP tinha antes sete asas mas hoje tem oito, representando a soberania de Timor Leste e a nossa presença como Estado neste fórum. Se um grupo tão pequeno conseguiu isto, imaginem o que poderemos conseguir se nos mobilizarmos em torno da realização do que foi defendido na declaração do milénio.

Muito obrigada.

# DOMINGOS SIMÕES PEREIRA

—  
*Investigador, Guiné-Bissau*



Muito boa tarde. Permitam que comece por me associar a todos quantos desde esta manhã deram aqui o seu reconhecimento pela validade e a importância deste exercício. Merecer o convite da Fundação Calouste Gulbenkian e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para voltar a Lisboa e ter o privilégio de partilhar este palco com eminências, pensadores políticos do nosso espaço da CPLP é de facto um privilégio que eu não posso aqui deixar de enaltecer. Também queria cumprimentar os altos responsáveis dos nossos países que aqui estão, reconhecer a presença dos ex-primeiros-ministros de São Tomé e Príncipe e Moçambique, do ex-ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal e moderador deste painel, dos nossos ministros de Cabo Verde e Timor Leste, dos senhores embaixadores. Não posso deixar também de reconhecer a presença de muitos guineenses, guineenses de nascença e guineenses de conversão, guineenses por simplesmente sofrerem connosco isto que já é de facto um percurso bastante sinuoso. Mas como eles não deixam de acreditar, nós não temos o direito de não continuar a acreditar, e a todos queria dizer o nosso «muito obrigado».

O desafio de falar sobre o futuro da agenda global de desenvolvimento e visões para a CPLP, e sobretudo tratando-o no contexto da paz e segurança, leva-me a pensar que faz sentido começarmos por contextualizar a criação da própria CPLP.

A CPLP é, de facto, uma conjugação muito diferenciada de realidades e objetivos, mas que se inicia de modo consensual e pacífico. Quando se avança para a fundação da CPLP, eu subscrevo aquilo que foi o entendimento inicial - começar com coisas básicas. Nós reconhecemos que temos uma língua em comum, reconhecemos que temos traços culturais que são comuns e portanto aí há um consenso e é com base nesse consenso que vamos tentar construir algo. Mas obviamente que a progressiva inclusão e envolvimento dos povos pressupõe o atendimento das suas expectativas e ambições, de que as metas de desenvolvimento do milénio são indicadores substantivos e relevantes. Foi em 2006, na sexta cimeira de chefes de Estado e do governo que teve lugar em Bissau, que se definiu uma estratégia geral de cooperação da CPLP e se estabeleceu que, em cada cimeira de chefes de Estado e de governo serão examinadas as inflexões ou adaptações a introduzir na estratégia de cooperação tendo em conta a evolução da própria organização e o contexto internacional. A partir dessa altura, a revisão e o acompanhamento dessas metas do desenvolvimento do milénio passam a ser parte integrante da agenda permanente da CPLP.

A avaliação do desempenho tem que ser responsabilidade de cada um dos Estados membros, mas no cômputo geral é evidente que se registaram importantes progressos, havendo Estados membros que assumem claramente o empenho de cumprir, até 2015,

todas as metas fixadas no início do milénio. Infelizmente, essa avaliação está longe de ser geral e uniforme. Há, aliás, a possibilidade de existirem casos ou pelo menos um caso em que não se deverá atingir nenhuma das metas estabelecidas. Mas, mais preocupante do que constatar que se corre o risco de não se cumprir nenhuma das metas estabelecidas, é constatar que esse desempenho objetivamente negativo pode estar dependente de outros fatores não monitorizados nem acompanhados pelas metas de desenvolvimento do milénio: a questão da paz, da segurança e da estabilidade. Este diagnóstico não é meu, eu pedi-o emprestado à nota que a Fundação Calouste Gulbenkian e a CPLP nos submeteram.

Para falar de paz, segurança e fragilidade é preciso e necessário constatar e reconhecer que os avanços e os retrocessos são próprios da condição humana. Não podemos conceber um processo linear, constante e «inevitável» porquanto as instituições públicas, nacionais e internacionais, são, em última instância, as pessoas que nelas se encontram e portanto, sendo nós próprios vulneráveis às mudanças, temos que reconhecer que as instituições nos acompanham nessa vulnerabilidade e nessa inconstância. Mas, apesar disso, é preciso reconhecer que o direito à segurança forma um par com o direito à liberdade, não há segurança se dissociada da liberdade. A segurança é um direito, porque ela é a primeira das liberdades que permite a expressão de todas as outras e

por força do contrato social, a segurança é um fim do Estado, cuja produção incumbe aos seus serviços de controlo social e coativo. Ou seja, é fundamental que os nossos dirigentes, que os nossos decisores políticos, compreendam que não se está a pedir nada mais que o normal quando se espera que o Estado ofereça aos seus cidadãos um ambiente de segurança, porque está, de facto, a cumprir um dos pilares fundamentais para a existência da segurança e do desenvolvimento.

Mas há países que se vão descobrir no epicentro de disputas sobre as quais muito pouco têm a dizer. Responsabilizamos a Conferência de Berlim por dividir África de forma geométrica e sem sensibilidade para os espaços geográficos de cada povo e cultura, mas o evento das independências ainda não sanou todos os problemas — não deciframos as origens e os mecanismos seculares de estabelecimento dos povos. Estamos no momento ou na conjuntura onde novas fronteiras têm que ser definidas, novas fronteiras geográficas, mas também novas fronteiras de segurança, novas fronteiras económicas, novas fronteiras da cultura.

O que nos leva à Organização da Nações Unidas (ONU). A *Carta das Nações Unidas* é tida como a última versão normativa da igualdade das soberanias, mas esse documento defende o conceito da soberania absoluta que afirma que todos os Estados têm direito a um voto igual e a igual reserva



de jurisdição interna. Só que logo a seguir vamos falar de hierarquias, vamos falar do direito de veto e aí temos que reconhecer que a realidade da hierarquia das potências origina um grupo de países de natureza exígua, frequentemente submetidos aos efeitos colaterais de conflitos, ambições, decisões, nos quais nunca participaram como agentes e onde provavelmente terão poucas oportunidades de participar. Eu gostei des-

ta afirmação do ministro da Defesa do Brasil, o nosso ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, Celso Amorim, quando diz que «a paz não é um bem internacional livre: a manutenção da paz tem um preço.» Esse preço é o da participação. Ausentar-se ou eximir-se de opinar ou agir diante de uma situação de crise pode significar a exclusão do processo de tomada de decisões ou, pior, a dependência em relação a outros países

ou regiões. Felizmente, eu não preciso de dar o exemplo da Guiné Bissau porque a ministra das Finanças de Timor Leste, que me precedeu, utilizando o exemplo de Timor ilustrou como, por via da relevância que nós vamos conquistando no cenário internacional, acabamos prestando ao país esse serviço fundamental de estar presente nas instâncias de decisão e por força dessa presença, não sermos simplesmente objetos das tomadas de decisão, mas podermos realmente reclamar o direito de decidir o nosso futuro e o nosso destino.

As questões são então: como estar presente e tomar parte nos centros de decisão, para não ser apenas objeto delas; como acomodar o inevitável processo de hierarquização das potências e preservar igual dignidade dos países membros. Estas questões foram colocadas pelos organizadores desta conferência, por outras palavras, e a única coisa que eu prometo é o meu esforço para acompanhar a linha de raciocínio que nos foi proposto.

Quando nós falamos da *Agenda de Desenvolvimento Pós-2015*, a questão é como conciliar o respeito pela soberania nacional e a responsabilidade internacional pela salvaguarda dos direitos humanos.

É fundamental aqui dizer que a adesão aos espaços regionais de integração é sempre uma escolha sem escolha. Nós não podemos escolher o espaço onde nascemos e o espaço onde está localizado o nosso país.

Temos é que ser capazes de aprender a conviver com o que temos e promover os consensos e os entendimentos necessários para que essa zona seja, de facto, uma zona propícia não só à existência da paz e da estabilidade mas sobretudo às condições básicas para o desenvolvimento.

Primeiro, eu queria argumentar que a CPLP não tem a vocação de concorrer com os Estados nos seus espaços de integração. Eu já o disse antes: a escolha de integração no espaço regional é uma escolha sem escolha. Nós pertencemos a esse espaço e temos que aprender a conviver com o espaço geográfico ao qual pertencemos. Contudo, é a vocação, sim, da CPLP, que assista a esses países nesse processo de integração. É fundamental que a CPLP reforce o estatuto de observador junto da ONU e que desenvolva ações de parceria com as agências especializadas. E está a fazê-lo, simplesmente temos que o fazer a outro ritmo e com outro tipo de incidência. Deve assumir uma maior presença e importância nos grupos internacionais de contacto: utilizando neste caso o exemplo da Guiné-Bissau, não só o Grupo Internacional de Contacto, como a Comissão para a Consolidação da Paz. Deve reforçar e estender as parcerias com a União Africana, no âmbito global de África, mas particularmente com as organizações sub-regionais, como a SADC (Southern African Development Community), a CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental), a CEEAC (Comunidade Económica dos Estados da África Central),



assim como a União Europeia, a Mercosul (Mercado Comum do Sul) e a ASEAN (Association of Southeast Asian Nations).

A dificuldade está a nível do compromisso dos Estados, acreditarem na existência da CPLP e lhe delegarem alguma competência que permita jogar esse papel. Muito se pede à CPLP e muitas vezes, quando falamos da CPLP, é para exprimir a nossa frustração

por não conseguir atingir os objetivos que são fixados. Quando vamos verificar quais as competências que são delegadas, para em nosso nome e em nossa representação, poder agir no circuito internacional, elas são mais que minúsculas.

Em relação à agenda global de consolidação institucional que beneficie de um consenso alargado e não seja uma mera

imposição externa dos países doadores, eu acho que aqui o problema é África. No contexto global da CPLP, o que falta ser feito é África. A existência de escala é uma condição necessária, mas reconheço que pode não ser suficiente. O problema é que África continua muito fragmentada e sendo muito fragmentada, não consegue promover o processo de integração e marca a ausência nos mecanismos de interlocução com os seus pares a nível internacional.

Outra questão que eu também queria aqui abordar é a questão da NEPAD (New Partnership for Africa's Development): em vez de insistirmos na questão da transformação da NEPAD numa instituição, a NEPAD tem de ser uma filosofia, um mecanismo de análise global que permita aos Estados paulatinamente encontrarem os seus recursos, a sua definição de prioridades, os mecanismos de resposta às suas necessidades, porque senão transforma-se em mais um elemento de cooperação entre o doador e o beneficiário.

Concluindo, de facto há que fazer uma avaliação positiva de todos os efeitos dos *Objetivos de Desenvolvimento do Milénio*. Não é uma questão de dizer conseguimos todos ou não conseguimos. Não é uma avaliação qualitativa, mas uma avaliação no sentido de reconhecer que o facto de ter havido a fixação de metas permitir hoje olhar para trás e dizer onde é que falhámos, ou pelo menos o que é que não funcionou, e estabelecer outros desafios.

Uma nota sobre a Guiné-Bissau. À altura da criação da CPLP, o registo era indicativo da existência de várias situações difíceis e que dificultavam a avaliação prospetiva da organização. Angola ainda estava em conflito na altura e Moçambique estava a sair de um conflito. Mas hoje será sem sombra de dúvidas a Guiné-Bissau o caso mais paradigmático e que melhor ajudará a justificar a existência ou não de uma organização como a CPLP. Eu digo bem, a existência ou não. Ou somos capazes de ter relevância no processo ou então provamos realmente a incapacidade de atender a essas necessidades.

Eu trago aqui quatro elementos: o primeiro refere-se ao domínio social ou antropológico, ou seja, o facto de as estruturas que hoje habitam o território da Guiné-Bissau pouco conhecerem do seu passado pré-colonial, demonstrando evidente dificuldade em estabelecer pontes de entendimento e convivência pacífica. Há que decifrar e há que ser capaz realmente de controlar esses efeitos. Há uma absoluta necessidade de resgatar a história e eliminar as bases dos complexos prevaletentes e que vão transmitindo às novas gerações sentimentos de riscos existenciais.

No domínio económico, uma maior aproximação e cooperação entre a CEDEAO e a CPLP devia permitir que esta apoiasse os esforços para a efetiva integração da Guiné-Bissau na CEDEAO e, de forma sustentada, assegurasse que países como a França e como Portugal pudessem contribuir para

o reforço e desenvolvimento de relações fortes e positivas entre a Guiné-Bissau e os seus vizinhos, promovendo o apaziguamento das tensões ainda prevaletentes. A Guiné-Bissau não pode continuar a ser vista como uma anomalia na zona onde se encontra implantada geograficamente.

A definição das novas fronteiras de segurança, tais como as económicas e culturais, não se pode realizar num clima de desconfiança entre as que deviam ser as principais potências impulsionadoras dessa integração. A educação, apoiada pelos países de língua portuguesa, não se pode apresentar como uma tentativa de distanciamento da região, e às vezes é esse o sentimento que prevalece.

Agradeço a atenção.

# JOSÉ MANUEL PUREZA

—  
Coordenador do Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra



Este é o tempo tempo de pensar no pós-2015 a partir do que tem sido o caminho percorrido até agora no combate ao aprofundamento das assimetrias de desenvolvimento em escala mundial. Nesta breve apresentação limitar-me-ei a um conjunto de considerações propedêuticas para este exercício irrecusável.

Em primeiro lugar, importa testar intelectual e politicamente o que queremos significar precisamente com “o futuro da agenda global de desenvolvimento”. E para o fazer nada melhor do que fazer perguntas aparentemente tão desconcertantes e impertinentes como as das crianças. Tomemos, para esse efeito, como objeto de referência a conhecida afirmação “não há paz sem desenvolvimento, não há desenvolvimento sem paz, e não há nenhuma das duas coisas sem direitos humanos.” A primeira pergunta que esta afirmação suscita é porque é que esta frase é tão facilmente aplicável à Guiné-Bissau ou a Timor Leste e é tão dificilmente aplicável a Portugal. Não há paz sem desenvolvimento, não há desenvolvimento sem paz — por que razão partimos intuitivamente do princípio de que esta não é uma afirmação feita a pensar em Portugal, mais ainda no tempo que estamos a viver? A razão é simples: isto mostra como há um discurso que é feito para fixar no senso comum uma caracterização da periferia do sistema mundial e para manter incólume o centro do sistema mundial, mesmo quando no centro — e sobretudo na semiperiferia do sistema mundial abundam traços de

crescente periferização, como acontece inequivocamente com Portugal.

A segunda pergunta a fazer em relação àquela frase é dupla: sem *qual* desenvolvimento é que não há paz? E sem qual paz é que não há desenvolvimento? No fundo, de que agendas é que estamos a falar? Pensar com responsabilidade os desafios do desenvolvimento global a partir de 2015 é algo que não se compadece com referências deixadas, por indolência, sem discutir. Isso impõe, neste caso, que clarifiquemos a genealogia e as relações de poder invariavelmente ocultadas dentro de palavras como ‘desenvolvimento’ ou ‘paz’. Por isso mesmo, a terceira pergunta que valeria a pena fazer é: “quem é que faz este discurso? E para que efeito?”

Estou convicto de que este pensamento, que joga com uma articulação fecunda entre paz, desenvolvimento e direitos humanos, coabitou ao longo do tempo que decorreu de pré-2015 com uma progressiva securitização do desenvolvimento. E coabitou também ao longo destes anos que levamos de aplicação dos *Objetivos de Desenvolvimento do Milénio* (ODM), com uma tendência de retração, aquilo a que nós chamaríamos hoje em Portugal de tendência recessiva, no que diz respeito à ambição, quer da agenda de desenvolvimento quer da agenda da paz. Estamos num contexto de retração das ambições que, há vinte anos atrás, tínhamos em relação a estas duas agendas.

É, a este respeito, importante lembrar que foi há precisamente vinte anos que foi publicado o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que lançou no debate público o conceito de segurança humana. Foi realmente o relatório de 1994 do PNUD que trouxe esse conceito, que lhe deu publicidade, digamos assim. Na verdade, o conceito de segurança humana foi uma espécie de conceito mágico que à pergunta “segurança de quem?” responde “segurança das pessoas, segurança das comunidades, segurança dos indivíduos”. Daí a centralidade dos direitos, a centralidade do desenvolvimento, daí o casamento virtuoso entre segurança e desenvolvimento. De alguma maneira, a frase “não há paz sem desenvolvimento, não há desenvolvimento sem paz” é uma das expressões desta cultura de que o conceito da segurança humana é um elemento absolutamente crucial e isso permitiu ampliar enormemente a agenda da segurança, incluindo nela temas que, classicamente, jamais estariam incluídos a não ser como temas laterais, desde a segurança alimentar até à segurança ambiental, passando pela segurança das pessoas do ponto de vista do seu relacionamento com os poderes políticos, etc..

Este conceito de segurança humana procurou, assim, dar resposta à grande diferença que marca profundamente o nosso mundo entre *non insured lives*, vidas não seguradas, e *developmental lives*, ou seja, vidas que desenvolvidas. Ora, esta promessa que apare-

ceu em 1994 está hoje, e de há algum tempo a esta parte, em clara retração. Sobretudo após setembro de 2001, a resposta à pergunta “segurança para quem?” passou a ser, na prática, “segurança para os que estão no centro do sistema mundial.” Isto supõe que, depois de 2001, houve uma viragem importante do ponto de vista da conceção e da relação entre desenvolvimento, paz e segurança. Este modo de pensar ancora numa tendência crescente que se desenhou a partir do início do século XX para representar as periferias do sistema mundial cada vez mais como os lugares de todos os perigos, como lugares de todas as disfunções, como o *habitat* natural da fragilidade estatal. Repare-se no conceito de Estado frágil ou nos conceitos, dele derivados, de Estado falhado e colapsado. Todo esse catálogo é claramente trabalhado para estabelecer uma caracterização da periferia do sistema mundo à medida da agenda intervencionista e disciplinadora dos países do centro. Por ser assim, esta visão remete para o interior dos países periféricos todas as causas do caos, da desgovernança, dos conflitos e da falta de segurança, e considera que tudo quanto seja resposta virtuosa a isso só pode vir do exterior desses países e das suas sociedades.

Foi neste contexto intelectual e político que a já assinalada trajetória declinante do conceito de segurança humana coexistiu com dois focos de problematização. Um procurou estabelecer formas máximas de intervenção e o outro procurou estabelecer limites mínimos de intervenção.



O primeiro foco é o discurso de *peace building*. Trata-se de um dispositivo retórico e ideológico que tem como efeito entronizar na teoria, no desenho das políticas e na respetiva implementação, um certo modelo de organização social, um certo modelo de organização da economia, um certo modelo de organização do Estado, dando-lhe uma escala universal e fazendo-o de uma maneira o mais porosa possível. Mesmo quando

não há tanques de guerra e intervencionismo “à antiga”, a normalização, a padronização, a uniformização de modelos está aí.

Este foco numa padronização máxima vai de mão dada com um foco em conteúdos mínimos. Esse foco tem um nome, chama-se *Objetivos de Desenvolvimento do Milénio*, a linha vermelha intransponível abaixo da qual se consensualizou não haver dignida-

de nem decência. É pois assumidamente um programa de mínimos. E essa natureza minimalista tem que ser levada em consideração no momento de pensar o alcance da agenda global de desenvolvimento pós-2015. Ou seja, há que responder com clareza à questão de saber se essa agenda deve ter por escopo conter danos extremos provocados pelo funcionamento corrente do *status quo* ou se deve antes ambicionar a uma outra fasquia, a saber a de alterar as condições estruturais que geram esses resultados.

É para mim claro que uma nova agenda global de desenvolvimento não pode deixar arrancar do questionamento do papel das receitas na perpetuação das causas. Note-se: questionar não é ter à partida uma resposta feita, é interrogar qual tem sido (e qual é) o papel que as receitas que visam atacar em profundidade os fenómenos da pobreza e do sofrimento em larga escala por ela provocado têm tido na perpetuação das causas dessa realidade. Por outro lado, é necessário que essa nova agenda global seja capaz de resistir à tentação de localizar os “problemas” e de internacionalizar as respostas para esses problemas. A arrogância de uma tal maneira de pensar evidencia bem que a relação colonial não se confina aos momentos de colonialismo formal. Em terceiro lugar, uma nova agenda que tenha a coragem e a lucidez de identificar quais são os fatores de violência estrutural e de violência cultural que moldam o sistema internacional que produz situações como

aquelas que se quis limitar com os *Objetivos de Desenvolvimento do Milénio*. Isso significa que devem ser tidas em conta as responsabilidades de um sistema que, ao funcionar dentro dos seus padrões de normalidade, produz pobreza, discriminação, exclusão, invisibilidade de culturas e todas as demais formas de violência.

Finalmente, é necessária uma agenda que tenha o arrojo de voltar a enaltecer, como aconteceu há sessenta anos atrás, o valor da autodeterminação. Uma das causas de maior perplexidade, para mim, no momento presente, é como o conceito de autodeterminação, seja nas periferias das periferias, seja nas periferias dos centros, entrou em declínio absoluto. Creio que resgatar o valor da autodeterminação e resgatar a sua densidade política e cultural é uma das tarefas mais importantes que, enquanto humanidade, temos diante de nós. Justamente como pressuposto de um desenvolvimento que seja global. Globalmente diverso e diversamente global.

Muito obrigado.

# IV - FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMEN- TO: RECURSOS INTER- NOS, MECANISMOS INOVADORES E COERÊNCIA DAS POLÍTICAS

---





# LUÍSA DIOGO

—  
 Antiga Primeira-Ministra de Moçambique e Presidente do Conselho de Administração do Barclays Bank, Moçambique



Muito obrigada e boa tarde.

Começo por agradecer o convite para participar nesta conferência internacional «O futuro da agenda global de desenvolvimento: visões para a CPLP». Gostaria de começar por congratular a Fundação Calouste Gulbenkian por realizar esta conferência. Não me surpreende a qualidade, esta fundação já nos habituou à qualidade. Só nos iremos surpreender se baixar de qualidade. É sempre com entusiasmo que aceito os convites da Fundação para participar nestas conferências.

Creio que esta conferência foi construída com uma abordagem muito idêntica à construção da própria Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), porque esta é uma organização que procura, na base da sua própria composição, levar as sinergias internas diversificadas dos seus países para fora e influenciar a agenda de desenvolvimento e trazer as sinergias externas para dentro da organização e fazer com que os seus países também contribuam e beneficiem destas abordagens que vêm do exterior. Isso vai provocando um ritmo de desenvolvimento que é o mais desejável. Foi com surpresa agradável que vimos o Brasil arrebatou lugares impressionantes no *ranking* mundial no posicionamento dos países desenvolvidos e vemos os outros países também da CPLP dando passos significativos rumo ao desenvolvimento.

Portanto, esta abordagem da conferência que procura trazer-nos a agenda de desenvolvimento nos próximos anos, pós-2015, e por outro lado procura recolher de nós as contribuições para o exterior; É uma abordagem exatamente idêntica àquela que é a da CPLP, trazendo debates globais para o âmbito dos seus 244 milhões de habitantes, nos seus oito países. A oportunidade é boa, é única, porque estamos a menos de dois anos do fim do período que definimos inicialmente para os *Objetivos de Desenvolvimento do Milénio* (ODM), e estamos agora a passar para os *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* (ODS). Eu, pessoalmente, na minha qualidade de membro do Painel de Alto Nível sobre a Sustentabilidade Global, sinto-me muito emocionada por ver que a ideia dos ODS é uma ideia já assumida pela humanidade. Quando nós debatemos o relatório do Painel de Alto Nível sobre a Sustentabilidade Global, antes da conferência Rio+20, nunca imaginámos que esta agenda fosse abraçada com tanto entusiasmo, com uma abordagem virada para a sustentabilidade global das ações que são tomadas em cada país.

Foi-me sugerido intervir neste painel sobre financiamento do desenvolvimento: recursos internos, mecanismos inovadores e coerência das políticas.

O financiamento não acontece em abstrato. Eu recorde-me que, quando era ministra das Finanças, sempre procurava fazer o dinheiro falar: falar da vida das pessoas, falar

das ações das pessoas, falar das atividades, não olhar para o dinheiro *per se*, mas olhar para aquilo que o dinheiro possibilita que as pessoas façam. E não é por acaso que este painel foi colocado no fim da nossa sessão de hoje. Exatamente porque é um painel que procurará encontrar a resposta em relação a todo o debate feito hoje, que procurará encontrar a resposta nos instrumentos que são necessários para tornar realidade aquilo que foi debatido hoje. Então, a definição dos mecanismos de financiamento tem a ver, em primeiro lugar, com a definição da agenda. E parece que a agenda, ao longo deste tempo, até 2015, vai-se configurando com clareza: uma agenda virada para a erradicação da pobreza, pensando-se em 2030. É uma agenda com muita ambição, virada para a transformação económica. E isso é bom, porque significa que em vez de pequenas reformas, visa transformar a estrutura produtiva e a capacidade de competir, bem como a produtividade dos países, abordando todas as componentes possíveis dentro de cada país. Portanto, em vez de se falar só em crescimento económico, fala-se também na transformação económica que permite um crescimento sustentável, um crescimento inclusivo em cada um dos países. Parece ser uma agenda clara e consensual, enquanto caminhamos rumo às metas de desenvolvimento sustentável do milénio.

A criação de emprego, que está interrelacionada com as duas primeiras questões, e é também um aspeto consensual. Mais de 45% da população em África é jovem e

isso é aquilo que nós consideramos que é o património especial que África tem, mas pode-se transformar num aspeto negativo. Em vez de ser um ativo pode ser passivo, se nós não conseguirmos abordar a questão da juventude e da formação de emprego com sucesso. A questão da formação de emprego aparece como uma questão fundamental, tal como o crescimento inclusivo dos países.

Então, a questão que é colocada a este painel, no meu ponto de vista, é: como organizar os países de tal maneira que possam responder do ponto de vista do financiamento para que esta agenda tão ambiciosa se torne realidade? Parece uma missão impossível.

Durante os debates de hoje, fomos ouvindo vários caminhos para tornar esta agenda uma realidade. Não há dúvida de que conseguimos, ao longo do percurso, ir registando sucessos, tal como fizemos em relação aos ODM, ir vendo a possibilidade ou a impossibilidade de realizar alguns dos objetivos e o grau de aproximação a determinada meta. Alguns não atingirão, mas já estarão a uma distância menor desse objetivo do que estavam antes da definição dos ODM. A monitorização é possível e é feita com base nos indicadores intermédios, que vão sendo definidos e que vão ser seguidos ao longo do caminho. Essas estratégias são estratégias que podem ser alcançadas com uma monitorização clara e com um acompanhamento claro, se as próprias estraté-



gias e os próprios objetivos forem claros e o papel de cada um for claro.

No caso concreto, deverá haver coragem de dar um papel específico e evidente ao secretariado executivo da CPLP. Às vezes é difícil o ministro das Finanças delegar no colega dos Negócios Estrangeiros alguns aspetos para serem debatidos durante as cimeiras ou então, muito mais

difícil, delegar no secretário-executivo da CPLP. Então, ao longo deste caminho tem que haver coragem de definir claramente o que é que cada um faz, porque aquele que tem acesso a mais informação e pode analisar a informação dos oito países com maior concentração, sem estar orientado para o dia-a-dia do seu país, é o secretário-executivo, estando em melhores condições para o fazer. Depois os frutos po-

derão ser colhidos pela própria liderança política do país.

Seria fácil responder a esta questão que é colocada em relação ao financiamento se olhássemos para aquilo que é a tributação atual e víssemos se ela é inclusiva, se a base tributária é suficientemente larga, e o que é que está por tributar. E aí nós podíamos dizer que o alargamento da base tributária é importante, e que podíamos começar por olhar os pequenos e médios empresários com outra atenção nos nossos países, para que eles pudessem contribuir na base da sua capacidade contributiva. Podíamos taxar, por exemplo, as tarifas das companhias aéreas, com uma tributação mínima das passagens aéreas. Ou podíamos taxar as tarifas de telefonia móvel, que é uma mina inesgotável de dinheiro, e dizer que, por cada SMS, por cada chamada telefónica, cada pessoa pagaria um valor tão pequeno que nem iria sentir, mas que, do ponto de vista de volume de operações do país, traria um grande benefício, e assim os países da CPLP poderiam alcançar grandes resultados.

Seria fácil falar dos impostos e dizer que a solução está na maneira como tributamos de forma inovadora para obter o dinheiro para o financiamento do desenvolvimento. Seria fácil falar com os parceiros internacionais, que dão ajuda pública para o desenvolvimento, com os quais as vezes travamos uma conversa de “surdos” e dizer «Estás a entregar pouco dinheiro

que o prometido», e ele responde «Eu vou entregar os montantes previstos» e depois não o tem conseguido fazer.

Com a preparação dos SDG (*sustainable development goals*) ou as metas de desenvolvimento sustentáveis, chegou a altura de termos uma conversa mais sustentável em relação ao financiamento. E eu irei abordar só três aspetos, como contributo. O primeiro aspeto é o da racionalização do financiamento. O segundo aspeto é o da inovação — temos que pensar no financiamento de uma forma inovadora. O terceiro aspeto é referente à eficácia e à efetividade da parceria ou da ajuda para o desenvolvimento, ou a eficácia e efetividade da utilização de recursos disponíveis para financiar os nossos programas.

Em relação à racionalização, eu penso que a primeira coisa que temos que reconhecer é que a capacidade de financiamento dos países tradicionalmente financiadores para a linha de ajuda pública ao desenvolvimento é menor do que aquela que existia. Este reconhecimento tem que ser feito com franqueza por parte do país doador e tem que ser feito com franqueza por parte do país receptor: que os 0,7% da ajuda pública para o desenvolvimento em relação ao produto interno bruto (PIB) já não resultarão na mesma fatia, mas que o cometimento de 0,7% não devia desaparecer. Portanto, o bolo é mais pequeno, mas este compromisso político de desenvolvimento de parceria internacional deveria prevalecer, com o



reconhecimento mútuo das limitações e das possibilidades de cada uma das partes. Nos debates que houver em relação ao financiamento dos SDG, que é o sistema de desenvolvimento por objetivos, deve ser feito com esta franqueza: «Olha, nós já não temos estes volumes. Os volumes que temos são estes, mas o nosso cometimento de 0,7% do PIB mantém-se.»

Então, são importantes o compromisso de médio/longo prazo, a previsibilidade dos desembolsos de fundos e o compromisso de transparência, a que chamamos *mutual accountability*, ou seja, a prestação de contas entre as partes, que não é uma prestação de contas sempre formal, é feita também na base da comunicação permanente. Esta prestação de contas mútua deve ser permanente e não apenas nos momentos em

que se faz monitoração e avaliação, tem que haver uma confiança mútua para se avançar. Isto em relação à racionalização. Portanto, é pouco dinheiro sim, temos de ter consciência disso. Vamos fazer um programa que seja conhecido, que se saiba como é que é feito, como e quando é desembolsado e quando é que acontece.

Esta questão da racionalização também tem a ver com o reconhecimento da existência de um novo bloco de parceiros internacionais com características específicas, os BRICS, que são um importante fator na ajuda ao desenvolvimento. Mas eles contribuem de forma diferente da ajuda pública ao desenvolvimento que era feita anteriormente, têm de entrar numa abordagem de cooperação/solução, mas de uma forma triangular. Eu vou dar o exemplo da relação que Moçambique tem com o Brasil: nós temos programas de desenvolvimento com o Brasil e com o Japão. No caso do Pro Savana, o Brasil trabalha connosco do ponto de vista tecnológico e do conhecimento e nós entramos no processo do ponto de vista de definição da estratégia e de envolvimento para atingir os objetivos que nós pretendemos. E o Japão apoia em financiamento. Portanto, é pouco dinheiro sim, mas quando nós vamos buscar o conhecimento no sul, um conhecimento ligado à realidade, com preços adequados às nossas limitações, e vamos buscar um parceiro do norte, que tem a possibilidade de ajudar, mas não com os valores que ajudava antes, nesta abordagem triangular com racionalização de

recursos pode-se avançar. A outra racionalidade de utilização de recursos diz respeito à entrada do setor privado, à necessidade de, em todos os projetos de investimento se considerar a possibilidade de envolvimento do setor privado.

E finalmente, o parceiro internacional que é classicamente de apoio público ao desenvolvimento, deve começar a ter um *mindset* virado para a mobilização do setor privado do seu país, e começar a abordar aquele país, com quem trabalhou anos e anos, nalguns casos até desde a luta da libertação e depois da independência, participando no desenvolvimento do país em conformidade com as necessidades que o mesmo tem para atingir as metas de desenvolvimento sustentável.

Na questão da inovação, os três aspetos fundamentais: a parceria público-privada, as concessões e o financiamento doméstico, a importância das receitas domésticas do país, que nós não estamos habituados a estimular muito, mas que devem começar a ser estimuladas.

E finalmente, a eficácia e a efetividade, que é o último aspeto que queria referir. Se cada moeda que anteriormente era utilizada para um projeto ainda está disponível, então procure-se fazer com que essa moeda passe a ser utilizada para vários projetos, para dois, três, quatro projetos, através de métodos de parceria e de utilização que sejam mais eficazes e efetivas, eliminando os

intervenientes, as “gorduras” no processo de investimento. E isto é válido quando é possível haver um programa claro de desenvolvimento, a distribuição clara de tarefas entre os intermediários do processo, e um papel claro para cada um dos intervenientes, do ponto de vista de definição da visão, preparação da estratégia, implementação do programa, monitoração e prestação mútua de contas para o desenvolvimento dos nossos países. E assim eu penso que caminharemos um pouco mais rapidamente rumo às metas de desenvolvimento sustentável do que caminhamos em relação às metas de desenvolvimento do milénio.

Obrigada.

# CRISTINA DUARTE

—  
Ministra das Finanças e do Planeamento de Cabo Verde



Começo por agradecer esta oportunidade à Fundação Calouste Gulbenkian. Eu, no início, resisti. Estou a vir de Washington, a caminho de uma sessão parlamentar na próxima semana. Tenho cinco diplomas físicos para defender, a minha primeira reação foi “escapar”, mas felizmente a Dra. Isabel Mota agarrou-me e tem sido gratificante. Eu agradeço.

Basicamente, eu vou falar de Cabo Verde, que é o que me apaixonou.

O QUE TEM SIDO O NOSSO MÓBIL DESDE 1975

É comumente reconhecido que Cabo Verde é um caso de sucesso. O Banco Africano de Desenvolvimento considerou Cabo Verde um caso de sucesso em 2012. Permitam-me aproveitar esta oportunidade para vos dizer o que move esta pequena nação que, até 1975, não era registada nos mapas oficiais.

Muito simplesmente, o nosso móbil desde 1975 tem sido a edificação de uma sociedade inclusiva e não podia ser de maneira diferente. Somos um país da fome de 1947. Em 1947, 30% da população morreu de fome. Este nosso passado recente interpela-nos permanentemente e é isto que alimenta a nossa combatividade. Recusamos, desde o início, a perspetiva assistencialista. Cabo Verde foi um dos primeiros países africanos a não aceitar a distribuição gratuita da ajuda alimentar. Lembro que, entre 1975 e 1979, foi difícil convencer os nossos parceiros internacionais, que nos

apoiavam com a ajuda alimentar, de que esta não podia e nem devia ser distribuída gratuitamente. Tinha que ser comercializada, permitindo arrecadar recursos e investi-los em infraestruturas, gerando emprego, densificando o mercado interno e, indiretamente, criando fontes de rendimento familiar. É com este mecanismo de reciclagem da ajuda pública ao desenvolvimento, na altura considerado *sui generis*, que Cabo Verde teve que eleger como sua prioridade o combate às pobreza monetária e não monetária. Pela via não monetária, iniciámos um processo de massificação da educação e de acessibilidade à saúde. Após 1975, a educação em Cabo Verde tornou-se um forte mecanismo de ascensão profissional e de mobilidade social. Isto permitiu uma densificação da sociedade civil. Daí estarmos neste momento a dois anos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), com uma taxa de escolarização de aproximadamente 100%. Também investimos na saúde. A taxa de mortalidade infantil neste momento em Cabo Verde é de 22 por 1000, muito perto dos ODM, e a nossa cobertura vacinal, tem sido consistentemente acima dos 95%. Desde cedo, fizemos do saneamento uma componente da saúde pública, na sua vertente de prevenção, pois, num país com poucos recursos, a aposta na prevenção é fundamental e os indicadores nesta matéria orgulham-nos: 65% da população tem acesso a condições básicas de saneamento e 92% da população tem acesso a uma fonte sustentável de água potável. A agricultura, nunca a abandonámos. Nem

quando, particularmente na década de 70 e 80, o discurso dos organismos internacionais foi por uma lógica de «industrialização como substituição de importações». Finalmente, depois de muita persistência, depois de décadas a olhar para o céu à espera que a chuva caia e não caía, decidimos fazer grandes investimentos na mobilização de água, e a agricultura em Cabo Verde começa a emergir como um setor digno da acumulação de capital. Começa a ser entendido pelos operadores económicos e pela banca como um setor atrativo e com taxas de retorno. Também investimos na habitação para combater a pobreza monetária. Há cerca de 12 anos, iniciámos um amplo programa nacional de luta contra a pobreza, financiado pelo FIDA (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola) e considerado neste momento uma referência. Para o Governo de Cabo Verde, uma política habitacional com todas as suas componentes, nomeadamente acesso à água e à energia, foi perspectivada, também para funcionar como uma incubadora de empresas familiares. Ao dignificar uma habitação, estamos a permitir que uma determinada família transforme esta habitação qualificada, numa microempresa familiar, densificando o setor informal e multiplicando os mecanismos de auto empregabilidade, um dos maiores desafios a nível da política económica. Poderão achar estranho ouvir uma Ministra das Finanças falar na densificação do setor informal. Nós chegámos à conclusão que, para formalizar, tem que haver primeiro um setor informal, tem que haver

a densificação do setor, ou seja, as pessoas têm de ter acesso a fontes de rendimento.

Para além da pobreza não monetária atacámos a pobreza monetária. Em contraste com o indicador do Banco Mundial, que determina que um rendimento de 1,25 dólares por dia constitui a linha da pobreza, usamos como referência o Coeficiente de Gini, como indicador das desigualdades sociais, o qual, no caso de Cabo Verde teve uma evolução bastante positiva no período entre 1975 e 1989. Durante a década de 1990, este mesmo indicador evoluiu negativamente, sinalizando um agravamento das desigualdades sociais (passando de 42 em 1990 para 55 em 2000). Uma evolução positiva deste indicador é retomada a partir de 2000, fazendo do combate às desigualdades sociais e a construção de uma sociedade mais inclusiva, uma das nossas bandeiras (em 2010 havia diminuído para aproximadamente 45).

Permitam-me uma referência em particular à pobreza extrema. Partimos de uma pobreza extrema de 23% em 2000 e neste momento estamos em torno dos 12%.

A edificação de uma sociedade inclusiva exige que a questão do género seja equacionada com seriedade. O papel e potencial da mulher, não só em termos económicos, mas também em termos sociais e culturais, chega a Cabo Verde com a independência e nesta matéria um justo tributo deve ser prestado à geração que lutou pela indepen-

dência. Quem teve acesso à documentação dos movimentos para a libertação da África Lusófona – FRELIMO, MPLA, PAIGC, PAICV, etc. – sabe perfeitamente que este valor foi trazido pelas lutas de libertação. Da independência a esta parte um longo percurso foi trilhado. No ensino básico e secundário atingimos a paridade, respetivamente 0,92 e 1,04. Em termos políticos, apesar de termos atingido a paridade em termos da Governação, a situação já não é tão positiva nos órgãos de poder democraticamente eleitos.

Concluindo este ponto, podemos afirmar que nos primeiros 15 a 20 anos de independência, reciclámos a ajuda pública ao desenvolvimento, o que nos permitiu iniciar o processo de construção de uma sociedade inclusiva, aumentar o PIB *per capita* de 190 US dólares em 1975 para 3.500 US dólares em 2008 e apresentar “sintomas” de país de rendimento médio.

QUE ALTERNATIVAS? ‘BUSINESS AS USUAL’...RECI-  
CLAGEM DA APD...OU TRANSFORMAÇÃO RÁPIDA

A graduação ocorreu em janeiro de 2008. Dos três critérios da graduação, Cabo Verde atingiu dois, e não atingiu o critério da vulnerabilidade, talvez o mais importante. São poucos os países que se graduaram de PMA para PRM, a comunidade internacional precisava de bons exemplos para justificar as regras e Cabo Verde foi um deles. Perante o desafio da graduação, mantemos a mesma combatividade com que enfrentá-

mos a fome de 1947 e vamos tentar fazer o nosso percurso de rendimento médio. Mas é aqui que as coisas se complicam. Reciclar a ajuda não foi muito complicado. Neste momento, quais são as alternativas que se colocam a Cabo Verde como país de rendimento médio? Continuar a fazer o mesmo, nomeadamente reciclagem da APD, ou seja “business as usual”, Cabo Verde não conseguirá manter uma trajetória ascendente. Por outras palavras, podemos dizer que fizemos bem até à data, mas se continuarmos a fazer o mesmo faremos seguramente mal. A graduação interpela-nos. A única alternativa é de fato acionar uma forte agenda de transformação. Uma transformação profunda da base produtiva, do tecido social e consequentemente dos referenciais comportamentais dos cabo-verdianos.

UMA VISÃO ESTRATÉGICA FORTE E MOBILIZADORA

Em pleno século XXI e atravessando a maior crise internacional dos últimos 75 anos, para um país pequeno e insular como Cabo Verde apostar numa forte agenda transformacional é algo bastante complexo, nomeadamente porque não exportamos nenhuma *commodity*, colocando Cabo Verde numa posição de desvantagem competitiva relativamente à maior parte dos países Africanos.

Neste contexto, Cabo Verde tem que reinventar e criar. Como é que podemos, sem a alavanca de uma *commodity*, edificar um crescimento económico sustentável e erradicar a pobreza? Primeiro, a identificação

clara de um ponto de partida: a posição geoestratégica de Cabo Verde associada a sua natureza arquipelágica, apostando no mar e no céu como recursos estratégicos. Somos aproximadamente 800 mil km<sup>2</sup> de mar e tão-somente 4 mil Km<sup>2</sup> de terra, estamos a uma hora de África, a três horas e meia da Europa, a três horas e meia da América Latina, e a cerca de cinco horas da América do Norte, dos Estados Unidos. Segundo, a transformação destes recursos não tradicionais em ativos intangíveis, através da operacionalização de novos motores de crescimento. Como é que se alavanca a posição geoestratégica? Numa economia assente essencialmente na reciclagem da APD, Cabo Verde emerge gradualmente com uma economia em que o turismo passou de uma posição no PIB de 6% em 2001 para 22% em 2012. Cabo Verde tornou-se um destino quer em termos de investimento direto estrangeiro no setor turístico, quer em termos de fluxo turístico. Em 2012, o fluxo turístico igualou a população de Cabo Verde. Acreditamos que este marco sinaliza o início de um processo de operacionalização de novos motores de crescimento. No entanto, não é objetivo da agenda de transformação especializar a economia cabo-verdiana numa economia turística. O turismo deve e está a funcionar como uma rampa de lançamento em termos de diversificação da base produtiva ao permitir um aumento do mercado interno, numa lógica de exportar para dentro. Se assim não for entendido, comprometemos a longo prazo o desenvolvimento futuro.

Para além do turismo, e sempre associados à posição geoestratégica de Cabo Verde, outros motores de crescimento estão a ser estruturados, devidamente enquadrados num conjunto de *clusters*, estes pilares da agenda de transformação: o *cluster* do mar, o *cluster* do *aerobusiness*, o *cluster* do agronegócio, o *cluster* das TIC, o *cluster* das energias renováveis, o *cluster* financeiro, e o *cluster* das economias criativas. Com uma visão claramente definida e assumida por todas as forças vivas iniciou-se um amplo programa de infraestruturização, pois, só assim era e é possível “tirar a agenda do papel”.

Cabo Verde nos últimos 10 anos levou a cabo um amplo e denso programa de infraestruturização económica, social e institucional. A nível portuário (*cluster* do mar) com a expansão e modernização de sete portos marítimos (Santiago, S. Vicente, Sal, Boavista, Santo Antão, Brava e Fogo) visando posicionar Cabo Verde como uma plataforma de transbordo no Atlântico médio. Tal irá permitir resgatar os estaleiros de reparação e construção naval, edificados desde a década de 80. Ao nível das pescas (*cluster* do mar) com a criação de uma zona logística de pescas de apoio à imensa frota pesqueira que opera no Oceano Atlântico. A nível aeroportuário (*cluster* do *aerobusiness*) com a expansão e construção de quatro aeroportos internacionais, visando posicionar Cabo Verde como um *Hub* de cargas e passageiros na África Ocidental. Ao nível das telecomunicações, com a ligação a dois cabos atlânticos de fibra ótica e a ligação de



todas as ilhas. Ao nível das TIC (*cluster* das TIC) com a cobertura do país por uma rede Wimax, a adoção da governação eletrónica e início da construção de um Parque Tecnológico-Cyber Zone. A taxa de penetração da internet atingiu 36%. Na energia (*cluster* das energias renováveis) com a instalação de Centrais Únicas em cinco ilhas e a construção do primeiro parque eólico. Cabo Verde faz parte da Comunidade Económica dos

Estados Oeste Africano (CEDEAO) e foi selecionando por esta organização para ser o epicentro da política regional das energias renováveis, albergando o centro regional da CEDEAO para as energias renováveis, assim como o seu centro de formação em energias renováveis. Ao nível da Rede Rodoviária, com a expansão e o *upgrade* da rede rodoviária em todas as ilhas. Ao nível da agricultura (*cluster* do *agrobusiness*) com

a construção de oito barragens, permitindo um aumento exponencial de água para a agricultura. Ao nível do capital humano, através de uma rede densa de formação do capital humano e ao nível da regulação, com a consolidação de um sistema regulatório em setores chave da economia: aviação, telecomunicações, marítimo, água e energia, transportes, produtos farmacêuticos, com o objetivo de fornecer ao setor privado nacional e estrangeiro um quadro com regras claras e previsíveis.

Acreditamos que esta visão estratégica nos irá permitir continuar e consolidar o percurso de construção de uma sociedade inclusiva. Os indicadores socioeconómicos de Cabo Verde são, neste momento, razoáveis. Atingimos, no entanto, este patamar, em termos de sociedade inclusiva, reciclando a ajuda pública ao desenvolvimento, a qual está a diminuir. Nos últimos três anos tem diminuído em média 30 a 40%.

Para continuar a erguer uma sociedade inclusiva, num contexto de diminuição da APD, temos que, necessariamente, aumentar a nossa capacidade de geração de recursos próprios, sem *commodities*, alavancando: a posição geoestratégica, transformando Cabo Verde num “Centro Internacional de Prestação de Serviços”, assente numa economia do conhecimento; o nível relativamente elevado de infraestrutura física do país, etapa necessária à estruturação de um processo endógeno de geração de receitas próprias. Qualquer processo de

produção de receitas próprias precisa de fluxos transacionais sobre os quais incidir, fluxos de pessoas, mercadorias e financeiros e para tal as infraestruturas são uma condição *sine qua non*. Aproveitando a janela de oportunidade do período de transição da graduação de Cabo Verde a PRM, o Governo de Cabo Verde mobilizou volumes substanciais de financiamento concessional com o objetivo de infraestruturar o país a baixo custo (taxa de juro média de 1,4%, período médio de graça de nove anos, maturidade média de 24 anos), mantendo sempre a sustentabilidade da dívida e do défice. Este objetivo foi atingido. A dívida pública de Cabo Verde é sustentável à luz dos critérios do FMI; uma forte infraestrutura institucional e tecnológica. O Governo de Cabo Verde deu tanta importância à infraestrutura física como à infraestrutura institucional e tecnológica, ambas determinantes na edificação de um ambiente de negócios competitivo. Uma infraestrutura física não acompanhada de uma infraestrutura institucional dificilmente colocará qualquer país num patamar superior de competitividade. Parafraseando uma expressão inglesa: *at the end of the day institutions do matter*. É neste contexto que um bom ambiente de negócios constitui um aspeto importante na estruturação de mecanismos endógenos de produção de receitas, ao desembocar na mobilização do investimento privado nacional e estrangeiro, indispensável à construção dos *clusters*. Nesta matéria o objetivo é bastante claro. Os fluxos do IDE devem ultrapassar os

fluxos da APD a nível da nossa balança de pagamentos; A Nação Global. A Nação Cabo Verdiana vai para além dos 4,033 km<sup>2</sup> de território e os 790 mil km<sup>2</sup> de Oceano Atlântico. Ela engloba cada cabo-verdiano independentemente da sua posição geográfica no planeta Terra. Nós somos 500 mil em Cabo Verde e cerca de 1 milhão na diáspora, e é com estes 1.5 milhões que contamos, em termos de energia, competência, capacidade de investimento, mercado consumidor. O Governo de Cabo Verde estruturou um conjunto de políticas que estão a permitir mobilizar a diáspora para além da sua capacidade fornecedora de remessas e consequentemente elemento de estabilidade do sistema financeiro em Cabo Verde. É este o conceito de Nação Global em que a diáspora, parte integrante da Nação Cabo Verdiana, é acima de tudo fornecedora de energia viva, com capacidade de poupança e com capacidade de investimento.

#### UM PROGRAMA AMBICIOSO DE REFORMAS

Cabo Verde continua a enfrentar o dilema do combate à pobreza apesar dos ganhos alcançados. Combater a pobreza de forma estrutural e sustentável exige a combinação de dois tipos de política económica: políticas direccionadas ao crescimento económico fortemente conexas a índices elevados de empregabilidade, devidamente acompanhadas de políticas redistribuidoras do rendimento. Decididamente, não acreditamos em “oásis de riqueza em desertos de pobreza”. Cabo Verde, para evitar o *mi-*

*ddle income country trap* tem que produzir crescimento económico e, como tivemos oportunidade de afirmar, sem nenhuma *commodity* tradicional. Conscientes deste imperativo, o Governo de Cabo Verde acionou um programa amplo de reformas, das quais destaco as seguintes componentes: - A reconfiguração dos modelos de gestão das infraestruturas, com a infraestruturação densa da economia Cabo Verdiana, em termos de estradas, portos, aeroportos, energia, barragens, etc. Os modelos de gestão da década de 80 estão e estavam inadequados. Iniciámos este processo pelas infraestruturas rodoviárias. Reforma bem conseguida. Criámos o Instituto de Estradas, a taxa de manutenção rodoviária e adotamos uma nova geração de contratos de manutenção de estradas, permitindo isolar esta despesa pública das vulnerabilidades orçamentais. Processos semelhantes estão a ser implementados nos restantes setores. A reconfiguração dos modelos de gestão das infraestruturas afigura-se como fundamental à rentabilização das mesmas e consequentemente um elemento determinante da sustentabilidade da dívida pública Cabo Verdiana, fator que tem contribuído para a consolidação do sistema de gestão financeira e orçamental do Estado de Cabo Verde, alimentando a nossa credibilidade internacional. Neste momento, o sistema de gestão das finanças públicas garante a transparência e a qualidade da despesa pública. Cabo Verde atingiu, em 2012, um stock da dívida em relação ao PIB de 85%. O processo de endividamento visando a infraestruturação

do país foi programado e devidamente enquadrado na implementação da agenda de transformação. Não peçam a Cabo Verde para se graduar e se transformar num país de rendimento médio sem infraestruturar o país, é impossível. A infraestruturização requer a mobilização de recursos financeiros e conseqüentemente a contratualização de dívida. E, como é evidente, esta primeira vaga de infraestruturização tem sido levada a cabo pelos poderes públicos, logo o défice tinha que aumentar. Portanto, o aumento da dívida e o aumento do défice não são conseqüências económicas, são conseqüências aritméticas de uma decisão de política económica que tem a ver com a ascensão a país de rendimento médio. Infelizmente, não tem sido fácil explicar isto às instituições de Bretton Woods, que há dois anos advogaram um corte radical do programa de infraestruturização em Cabo Verde com o objetivo de melhorarmos os rácios, para ficarmos melhor numa hipotética fotografia. Não concordamos. Por detrás da dívida pública está a qualidade da despesa pública, está a infraestruturização do país e a diversificação da base produtiva. - A questão da dívida pública leva-me à segunda componente que pretendo aqui destacar do programa de reformas. A reforma da gestão financeira e orçamental do Estado de Cabo Verde. A gestão das finanças públicas em Cabo Verde foi completamente reformada. Nesta matéria, estamos a aproximar-nos dos *standards* internacionais em matéria de transparência, qualidade da despesa pública, consolidação dos centros de receita. O

*back office* da administração orçamental e financeira está todo informatizado e integrado. - O terceiro componente prende-se com a ligação entre as reformas e o processo de geração de receitas próprias. E neste ponto em particular, a política fiscal é chamada a desempenhar o seu papel. A sustentabilidade do crescimento económico exige que, aos novos motores de crescimento estejam associadas fontes de arrecadação tributária, sem nunca comprometer a competitividade do país. E aqui o IDE é interpelado a ser parceiro e não “saqueador”. O IDE deve entender que, ao investir num determinado país, este fato deve ser estruturado como uma *win-win situation* para ambas as partes, e que mesmo a baixa incidência fiscal deve ser paga. Foi precisamente este o contexto da decisão do Governo de Cabo Verde ao criar a taxa turística. - O empoderamento do setor privado e ativação de novos mecanismos de financiamento da economia. Com base no acima exposto, fica pois claro que o endividamento público consistiu no principal mecanismo de financiamento da economia caboverdiana. Atingido o patamar de PRM e conseqüente diminuição da APD, quer sob a forma de donativo, quer sob a forma de empréstimos concessionais, impõe-se, mais cedo do que tarde, identificar novos mecanismos de financiamento que arrastem um empoderamento do setor privado. Estão criadas as condições para que o setor privado assuma um papel de *driver* do investimento.

CPLP UMA GEOPOLÍTICA EM ESTADO LATENTE

Os números falam por si, nós é que não os ouvimos. A CPLP ocupa uma vasta área de 10.742000 km<sup>2</sup>, 7,2% do planeta espalhados por quatro continentes: Europa, América, África e Ásia. Tem uma população de 250 milhões de habitantes e um PIB de aproximadamente de 900 bilhões US dólares. O poder económico da CPLP representa 4% da riqueza mundial. A UNEFA prevê que a população da CPLP venha a atingir 4% da população mundial em 2050, atingindo entre 357 e 362 milhões, e permitam-me sublinhar em quatro continentes. Estudiosos brasileiros e portugueses, nos últimos 10 anos, têm chamado atenção para o poder geopolítico da CPLP.

Se tivermos em conta que na próxima década o Atlântico Sul verá o seu potencial geoestratégico consolidado, passando a ser seguramente um dos epicentros mais ativos no planeta e se tivermos em conta que, dos oito países da CPLP, seis estão localizados no Atlântico, e dois deles, Brasil e Angola, são *play makers* no cenário petrolífero mundial, facilmente se depreende a vocação, ainda latente, da CPLP na geopolítica mundial. Quem analisa a geopolítica mundial e este “baralhar” em termos de correlação de forças, decorrente da crise internacional, sabe perfeitamente que nos próximos dez, quinze anos, o destino é a emergência de um epicentro de poder no oceano Atlântico. Isto deve interpelar a CPLP globalmente e cada país integrante, individualmente.

Por favor, não percamos o comboio. Estejamos atentos, porque a CPLP pode e deve fazer parte da emergência desta nova centralidade a nível do oceano Atlântico.

O corredor do Atlântico, espaço de reinserção geográfica preferencial da CPLP, congrega um enorme potencial de recursos e acomoda as rotas marítimas entre o Atlântico, o Índico e o Pacífico. É neste contexto que a CPLP deve equacionar o seu protagonismo e reconfigurar a sua atuação geoestratégica reforçando o seu sentido de “pertença” ao Oceano Atlântico.

Termino dizendo que Cabo Verde geograficamente está no meio do Oceano Atlântico.

Agradeço mais uma vez esta oportunidade, augurando que outras surjam para darmos continuidade a esta reflexão.

# RAFAEL BRANCO

—  
Antigo Primeiro-Ministro, Deputado, Consultor, São Tomé e Príncipe



Boa tarde a todos.

Eu gostaria de felicitar a Fundação Calouste Gulbenkian pela iniciativa e agradecer o convite. Gostaria também de agradecer os apoios que deram ao meu país em momentos críticos e até a nível pessoal.

Depois de um longo dia de debates, vou tentar ser breve e abordar quatro tópicos. Vou mencionar brevemente a queda da ajuda pública ao desenvolvimento e o que é que isto significa. Vou situar os desafios que se colocam aos países africanos e, nesse quadro, situar o papel do Estado em África e finalmente, porque isto também faz parte dos termos de referência da intervenção, situar o papel da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) nesse esforço.

Primeiro, quero dizer que compreendo a satisfação de muitos quando se faz o balanço dos avanços registados em relação aos *Objetivos de Desenvolvimento do Milénio* e percebo que, até 2015, vão ocorrer certamente mais melhorias em algumas das metas estabelecidas. Espero que o meu país atinja pelo menos três dessas metas: alfabetização, educação primária universal, saúde materno-infantil e mortalidade infantil.

A verdade é que o número de seres vivendo em situações de extrema pobreza tem diminuído. No entanto, incomoda-me a ideia que parece prevalecer em alguns círculos, no sentido de fazer crer que a pobreza é uma espécie de destino, de fatalidade e

aquilo que fazemos, tanto a nível dos nossos países como a nível mundial, é tudo o que nós podemos fazer. Incomoda-me esta ideia porque ser pobre é raras vezes uma escolha, a pobreza é fruto de circunstâncias criadas pela história, por relações de dominação ou repressão, pelo mau uso de recursos, pela exploração. De facto, lutar contra a pobreza é uma condição básica para que os seres humanos saiam do estado de sobrevivência em que vivem muitos deles, e comecem a ser seres humanos livres, esses sim em situação de ter aspirações a uma vida compatível com os grandes avanços da civilização em que vivemos hoje.

Como parecem provar algumas experiências recentes, a saída da condição de pobreza dá lugar, quase de imediato, a aspirações e necessidades muitas vezes incompatíveis com os recursos de que os países dispõem. Por isso, os esforços para a eliminação da pobreza devem ser, quanto a mim, concomitantes com a criação de condições para um crescimento económico sustentado, sob pena de as conquistas que hoje conhecemos terem regressões terríveis e, nalguns casos, incapacitantes. Neste sentido, os próprios processos que levam à saída da pobreza são fundamentais, na medida que eles mesmo determinam a sustentabilidade das novas situações criadas.

Por estas razões, eu confesso que abordo a questão de uma agenda global pós-2015 com um otimismo bastante prudente. Eu quero ser politicamente correto, mas tenho de di-

zer muito próximo de algum ceticismo, cimentado por uma dúvida a que eu chamarei metódica, que a questão que não podemos ignorar, e isso foi frisado aqui, é o contexto em que esta agenda está a ser elaborada, contexto esse vincadamente marcado por continuadas relações de desigualdade e injustiça, por uma competição feroz a nível mundial nos planos comercial, financeiro e tecnológico, onde os mais fortes não abdicam das suas posições dominantes e resistem às mudanças estruturais que tornariam o mundo mais justo e com mais oportunidades para os que, historicamente, foram afastados das grandes conquistas da humanidade. Os exemplos são bastante ilustrativos: o impasse nas negociações sobre o comércio mundial, o impasse nas grandes conferências sobre o desenvolvimento sustentado, o impasse num maior equilíbrio de poder nas grandes instituições políticas e financeiras internacionais. Tudo isso são provas muito concretas de que existe um status quo e que não é facilmente modificado. E, em concreto, nós damos conta que os nossos países fizeram esforços consideráveis no sentido dos grandes compromissos nessa parceria global, baseados no entendimento de que havia uma partilha de responsabilidades. Recentemente, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20, em junho de 2012, ficou reconhecido, por exemplo, que o cumprimento dos compromissos relativos à ajuda pública ao desenvolvimento (APD) continuavam a ser cruciais, eu sublinho, cruciais, incluindo o engajamento dos países desenvolvidos a

consagrar, até 2015, o equivalente de 0,7% do produto interno bruto (PIB) à APD. E contam-se pelos dedos da mão os países que cumpriram esse engajamento, já para não falar das grandes declarações do G8 e do G20 sobre a ajuda, sobre a reforma das instituições internacionais, enfim, os exemplos estão aí. O que aconteceu na realidade é que a APD caiu 4% em 2012, depois de uma queda de 2% em 2011. Desde 1977 que não se conhecia uma queda em dois anos consecutivos do montante da ajuda para os países menos desenvolvidos.

Quero referir ainda a questão da previsibilidade da ajuda, as condicionalidades implícitas e explícitas, a qualidade da ajuda pública – se é ajuda a projeto, se é empréstimo condicional, enfim – e a capacidade do Estado recetor na utilização da ajuda. Vou rapidamente tocar neste ponto, citando alguns exemplos, mas o que é facto é que o desfasamento entre o anúncio das ajudas e o *timing* dos desembolsos efetivos cria problemas para os países, problemas enormes de planificação e de programação do seu desenvolvimento, processos esses que, em alguns países, já são muito deficientes em si. Com este problema adicional, a situação fica bastante complexa.

Sobre a qualidade da ajuda, quero dizer rapidamente o seguinte. Nós em São Tomé endividámo-nos a partir de 1980. Os números são todos relativos e São Tomé é um país pequeno, mas endividámo-nos em cerca de 100 milhões de dólares para fazer a



renovação das plantações agrícolas. A ideia era trazer novas espécies, trazer uma gestão mais moderna. Dez anos depois, tínhamos as roças completamente destruídas, gente desempregada e plantações com pior rentabilidade do que tínhamos antes. Seguiu-se outro passo, muito nobre. Distribuímos terras às pessoas que nela trabalhavam. Mais concretamente – e disto podemos falar claramente –, os nossos parceiros queriam

que o Estado se livrasse da despesa pública inerente aos salários e então demos a terra a quem a trabalha. Só que a ideia do projeto era que esses pequenos agricultores tivessem o apoio necessário para produzir a terra. Damos a terra e não vieram os apoios. Cinco, seis anos depois continuavam sem vir os apoios. O que é que aconteceu? As pessoas precisam de sobreviver e há muito boas árvores em São Tomé e Príncipe.

O que é que fizeram? Cortaram as árvores para vender, para arranjar madeira.

Este foi um exemplo negativo, mas há também exemplos bons que tenho de referir, em termos de ajuda. Quero sublinhar aqui a qualidade da ajuda. Por exemplo, nós temos um projeto de saúde para todos que é uma história de sucesso, com a Fundação Marquês de Valle Flôr, com a cooperação portuguesa, e a Fundação Calouste Gulbenkian. Os efeitos práticos são evidentes: primeiro, alargámos a cobertura de cuidados básicos, de cuidados primários de saúde; segundo, reduzimos despesas com a evacuação de doentes que vinham para Portugal; terceiro, ao nível sociológico e psicológico, demos muito mais conforto às pessoas, porque hoje, no quadro desse projeto, há missões médicas especializadas que vão a São Tomé e Príncipe e fazem lá o seu trabalho, temos também a telemedicina, e hoje os nossos cidadãos recebem serviços médicos de qualidade no conforto das suas famílias. Um outro projeto, a erradicação do paludismo. No próximo ano, muito possivelmente, nós vamos declarar a fase de pré-eliminação do paludismo que era, até há quatro ou cinco anos atrás, a principal causa de mortalidade. E isso fez-se porquê? Porque tivemos um parceiro que esteve sempre pronto a atender as necessidades do projeto, mesmo quando o Estado claudicou na sua parte do financiamento.

Um último aspeto em relação a essa ajuda, que diz respeito não só ao problema da

quantidade, mas também ao problema da qualidade, que é o problema da capacidade do Estado, dos nossos Estados, e eu falo muito de São Tomé e Príncipe porque conheço bem. A falta de capacidade no nosso Estado para maximizar os recursos da ilha deve ser mencionada neste quadro. Nesse sentido, a ausência de políticas públicas bem desenhadas e regulamentadas, a fragilidade das instituições nacionais, a carência de quadros especializados, a deficiente coordenação da ajuda, abrem caminho a muitas coisas, incluindo a corrupção, que minimizam o impacto da APD. Quero assim chegar ao ponto que para mim é um elemento fundamental na mobilização de recursos, em África pelo menos, que é a existência de Estados capazes. Muitos dos nossos falhanços surgem dessa deficiência dos nossos Estados e sobretudo surgem de um debate que foi transportado para o continente africano de maneira pouco crítica, porque nos anos de 1980 e 90, o Estado em África esteve na mira de tudo, por boas e por más razões. Mas a verdade é que, como resultado disso, nos programas de ajustamento estrutural e outras coisas, tivemos Estados bastante fragilizados. E Estados fragilizados criam muitos dos problemas que enfrentamos. Muitos dos problemas que nós temos em África resultam dessa própria fragilidade do Estado e muitos intelectuais africanos participaram desse debate esquecendo o contexto histórico. Estados fracos não conseguem fazer reformas consistentes, ficam prisioneiros de interesses que são predadores e, portanto,



eu considero que, na tarefa de mobilização, precisamos em África de Estados fortes, Estados de direito democrático com grandes capacidades em algumas áreas, nomeadamente na melhoria da eficácia das políticas públicas.

Tudo isto tem implicações no que diz respeito às lutas contra a fuga de capital, às políticas fiscais mais eficazes e também na

forma como equacionamos a questão da economia informal. Porque, muitas vezes, nós falamos da economia informal para dizer «temos de taxá-los», temos de arranjar maneira de cobrar impostos. Eu acho que a abordagem não pode ser essa. Temos de dar importância a esse fator, como se fez em Cabo Verde ou se fez noutros sítios, porque ele gera riqueza, gera rendimento e só com isso já está a aliviar o peso da responsabi-

lidade do Estado. Portanto, temos de ter abordagens mais adequadas em relação a estas questões. O relatório da Comissão Económica da ONU para África, de 2011, foi centrado no Estado africano e sublinha-se aí a importância que este tem para garantir que a África entre efetivamente no desenvolvimento.

Melhorar a eficácia da ajuda é evidentemente importante, mas eu não creio que possamos vencer os desafios de desenvolvimento sem uma maior participação no comércio mundial, sobretudo no caso dos países africanos, através de uma integração regional bem-sucedida. Esta questão da integração no comércio mundial é extremamente importante e os insucessos, para mim, são um sinal de que há falta de vontade política para mudar o que é essencial no estado das coisas.

Mas em relação à CPLP, acho que há algo mais fundamental. É que, desde o início da CPLP, a componente política e diplomática teve sempre grande primazia. A componente de cooperação foi lá colocada porque, enfim, pensaram alguns seria importante introduzir a vertente da cooperação, faz isto tem sido feito de maneira pontual, mais como um apêndice ou complemento das ajudas bilaterais, com recursos bastantes limitados.. Está visto que esse tipo de ajuda já não responde as aspirações e expectativas geradas com a criação da CPLP. É que os próprios pressupostos para a cooperação mudaram. Hoje, por exemplo, é dada ênfase

às parcerias público-privadas, à atração de investimento privado estrangeiro, , de criação de um ambiente de negócio propício a essa atração, e não as divulgamos suficientemente. Esta é outra área em que a CPLP tem uma vantagem competitiva em relação aos outros países. Na atração de investimento, fazemos o mesmo de sempre. Portugal cria condições para os seus empresários irem para São Tomé e Príncipe, o Brasil também cria alguns incentivos, mas os outros países não tanto. Seria desejável que os países da CPLP tivessem atitudes mais harmonizadas. Por exemplo, em São Tomé e Príncipe temos necessidade de um porto de águas profundas. A verdade é que nós temos possibilidade de nos posicionarmos em relação ao Golfo da Guiné, que é uma das regiões mais ricas de África, mas o porto é nesta estratégia um investimento essencial. A modernização do aeroporto é outro, a energia é outro. Apesar de termos identificado algum interesse por parte de algumas empresas de Portugal e do Brasil no porto, ainda não conseguimos, porque também ainda não se tentou ver, de maneira sistemática, como é que esses países em conjunto com São Tomé e Príncipe poderia criar condições para participarem no financiamento do projeto e/ ou atrair outros países ou instituições para o projeto beneficiando todos de uma estrutura para dinamizar as suas relações com o resto de África a partir de uma localização estratégica.

Só mais um exemplo que eu quero ainda sublinhar. A importância que assume o de-

senho, a elaboração e a regulamentação de políticas públicas num contexto de consolidação orçamental bastante exigente. Trata-se de uma área onde temos uma grande quantidade de casos de sucesso e também de insucesso que seria importante partilhar entre os Estados membros da CPLP e que pode representar uma contribuição significativa na melhoria da eficiência das políticas públicas em alguns dos nossos países, sobretudo nos sectores sociais.

Finalmente uma referência só *en passant* e para terminar: muitos países da comunidade estão a instituir fundos soberanos. Não seria oportuno conceber que alguns dos recursos desses fundos poderiam ser aplicados, através de um veículo financeiro credível, em projetos estruturantes com rentabilidade reconhecida e de interesse para os nossos países? Penso que sim.

Era isto que eu queria dizer. Obrigado.

# V - ENCERRAMENTO

---



# RICARDO SOARES DE OLIVEIRA

—  
*Professor de Política Comparada e Estudos Africanos, Universidade de Oxford*



Boa tarde. Antes de mais, queria começar por agradecer à Dra. Isabel Mota da Fundação Calouste Gulbenkian pelo gentil convite e em especial à Dra. Maria Hermínia Cabral e à sua equipa por terem organizado esta conferência que foi extremamente estimulante, pela seleção de um conjunto de oradores com experiências ímpares e, a meu ver, extremamente honestos, incluindo de uma forma até indiscreta, em algumas dimensões.

Já passámos muito para além da hora prevista para o encerramento, pelo que eu não vou exercer a função para a qual fui convidado inicialmente, que era a função de relator e como a Dra. Isabel Mota mencionou, vou somente tecer uma série de considerações muito, muito breves, sobre a temática dos desafios da *Agenda de Desenvolvimento Pós-2015*, em particular as questões que, a meu ver, terão que ser confrontadas.

Já temos o *high panel report* que foi publicado em maio, e este processo vai continuar. Algumas das questões que o *high panel* foca são questões que, de modo muito evidente, estavam ausentes nos *Objetivos de Desenvolvimento do Milénio* (ODM), como foram inicialmente formulados no ano 2000. Por conseguinte, estas questões vão tornar-se cada vez mais centrais. Mais uma vez, na senda da honestidade dos comentários que foram anteriormente proferidos, os meus próprios comentários têm um carácter que eu espero que não seja visto como pessimista. De facto, os desafios com que

estamos a lidar aqui são extremamente complexos e persistentes, e uma certa dose de realismo e de pragmatismo é imprescindível, para que sejam enfrentados de forma eficaz.

Começo por fazer dois ou três comentários sobre os ODM. Eu diria que, talvez em contraste com o tom e com algumas das temáticas que foram levantadas hoje, a linguagem definida em 2000 era minimalista. É fácil concordar com a educação das mulheres, o microcrédito, etc., e seria muito difícil, especialmente no ambiente normativo internacional que existia em 2000, alguém afirmar-se contra qualquer um destes objetivos. Houve Estados que aceitaram e assinaram os ODM de modo pouco sincero: não só não praticaram estes objetivos a nível interno, como passaram a prestar homenagem à linguagem dos objetivos do milénio com fins utilitários. No caso de alguns países, tal aconteceu para serem internacionalmente respeitáveis, e no caso de outros países, para terem acesso à ajuda pública ao desenvolvimento. Na altura, os doadores ocidentais tornaram os ODM uma espécie de pré-requisito, uma condição imprescindível para o acesso a essas ajudas públicas ao desenvolvimento.

Houve um certo foco, ao longo do dia de hoje, na incapacidade de alguns Estados, nomeadamente africanos, implementarem estas políticas. É óbvio que algumas destas políticas, nomeadamente a educação em larga escala ou o sistema de saúde conven-

cional, constituem desafios extraordinários do ponto de vista logístico e de recursos humanos. Há alguns exemplos absolutamente chocantes de Estados que tinham pelo menos os meios financeiros para o fazer e claramente não colocaram estes objetivos no centro das suas políticas públicas, designadamente na África ocidental e central e em particular nas repúblicas produtoras de petróleo. Por exemplo, a Nigéria, que recebeu cerca de 900 mil milhões de dólares em receitas petrolíferas desde 2004. Os nigerianos estão mais pobres hoje do que estavam no início do século XXI. Trata-se de um Estado que claramente tinha os meios, se não para implementar todos os objetivos do milénio — o que, volto a dizer, é um desafio logístico importante —, pelo menos para implementar alguns desses objetivos, e não o fez.

Ainda neste contexto, para além de uma linguagem que foi por vezes aproveitada por alguns Estados sem qualquer intenção de implementação, houve uma temática que a senhora ministra Emília Pires em particular enfatizou que é o facto de os objetivos do milénio terem sido fraseados inicialmente de uma forma hipertécnica, a evitar a política o mais possível, quando todos os desafios que discutimos hoje são essencialmente desafios de cariz político. A senhora ministra mencionou a paz e a segurança e a construção do Estado, questões inicialmente ausentes porque foram definidas na altura como explosivas, questões de carácter excessivamente político para os ODM. Eu

enfatizaria outra área que tem uma importância sistémica para as economias africanas, que é a fuga dos capitais, a qual também foi mencionada hoje. Estas temáticas não foram focadas na definição clássica dos objetivos do milénio. Isto é uma constatação e não uma crítica, uma vez que estamos no processo de repensar, de redefinir os objetivos do milénio e de readaptar esses objetivos aos desafios pós-2015 e, por conseguinte, estamos aqui perante uma grande oportunidade para implementar essas mudanças e tornar os objetivos mais realistas e mais politicamente concretos.

Os meus comentários finais têm que ver com três dimensões que são particularmente difíceis no que diz respeito à implementação concreta. Não me estou a referir ao facto de se assinar um novo *millennium development goals* ou ao facto de a Organização das Nações Unidas adotar mais um *panel report*. Refiro-me à aceitação normativa dessas políticas por parte dos Estados membros das Nações Unidas e à sua implementação concreta.

Já não nos encontramos no ano 2000 em que os Estados ocidentais tinham uma espécie de monopólio ético sobre o que é que África precisava e sobre quais eram as soluções para o desenvolvimento de África. Obviamente tratava-se de soluções muito pouco realistas e até perversas, de acordo com alguns dos nossos oradores. Mas hoje em dia encontramos-nos numa situação altamente diversificada e, por conseguinte,



já não é possível estabelecer um quadro de acordo, sem polémicas, sem divergências, sobre quais são os objetivos do desenvolvimento em última análise. Hoje em dia estamos perante muitas visões alternativas do desenvolvimento: só no caso de África temos Estados autoritários como a Etiópia e o Ruanda, extremamente bem-sucedidos, que deixaram de lado qualquer pretensão de pluralismo político. Eu noto que,

no *high panel report* que foi publicado em maio há uma referência a *accountable institutions* no ponto 4. Mas há vários Estados relativamente eficazes em África que não têm *accountable institutions*. Claramente, é possível divergir de alguns desses objetivos e implementar outros, e trata-se de experiências bem-sucedidas a alguns níveis, embora problemáticas. Do mesmo modo, o *boom* petrolífero e mineiro dos últimos dez

anos não levou a uma distribuição eficaz e à construção do bem-estar geral para as populações, mas não há dúvida nenhuma que esse *boom* petrolífero e mineiro criou uma grande dose de autonomia para os governos africanos. Alguns governos africanos que há dez ou quinze anos estavam muito mais dependentes da comunidade internacional, hoje têm um espaço muito grande para fazer escolhas sobre o tipo de Estado e o tipo de sociedade que eles querem construir. Já não têm de prestar homenagem de modo tão consistente às prioridades e à visão do mundo dos doadores ocidentais, e já podem fazer escolhas próprias. Algumas dessas escolhas são altamente questionáveis, são escolhas que têm que ver com investimento no cimento e não nas pessoas, que têm que ver com o favorecer de uma classe média alta ou de uma classe alta e não do alívio da pobreza. No caso dos Estados ricos em petróleo, não sei se esses modelos são viáveis ou não, mas pelo menos do ponto de vista do consenso ocidental dos doadores já há muitas alternativas no terreno.

O segundo aspeto que eu gostaria de enfatizar é a compatibilidade dos objetivos. No caso africano, há sempre referência à experiência chinesa, em que houve uma clara prioridade dada à industrialização, com um custo ambiental notável, e que vai ensombrar a China durante décadas. A industrialização foi definida como muito mais importante do que o ambiente ou até do que um equilíbrio entre o desenvolvimento industrial e o ambiente. O ambiente

foi completamente esquecido pelo menos até há cinco ou seis anos atrás, quando o governo começou a perceber que, devido aos custos futuros da catástrofe ambiental que se anuncia no horizonte chinês, tem de começar a levar essa dimensão mais a sério. Mas no caso africano, frequentemente estas agendas ambientais, de sustentabilidade e de desenvolvimento, não são vistas como complementares, pelo contrário são vistas até como antagónicas, e isto é uma dimensão que vai continuar e que é particularmente problemática.

Finalmente, questões políticas e não técnicas. Isto foi um ponto que quase todos os oradores apontaram, de um modo explícito ou implícito. Trata-se de questões que os próprios Estados, e frequentemente as organizações multilaterais, para não antagonizarem os Estados, frasearam sempre de um modo inofensivo, lógico e até sem quaisquer contrapartidas do ponto de vista da soberania, mas que são, na verdade, estratégias políticas altamente questionáveis. Carlos Castel-Branco mencionou as parcerias público-privadas, algumas estratégias de favorecimento de empresários nacionais que são, na verdade, estratégias para a criação de classes de rendeiros sem qualquer mais-valia para o país. Tudo estratégias seguidas num contexto de desenvolvimento nacional e que precisam de ser, tanto a nível doméstico como a nível internacional, problematizadas e não apenas tomadas como um dado adquirido. José Manuel Pureza criticou muito os remédios

que vêm de fora e mais uma vez eu menciono aqui a questão da fuga dos capitais e da sobrefaturação, que é uma questão de importância sistémica.

Gostaria de terminar com uma referência ao papel da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A conferência da Fundação Calouste Gulbenkian não é de modo algum prescritiva nesse sentido. Houve aqui uma intenção de juntar os países da CPLP numa série de experiências partilhadas e de possíveis visões conjuntas sobre o desenvolvimento, mas muitos dos oradores fizeram referência explícita a um papel específico que a CPLP porventura poderia desempenhar neste contexto.

Terminaria numa nota de alguma cautela. A CPLP, quando foi criada, em 1996, nas palavras do ex-secretário executivo Simões Pereira, foi definida de uma forma muito simples: a cultura e a língua. Era isso que realmente unia a CPLP. As questões de cariz político, nomeadamente as questões que têm que ver com a vida interna dos Estados-membros, sempre foram consideradas no seio da CPLP, de uma forma ou outra, como tabu. Se a agenda dos ODM já era implicitamente política, a Agenda Pós-2015 é uma agenda intrinsecamente política, que tem que ver com paz e segurança, que tem que ver com justiça social, que tem que ver com distribuição, que tem que ver com a diversificação ou falta de diversificação da economia. A CPLP, historicamente, não tem sido uma organização que se tenha senti-

do confortável a entrar na vida doméstica e tem sido uma organização muito tímida, mesmo quando se tratam de escolhas nocivas para o desenvolvimento. Trata-se de um desafio que a CPLP pode abraçar num contexto de intimidade e honestidade entre Estados-membros. No entanto, se esta questão é demasiado polémica e complexa, a CPLP tem outras funções a desempenhar e há outras organizações internacionais que poderão continuar a servir como fórum para este tipo de debate. Sinceramente, eu espero que a CPLP tenha a vontade política para ter este diálogo. É um diálogo que requer uma certa maturidade, que requer até uma certa crítica mútua, mas eu espero que nós estejamos todos numa situação em que essa possibilidade já não seja completamente impossível.

Muito obrigado.

# ISABEL MOTA

Administradora da Fundação Calouste Gulbenkian



Doutor Ricardo Soares de Oliveira  
Distintos Convidados e Convidadas  
Minhas Senhoras e Meus Senhores

É com muito prazer que profiro a intervenção de encerramento desta Conferência, no final de um dia repleto de comunicações estimulantes sobre uma temática da maior importância. O debate sobre o Futuro da Agenda Global de Desenvolvimento é um debate sobre o nosso futuro comum, no sentido mais amplo que este “nós” pode assumir. É um debate que tem lugar num tempo em que enfrentamos desafios de monta tal como assinalaram os oradores ao longo do dia, mas em que o potencial tecnológico e sobretudo humano para enfrentar esses desafios é também maior do que alguma vez foi. E é, naturalmente, um debate ao qual a Fundação Calouste Gulbenkian não poderia ter deixado de se associar sendo especialmente apropriado que nesta ocasião o tenhamos feito, mais uma vez, em parceria com a CPLP, com quem há muito mantemos relações próximas e prófugas de colaboração e que representa institucionalmente o espaço geográfico e cultural privilegiado pela política de cooperação que a Fundação vem promovendo há já cerca de 60 anos.

A Agenda Global de Desenvolvimento Pós-2015 não é, como todos sabem e aqui foi referido, a primeira iniciativa que visa estabelecer uma parceria global com vista a responder aos desafios do desenvolvimento. Às já mais distantes quatro Déca-

das Internacionais das Nações Unidas para o Desenvolvimento, entre 1960 e 2000, seguiu-se, como hoje foi aqui por diversas vezes referido, a Declaração do Milénio e os Objetivos de Desenvolvimento nela enunciados, que agora se encontram prestes a atingir o seu horizonte temporal. O facto de serem muitos os desafios que subsistem e alguns os que aumentaram de intensidade e complexidade não nos deve fazer desanimar ou minimizar a importância destas iniciativas globais. Se é certo que em nenhuma destas ocasiões os objetivos inicialmente estabelecidos foram integralmente atingidos, é também certo que em cada um destes casos os insucessos relativos tiveram lugar a par de progressos substanciais.

Tomando os *Objetivos de Desenvolvimento do Milénio* como exemplo, para todos mais presente, é certo que a pobreza extrema não foi reduzida para metade ou menos de metade em todos os países; que os progressos registados na África Subsariana, em particular, ficaram bastante aquém do desejado; ou que os compromissos assumidos não foram cumpridos pela generalidade dos países doadores. Mas podemos e devemos assinalar também, por exemplo, que a proporção da população em situação de pobreza extrema foi reduzida para cerca de metade nos países em desenvolvimento como um todo; que a meta de redução em dois terços da mortalidade das crianças com menos de cinco anos foi já atingida, ou sê-lo-á muito provavelmente até 2015, na maior parte das

macro-regiões do mundo em desenvolvimento; ou ainda que, em 2015, a paridade na frequência escolar primária por parte das crianças do sexo feminino terá sido quase universalmente assegurada à escala global.

É também extraordinariamente importante tudo aquilo que temos aprendido com cada uma destas sucessivas iniciativas globais. Face à abordagem prevalecente aquando da proclamação da Primeira Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em Janeiro de 1961, sabemos hoje que o desenvolvimento não é um processo estritamente económico, promovido de cima para baixo pelos Estados, assente na mera industrialização. Olhamos hoje para o desenvolvimento como um processo multifacetado que tem no seu centro a pessoa humana; e que assenta intrinsecamente no estabelecimento de parcerias, na cidadania ativa, no conhecimento, na criatividade e na inovação.

Estes são princípios e abordagens há muito promovidos pela Fundação Calouste Gulbenkian. No trabalho que desenvolvemos na Fundação, à semelhança do consenso global crescente em matéria de desenvolvimento, consideramos fundamental promover o conhecimento e a inovação e colocá-los ao serviço da sociedade. Consideramos também fulcral valorizar e fomentar a participação, a cidadania ativa e o trabalho em rede - às escalas local, nacional, regional e global.

Por mais que os contributos dos especialistas das mais diversas áreas sejam imprescindíveis, os debates e as decisões sobre o Futuro da Agenda de Desenvolvimento Global, sobre o nosso futuro comum, requerem mais do que meras soluções técnicas em prol de beneficiários passivos. Tal como foi assinalado em várias intervenções ao longo do dia de hoje, requerem principalmente mecanismos participativos, que dêem voz a todos os actores - cidadãos e cidadãs, organizações da sociedade civil, sector privado, autoridades públicas a todas as escalas e organizações internacionais -, que permitam encontrar formas mais eficazes de promover a articulação e o trabalho em rede entre todos estes actores. Para isso é necessário capacitar todos estes actores, sobretudo os menos robustos de entre eles, de modo a que possam ter essa voz e essa capacidade de intervenção - tanto em matéria de desenvolvimento sustentável e inclusivo, como de paz e segurança ou do financiamento dos processos de desenvolvimento.

Tivemos hoje a possibilidade de escutar um conjunto de perspectivas rico e diverso, em termos tanto geográficos como temáticos, que nos ajudará certamente a antecipar o futuro, a fazer a nossa parte, a trabalhar em rede e a multiplicar o debate nas esferas de intervenção de cada um de nós. Promover e apoiar cada um destes aspetos é uma parte fundamental da missão da Fundação Calouste Gulbenkian - e foi isso mesmo que procurámos fomentar



com mais esta iniciativa. As conclusões desta conferência serão em breve publicadas em versão electrónica.

O debate sobre o Futuro da Agenda Global de Desenvolvimento, sobre o nosso futuro comum, irá agora prosseguir - até 2015 e para além dessa data. Estamos todos convocados.

Muito obrigada.

# PROGRAMA E BIOGRAFIAS

---

# PROGRAMA

A Conferência Internacional sobre o Futuro da Agenda Global de Desenvolvimento: Visões para a CPLP ocorre num momento decisivo do debate internacional acerca do futuro da agenda global de desenvolvimento e da reconfiguração dos *Objetivos de Desenvolvimento do Milénio* (ODM) após 2015.

A discussão global sobre estas questões aponta para a transformação do próprio conceito de desenvolvimento, dando prioridade às pessoas e ao planeta, à eliminação da pobreza extrema e à prosperidade sustentável para todos.

Esta conferência pretende contribuir para a discussão em torno destes temas globais, com um enfoque particular sobre os países membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Os trabalhos organizar-se-ão em torno de três eixos principais: desenvolvimento sustentável e inclusivo; paz, segurança e fragilidade; e financiamento do desenvolvimento.

## 9H30-10H45 ABERTURA

*Artur Santos Silva*, Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian

*Murade Murargy*, Embaixador, Secretário-Executivo da CPLP Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

*Ana Paula Laborinho*, Presidente do Camões Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.

*Otaviano Canuto*, Conselheiro Sénior do Banco Mundial

## INTERVALO

11H00-13H00

## OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO

A integração das dimensões económica, social e ambiental representa um dos desafios mais significativos para a nova agenda de desenvolvimento. Os debates em torno destas questões sublinham frequentemente a necessidade de abordagens integradas e coerentes, que até aqui não foram inteiramente conseguidas com os ODM. A forma segmentada de governação à escala global,

regional e nacional, bem como a multiplicidade de agentes e interesses diversos, são entraves à adoção de políticas que integrem estas três dimensões.

Na agenda Pós-2015 destacam-se dois grandes desígnios: a salvaguarda dos direitos humanos universais, incluindo a erradicação da pobreza extrema até 2030; e a transformação estrutural das economias, com enfoque na criação de emprego e no crescimento inclusivo. Para que seja possível alcançar estes objetivos, serão necessárias formas inovadoras de promover o empreendedorismo económico e social, garantir a salvaguarda do ambiente e dos bens públicos globais, fomentar padrões de consumo sustentáveis e consolidar de modelos de crescimento

económico favoráveis à criação de emprego e à inclusão social.

Entre outras serão debatidas as seguintes questões:

Como conciliar a necessidade de alcançar sucessos rápidos e visíveis com processos de transformação social que são necessariamente lentos e profundos?

Quais os mecanismos mais apropriados para monitorizar à escala nacional, regional e global a implementação dos compromissos assumidos e assegurar a responsabilização dos decisores políticos?

A nível da CPLP, como poderia ser feita esta monitorização?

## ORADORES:

*Carlos Castel-Branco*, Diretor de Investigação do Instituto de Estudos Sociais e Económicos, Moçambique

*Manuel Alves da Rocha*, Diretor do Centro de Estudos e Investigação Científica, Universidade Católica de Angola

*Pedro Conceição*, Economista-chefe do *Bureau* Regional para a África, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

## MODERADOR:

*António Costa e Silva*, Diretor-Executivo da Partex Oil and Gas

—  
14H30-16H00

## PAZ, SEGURANÇA E FRAGILIDADE

Apesar da sua importância intrínseca, a Paz e a Segurança não foram incluídas nos ODM, já que os Estados não mostraram disponibilidade para subordinarem as suas opções de segurança interna e externa a uma agenda global vinculativa. À medida que se aproxima o término do horizonte temporal dos ODM, verifica-se que a importância destas dimensões é demasiado central para que possa ser ignorada. O Painel de Alto Nível da Agenda Pós-2015 afirmou já que a paz e a boa governação constituem elementos essenciais do bem-estar, não sendo meros extras opcionais. Para alcançar esses objetivos, a estratégia

que tem vindo a ser proposta assenta sobretudo na criação e reforço de instituições adequadas, tanto a nível nacional como internacional, que assegurem o primado da lei, a transparência, a responsabilização, a liberdade de expressão, o acesso à justiça, a participação política e a proteção dos direitos humanos. Contudo, as tensões que caracterizaram as relações entre esta esfera e as restantes dimensões do desenvolvimento aquando da preparação da Declaração do Milénio não só não desapareceram como talvez se tenham tornado ainda mais complexas, na medida em que as ameaças à paz e à segurança são cada vez mais diversas, não se limitando, como no passado, às relações entre Estados.

Entre outras serão debatidas as seguintes questões:

De que forma é que, no âmbito da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, deverão ser conciliados o respeito pela soberania nacional e a responsabilidade internacional pela salvaguarda dos direitos humanos?

Quais as melhores formas de articulação e parceria entre a Organização das Nações Unidas e os organismos multilaterais regionais no contexto da promoção da paz, segurança e consolidação institucional, em particular no que diz respeito à CPLP?

Como conceber uma agenda global de consolidação institucional que beneficie de um consenso alargado e não seja uma mera imposição externa dos países doadores?

### ORADORES:

*Emília Pires*, Ministra das Finanças de Timor-Leste e membro do Painel de Alto Nível da Agenda Pós-2015

*Domingos Simões Pereira*, Investigador, Guiné-Bissau

*José Manuel Pureza*, Coordenador do Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

### MODERADOR:

*António Monteiro*, Embaixador, Presidente do Conselho Consultivo do Programa Gulbenkian Parcerias para o Desenvolvimento

### INTERVALO

—  
16H15-17H45

## FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO: RECURSOS INTERNOS, MECANISMOS INOVADORES E COERÊNCIA DAS POLÍTICAS

Em matéria de financiamento, o debate em torno da Agenda Global de Desenvolvimento Pós-2015 ocorre num contexto caracterizado por mudanças muito significativas: a estagnação económica de muitos dos principais doadores tradicionais da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD); a importância crescente da chamada “cooperação Sul-Sul” e a afirmação das econo-

mias emergentes como atores centrais no plano da cooperação internacional; a entrada em cena de diversos fundos e iniciativas globais assentes no financiamento privado; e a eventual possibilidade crescente de mobilização de recursos endógenos por parte de alguns dos países tradicionalmente recetores da APD.

Neste contexto, o Painel de Alto Nível da Agenda Pós-2015 considera que, de futuro, os recursos internos dos diversos países e os fluxos de capitais no âmbito do sector privado desempenharão certamente um papel cada vez mais central no financiamento do desenvolvimento. Porém, isso exigirá, em primeiro lugar, o reforço das capacidades tributárias dos países em desenvolvimento e dos mecanismos de

responsabilização dos Estados perante os seus cidadãos; em segundo lugar, formas de garantir que o papel secundário atribuído à APD não tem como consequência a sua drástica diminuição; e, finalmente, o estabelecimento de mecanismos nacionais e internacionais de fiscalização e controlo que garantam que o afluxo de capitais no âmbito do sector privado é efetivamente consentâneo com o desenvolvimento social e com a sustentabilidade ambiental.

Entre outras serão debatidas as seguintes questões:

Num contexto de estagnação económica de muitos dos tradicionais países doadores, como garantir que a APD não se torna insignificante? Que papel para os parceiros não tradicionais e

para os privados no financiamento ao desenvolvimento?

**ORADORES:**

*Luísa Diogo*, Antiga Primeira Ministra de Moçambique e Presidente do Conselho de Administração do Barclays Bank, Moçambique

*Cristina Duarte*, Ministra das Finanças e do Planeamento, Cabo Verde

*Rafael Branco*, Antigo Primeiro Ministro, Deputado, Consultor, São Tomé e Príncipe

**MODERADOR:**

*Nuno Mota Pinto*, Administrador do Banco Mundial

---

*18H00*

**ENCERRAMENTO**

*Ricardo Soares de Oliveira*, Professor de Política Comparada e Estudos Africanos, Universidade de Oxford

*Isabel Mota*, Administradora da Fundação Calouste Gulbenkian

Para saber mais sobre estas questões consulte:

[www.post2015hlp.org](http://www.post2015hlp.org)

[www.post2015hlp.org/the-report/](http://www.post2015hlp.org/the-report/)

[www.un.org/en/ecosoc/about/mdg.shtml](http://www.un.org/en/ecosoc/about/mdg.shtml)

[www.un.org/millenniumgoals/beyond2015.shtml](http://www.un.org/millenniumgoals/beyond2015.shtml)

<http://post2015.org/>

[www.worldwewant2015.org](http://www.worldwewant2015.org)

[www.myworld2015.org](http://www.myworld2015.org)

[www.beyond2015.org](http://www.beyond2015.org)

# BIOGRAFIAS



—  
**ANTÓNIO COSTA  
E SILVA**

*Diretor-Executivo da  
Partex Oil and Gas*

Licenciado em Engenharia de Minas, pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa (IST), fez o Mestrado em Engenharia de Petróleos no Imperial College (Universidade de Londres) e

o Doutoramento no Instituto Superior Técnico e no Imperial College, defendendo uma tese sobre “O Desenvolvimento de Modelos Estocásticos aplicados aos Reservatórios Petrolíferos”. Atualmente é professor no Instituto Superior Técnico, onde fez a agregação em Planeamento e Gestão Integrada de Recursos Energéticos e é Presidente da Comissão Executiva do Grupo Partex Oil and Gas. É membro do conselho Consultivo do Programa Gulbenkian Parcerias para o Desenvolvimento.



—  
**ANTÓNIO MONTEIRO**

*Embaixador, Presidente  
do Conselho Consultivo  
do Programa Gulbenkian  
Parcerias para o Desenvolvimento*

Ingressou no Ministério dos Negócios Estrangeiros em 1968, tendo desempenhado vários altos cargos, destacando-se, nos mais

recentes: Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas (de 2004 a 2005); Alto-Comissário das Nações Unidas para as Eleições na Costa do Marfim (entre 2005 e 2006); Embaixador de Portugal em França (de 2006 a 2009); membro do painel do Secretário-Geral das Nações Unidas para os Referendos no Sudão (2010 e 2011); membro do grupo de trabalho criado pelo Primeiro-Ministro para a internacionalização e desenvolvimento da Economia Portuguesa (2011).



—  
**ANA PAULA  
LABORINHO**

*Presidente do Camões –  
Instituto da Cooperação e  
da Língua, I.P.*

É Presidente do Camões Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. desde janeiro de 2010. Professora auxiliar da Faculdade de Letras da

Universidade de Lisboa. Licenciada em Filologia Românica (1981), mestre em Literatura Francesa (1987) e Doutorada em Estudos Literários (2007) pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Em 1988, foi requisitada pelo Governo de Macau para exercer funções no Instituto Cultural de Macau. Em 1989, integrou a comissão instaladora do Instituto Português do Oriente (IPOR) e, de 1989 a 1992, exerceu funções no Departamento de Estudos Portugueses da Universidade de Macau, onde integrou a respetiva comissão diretiva. Em 1995, foi assessora do Gabinete do Secretário-Adjunto para

a Comunicação, Turismo e Cultura do Governo de Macau. De 1996 a 2002, foi presidente da direção do IPOR. Desde 2007, integra o Centro de Estudos Comparatistas da Faculdade de Letras da Lisboa.



—  
**ARTUR SANTOS  
SILVA**

*Presidente da Fundação  
Calouste Gulbenkian*

Presidente do Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian, desde maio de 2012, Artur Santos Silva é licenciado em

Direito pela Universidade de Coimbra, tendo frequentado o Programa de Gestão para Executivos da Universidade de Stanford. É Presidente do Conselho de Administração do Banco BPI e da Partex Oil and Gas. Entre os vários cargos que desempenhou, destaca-se o de Presidente da Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República e de Presidente do Conselho Geral da Universidade de Coimbra. Foi Vice-Governador do Banco de Portugal (1977/78), Secretário de Estado do Tesouro (1975/76), Diretor do Banco Português do Atlântico (1968/75), Docente convidado da

Universidade Católica Portuguesa (1979/85), Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (1963/67) e Docente convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (1980/82).



—  
**CARLOS CASTEL-BRANCO**  
*Diretor de Investigação do Instituto de Estudos Sociais e Económicos, Moçambique*

Doutorado em economia política da política industrial, pela Universidade de Londres (SOAS-School of Oriental and African Studies). Leciona na Fa-

culdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), em Maputo (Moçambique) e lecionou na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da UEM. Foi um dos fundadores do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), em Moçambique, tendo sido o seu primeiro diretor executivo e um dos diretores de investigação e coordenador do grupo de investigação de economia e desenvolvimento (2007-2012). Durante cerca de uma década, trabalhou em diferentes departamentos do Governo, em áreas ligadas à política industrial e à reestruturação empresarial. É membro da Associação Moçambicana de Economistas (AMECON).



—  
**CRISTINA DUARTE**  
*Ministra das Finanças e do Planeamento, Cabo Verde*

Ministra das Finanças e Planeamento de Cabo Verde, Cristina Duarte é licenciada em Economia pela Universidade Técnica de Lisboa e mestre em Gestão Internacional (MBA Internacional), Arizona, EUA.

Desempenhou ainda os cargos de Ministra das Finanças e Ministra das Finanças e Administração Pública de Cabo Verde. Foi coordenadora da Unidade de Coordenação de Projeto das Privatizações (UCP) e Vice Presidente do Citibank, Angola. Foi também consultora do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e consultora da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Exerceu ainda funções como Diretora Geral do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pesca de Cabo Verde.



—  
**DOMINGOS SIMÕES PEREIRA**  
*Investigador, Guiné-Bissau*

Nasceu em Farim, no norte da Guiné-Bissau. Licenciou-se em Engenharia Civil e Industrial pelo Instituto de Engenharia de Odessa, na Ucrânia, em 1988. Concluiu, em 1994, o mestrado em Ciências

Técnicas da Engenharia Civil, na Universidade Estatal da Califórnia, em Fresno. É presentemente, doutorando em Ciências Políticas e Relações Internacionais, na Universidade Católica Portuguesa. Entre 2002 e 2005 ocupou os cargos de Ministro do Equipamento Social e depois de Ministro das Obras Públicas Construções e Urbanismo da Guiné-Bissau. Entre 2006 e 2008 foi secretário-geral da Cáritas da Guiné-Bissau, Comissário Nacional para a Preparação da VI Cimeira da CPLP e eleito Secretário-Executivo, cargo que exer-

ce por dois mandatos consecutivos. No final dessa missão foi agraciado com a Grã-Cruz do Infante D. Henrique, pelo Presidente Cavaco Silva, e com o título de Personalidade Lusófona de 2012, pelo Movimento Internacional Lusófono. Atualmente é professor convidado da Universidade Católica de Moçambique.



—  
**EMÍLIA PIRES**

*Ministra das Finanças de Timor-Leste e membro do Painel de Alto Nível da Agenda Pós-2015*

Nasceu em Atabeu, no distrito de Maliana. Tem um bacharelato em Matemática (Estatística), na Universidade de Latrobe, uma pós-graduação em Governança e Leis,

na Universidade de Melbourne, e um mestrado em Gestão de Desenvolvimento, na London School of Economics (Reino Unido). Tem uma vasta experiência nas áreas de gestão e de desenvolvimento e planeamento comunitário. A sua carreira profissional conta com sete anos em postos seniores, quer nas Nações Unidas, quer no Banco Mundial. É Ministra das Finanças de Timor-Leste, desde Agosto de 2007. Em 2012, foi designada para o Painel de Alto Nível de aconselhamento do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre a agenda de desenvolvimento global pós-2015.



—  
**ISABEL MOTA**

*Administradora da Fundação Calouste Gulbenkian*

Licenciada em Finanças pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa (1973). É membro do Conselho de Administração da Fundação

Calouste Gulbenkian desde 1999. Foi Administradora da Partex Oil and Gas Corporation (até 2007) e é atualmente membro do Comité de Supervisão da Partex Oil and Gas. Foi Assistente do Instituto Superior de Economia (1973-1975), subdiretora geral do Gabinete para a Cooperação Económica Externa do Ministério das Finanças (1978-1986) e conselheira na Representação Permanente de Portugal, em Bruxelas (1986). Foi Secretária de Estado do Planeamento e do Desenvolvimento Regional nos XI e XII Governos Constitucionais, com responsabilidade nas negociações com a União Europeia dos Fundos

Estruturais e de Coesão para Portugal (1987-1995). Foi administradora do Instituto para a Formação de Executivos da Universidade Nova de Lisboa, membro da Comissão Estratégica dos Oceanos e coordenou a elaboração da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável.



—  
**JOSÉ MANUEL PUREZA**

*Coordenador do Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra*

Licenciado em Direito e Doutor em Sociologia, pela Universidade de Coimbra. Atualmente, é professor associado, com agregação da Faculdade de Economia da Univer-

sidade de Coimbra, onde coordena o Mestrado em Relações Internacionais e o Doutoramento em Política Internacional e Resolução de Conflitos. É investigador do Centro de Estudos Sociais, sendo, desde 2012, Presidente do Conselho Científico. Autor, entre outras obras, de “O Património Comum da Humanidade: rumo a um direito internacional da solidariedade?” e “Para uma cultura da paz”.



—  
**LUÍSA DIOGO**

*Antiga Primeira-Ministra de Moçambique e Presidente do Conselho de Administração do Barclays Bank, Moçambique*

Nasceu no distrito de Mágoe, província de Tete, em Moçambique. É licenciada em Economia pela Universidade

Eduardo Mondlane de Maputo e mestre em Economia Financeira pela Universidade de Londres. Antiga Primeira-Ministra e Ministra do Plano e Finanças de Moçambique, foi reconhecida pela Time Magazine como uma das 100 individualidades mais influentes do Mundo, devido à sua participação no processo da reconstrução nacional e de transformações económicas e sociais do País, rumo ao desenvolvimento. Foi igualmente, reconhecida pela Forbes Magazine como uma das figuras femininas mais influentes do Mundo. Em 2007, copresidiu ao Painel de Alto Nível sobre a Coerência das Nações Uni-

das, nas áreas de Ajuda Humanitária, Desenvolvimento e Ambiente. Em 2008, recebeu o Prémio de Liderança Mundial das Mulheres. Em 2010, foi designada Membro do Painel de Alto Nível das Nações Unidas sobre Sustentabilidade Global. Em 2004, recebeu o Prémio do Banco Mundial sobre o Plano de Ação de Redução da Pobreza Absoluta e a condecoração da Medalha Eduardo Mondlane do 2º Grau, pelo Estado moçambicano.



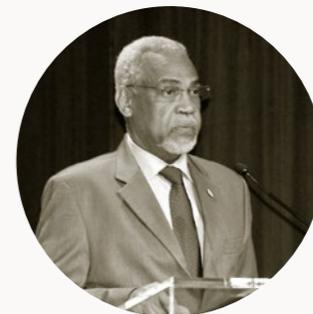
—  
**MANUEL ALVES DA ROCHA**

*Diretor do Centro de Estudos e Investigação Científica, Universidade Católica de Angola*

Natural de Malanje (Angola) é licenciado em Economia, com pós-graduações em França, nos domínios de modelos

económicos e práticas económicas restritivas. É membro da Academia de Ciências de Lisboa, da Sociedade de Geografia de Lisboa, do Senado da Universidade Católica de Angola, da Ordem dos Economistas Portugueses, da Associação Angolana de Economistas, da Canadian Association of African Studies, do Centro de Estudos Africanos do ISCTE (Portugal), do Centro de Estudos Sociais e Desenvolvimento, do Centro de Estudos Estratégicos de Angola e do Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola, onde é atualmente diretor. Colaborou com o Banco Mundial, o Banco Euro-

peu de Investimentos, a Organização Internacional do Trabalho e a CNUCED. Foi consultor técnico principal de diferentes organismos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e trabalhou com a Comissão Europeia em Angola. É autor de 26 livros, privilegiando a compreensão das razões profundas para os insucessos da política económica, quer em Angola, como em África.



—  
**MURADE MURARGY**  
*Embaixador, Secretário-Executivo da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*

Nasceu em Moçambique e possui uma licenciatura em Direito, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Enquanto Embaixador da República de Moçambique, em 2012 foi eleito, por unanimidade, Secretário Delegado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) na IX Conferência de Chefes de Estado e do Governo. Para além de vários cargos exercidos no Governo, foi também Delegado Permanente da UNESCO em Paris e Representante Permanente nas Nações Unidas, em Génève, onde permaneceu até 1995. Nesse ano, foi designado Secretário-Geral da Presidência, com o estatuto de Ministro de Estado, funções que exerceu até 2005. Entre 2005 e 2012, foi Embaixador no

Brasil, na Argentina, no Chile, no Paraguai, no Uruguai e na Venezuela. Recebeu várias condecorações, entre 1980 e 2012.



**NUNO MOTA PINTO**  
*Administrador do Banco Mundial*

Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, completou o MBA no INSEAD - Fontainebleau (França). É membro do Conselho de Administração do Grupo Banco Mundial em Washington. É

Administrador substituto do grupo de voto que representa a Itália, Portugal, Grécia, Albânia, Malta, San Marino e Timor-Leste. Representou Portugal em várias reconstituições da AID (Associação Internacional de Desenvolvimento), bem como no Conselho de Doadores do Global Environment Facility e do Fundo de Investimento Multilateral do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Membro do Conselho Consultivo da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e do Programa Gulbenkian Parcerias para o Desenvolvimento. Tem acompanhado e assessorado as relações de Portugal com o FMI, no âmbito do presente Programa de Assistência Económica e Financeira.



**OTAVIANO CANUTO**  
*Conselheiro Sénior do Banco Mundial*

É Conselheiro Sénior do Departamento de Economia para o Desenvolvimento dos BRICs, no Banco Mundial, um cargo recentemente instituído pelo Presidente Jim Yong Kim. Antes de desempenhar estas funções,

foi vice-presidente do Banco Mundial e diretor da Poverty Reduction Network (PREM), Rede para a Redução da Pobreza, uma divisão com mais de 700 economistas e outros profissionais cujo trabalho se centra na política económica, na redução da pobreza, na igualdade de géneros e em trabalhos de análise para países clientes. De 2004 a 2007, foi diretor executivo da Administração do Banco Mundial e ocupou cargos de liderança quer no Banco Interamericano de Desenvolvimento, quer no Governo do Brasil. Atualmente é professor de Economia na Universidade de São Paulo e na Universidade de Campinas (UNICAMP), no Brasil.



**PEDRO CONCEIÇÃO**  
*Economista-chefe do Bureau Regional para a África, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento*

Possui licenciaturas em Física e em Economia pela Universidade Técnica de Lisboa e um Doutoramento em Políticas Públicas pela

LBJ School of Public Affairs, da Universidade do Texas, em Austin, onde estudou ao abrigo de uma Bolsa Fulbright. Exerce, desde 2009, as funções de Economista-Chefe e Diretor da Unidade de Aconselhamento Estratégico do *Bureau Regional para África*, no âmbito do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (United Nations Development Programme, UNDP). Anteriormente foi diretor do Departamento de Estudos sobre Desenvolvimento - Office of Development Studies (ODS) e, mais tarde, diretor-delegado. Editou diversas obras sobre o financiamento para o desenvolvimento e sobre

os bens públicos à escala global e sobre as economias da inovação e mudança tecnológica. Antes de ingressar no Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, foi professor assistente na Universidade Técnica de Lisboa, onde lecionou e pesquisou sobre ciência, tecnologia e políticas da inovação.



—  
**RAFAEL BRANCO**

*Antigo Primeiro-Ministro, Deputado, Consultor, São Tomé e Príncipe*

Bacharel em Relações Internacionais e Pós-Graduação em Business and Public Administration. Entre os diversos cargos políticos que exerceu, destacam-se os mais recentes na República Democrática de São

Tomé e Príncipe: Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação (2000-2002); Ministro das Infraestruturas, Transportes, Obras Públicas e Recursos Naturais (2003-2004); Ministro dos Recursos Naturais e Infraestruturas (2004-2005); Primeiro-Ministro e Chefe de Governo (2008-2010). Foi fundador do “Nova República”, o primeiro jornal privado de São Tomé e Príncipe depois da independência e do “Correio da Semana”. Autor de vários livros, foi premiado pelo trabalho “Makuta, Antigamente lá na Roça” (1979), tendo recebido também “Certificados de Honra” por outras obras. Profere conferências sobre temas de Direitos Humanos.



—  
**RICARDO SOARES DE OLIVEIRA**

*Professor de Política Comparada e Estudos Africanos, Universidade de Oxford*

Possui uma licenciatura em Política pela Universidade de York, com um mestrado em Relações Internacionais e um doutoramento, ambos

pela Universidade de Cambridge. É professor de Política Comparada (Política Africana) no departamento de Política e Relações Internacionais da Universidade de Oxford, no St. Peter’s College e no Instituto de Políticas Públicas Globais de Berlim. Trabalhou na área da governação e das indústrias de extração do Banco Mundial, da Comissão Europeia, dos Catholic Relief Services e do Ministério da Defesa francês, tendo o seu trabalho recebido apoios por parte do Leverhulme Trust, da Academia Volkswagen, da Academia Britânica, da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e da Fundação Rockefeller.

Foi professor em diversas faculdades, antes de começar a lecionar em Oxford, em 2007. Em 2011 foi ainda professor no Leverhulme Trust. Integrando o grupo de investigação OXPO Oxford-Sciences Po, foi professor visitante na Sciences Po (Paris) e no Centro Woodrow Wilson (Washington DC). Tem sido comentador em vários órgãos de comunicação social.

---

FUNDAÇÃO  
CALOUSTE GULBENKIAN

Av. de Berna 45A  
1067-001 Lisboa  
[www.gulbenkian.pt](http://www.gulbenkian.pt)

[pgpd@gulbenkian.pt](mailto:pgpd@gulbenkian.pt)

EM PARCERIA COM



CPLP  
Comunidade dos Países  
de Língua Portuguesa

MEDIA PARTNER

